

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

AMANDA SALOMÃO

**BIBLIOTECAS CIRCULANTES NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA:
INCLUSÃO SOCIAL DA MULHER NA ECONOMIA DO LIVRO**

Rio de Janeiro

2017

AMANDA SALOMÃO

**BIBLIOTECAS CIRCULANTES NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA:
INCLUSÃO SOCIAL DA MULHER NA ECONOMIA DO LIVRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo

Rio de Janeiro

2017

SALOMÃO, Amanda.

S173c Bibliotecas circulantes na Revolução Industrial inglesa: a inclusão social da mulher na economia do livro. / Amanda Salomão. - 2017.
106 f.: il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Orientador: Professor Dr. Eduardo da Silva Alentejo.

1. Bibliotecas circulantes. 2. Inclusão social da mulher. 3. Escrita feminina. 4. Economia do livro. 5. Romance inglês. I. ALENTEJO, Eduardo da Silva. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD: 025

AMANDA SALOMÃO

BIBLIOTECAS CIRCULANTES NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA:
INCLUSÃO SOCIAL DA MULHER NA ECONOMIA DO LIVRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
pré-requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017.

Banca Examinadora

Professor Dr. Eduardo da Silva Alentejo (orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professor MSc. Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professor MSc. Fabiano Cataldo de Azevedo (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha mãe, por todo amor e por ter me dado
a honra de ter nascido sua filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, não apenas por me permitir estar viva e trilhando um caminho que tanto me faz feliz, mas também por colocar na minha vida pessoas maravilhosas e guias espirituais que contribuem diariamente para o meu caminhar nessa trajetória.

À minha mãe, Sheila, por ter estado ao meu lado desde a primeira vez em que abri meus olhos, sendo sempre incansável e excepcional em seus ensinamentos. Você é o meu maior exemplo e minha maior inspiração para empreender os maiores esforços para conquistar os meus objetivos. Obrigada por todo seu amor, pelo seu carinho, por esquecer dos seus problemas para cuidar dos meus, pelos seus conselhos, pelos seus inúmeros sorrisos e risadas, pelas conversas na madrugada e até pelos puxões de orelha quando eu me sentia indecisa ou frágil demais. Tenho muito orgulho da mãe e da mulher que você é.

Ao meu irmão Bruno que sempre confiou em mim e disse que eu tinha grandes chances de chegar longe. Pensei em muitos dos seus conselhos e na confiança que você depositou em mim a cada etapa da realização deste trabalho. Muito obrigada pelas suas palavras.

À minha vó, Ivone, que mesmo tendo nos deixado há pouco tempo, fez com que sua alegria e seus ensinamentos permanecessem em mim. Muito obrigada por compartilhar comigo sua história, suas risadas e sua energia boa. Sua presença e o seu “vai ficar tudo bem” foram essenciais para que eu pudesse terminar este trabalho. Espero que, de onde você estiver, possa vê-lo finalizado.

Ao meu orientador, Eduardo Alentejo, que me deixa sem palavras. Muito obrigada por me dar a possibilidade de explorar o tema que eu amo, por mais complicado que seja. Muito obrigada pela parceria e por me tratar sempre com carinho e como se eu fosse sua filha, me dando conselhos, tirando minhas dúvidas e me aturando falar sobre bibliotecas circulantes e Jane Austen incansavelmente durante quase dois anos. Não sei como você me aguentou. Muito obrigada também pelas discussões, pelas experiências, pelas oportunidades e pelas risadas. Sem você, este trabalho não teria sido possível. É uma honra te ter como meu orientador. Espero um dia poder ser metade do que você é.

À banca, composta pelos professores Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite e Fabiano Cataldo de Azevedo, por me darem a oportunidade de apresentar e debater um tema que tanto me fez feliz ao longo de quase dois anos de pesquisa. Muito obrigada por me deixarem trazer esse tema para Academia e compartilharem seus conhecimentos comigo.

Ao Professor Gustavo Saldanha, que me introduziu à arte de pesquisar, logo no primeiro período. Muito obrigada pela confiança depositada em mim assim que entrei no *Ecce Liber* e por compartilhar o mesmo amor que eu pelas feiras de livros. A Biblioteconomia adquiriu um novo significado para mim através das nossas experiências em campo e no grupo de pesquisa. Sua contribuição foi essencial para que eu adquirisse o gosto pela pesquisa e pudesse chegar até aqui. Espero que ainda possamos fotografar e dialogar sobre muitas feiras.

À Professora Naira Silveira, que através de seu projeto de ensino de monitoria não só me permitiu explorar mais ainda o mundo da Normalização Documentária, como também despertou em mim o gosto por lecionar. Muito obrigada pela parceria, pelo seu jeito carinhoso e engraçado, pelos seus conselhos e pelos nossos inúmeros minicursos.

Ao Professor Fabiano Cataldo, que com todo humor e sabedoria fez eu me apaixonar pela História do Livro e das Bibliotecas, fazendo com que o processo de pesquisa se tornasse muito mais fácil. Muito obrigada por seus conselhos, suas aulas encantadoras, por me apresentar temas sensacionais e pelas diversas indicações e empréstimos de livros. Você é um dos meus grandes exemplos no campo da Biblioteconomia.

Aos meus amigos, especialmente Bia, Gabrielle, Spinetti e Rebeca, que em mais de dez anos de amizade me mostram que a distância não importa. Ao Jayme, Izadora e Wellington, pelas inúmeras risadas, brincadeiras, conselhos e discussões sobre Biblioteconomia ao longo de toda graduação. Aos meus amigos do Centro Espírita Seareiros da Luz, que sempre têm algum ensinamento ou uma palavra de consolo para fazer com que eu me sinta infinitamente melhor.

À Zildete, supervisora do meu primeiro estágio, na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que sempre foi tão compreensiva e carinhosa comigo, me deixando constantemente tirar umas horinhas de estágio para fazer um trabalho ou sair mais cedo para ir à alguma aula, reunião ou evento. Você é parte fundamental desse trabalho. Existem poucas chefes no mundo tão incríveis como você.

À Angela, minha supervisora de estágio na Biblioteca do Grupo Globo, que sempre engraçada e de bom humor me passou ensinamentos morais e profissionais que vou levar para vida toda. Muito obrigada por me transmitir tantas das suas experiências como a excelente Bibliotecária que você é, pelas conversas, pelos conselhos, pelas risadas, pelas receitas e por compartilhar o mesmo amor que eu por romances. Você não imagina o quanto contribuiu para minha trajetória pessoal e profissional. Eu realmente dei muita sorte com as minhas chefes.

E assim, se nos for lícito vaticinar, as mulheres do futuro escreverão menos, mas melhores romances; e não apenas romances, mas também poesia e crítica e história. Ao dizer isso, por certo olhamos bem à frente, para aquela era de ouro e talvez fabulosa em que as mulheres terão o que por tanto tempo lhes foi negado – tempo livre e dinheiro e um quarto só para si (Virginia Woolf, O valor do riso e outros ensaios, 2014a, p. 283).

RESUMO

Aborda bibliotecas circulantes como fenômeno no processo de inclusão das mulheres no contexto social da nova configuração da economia do livro no seio da Revolução Industrial. Objetiva analisar como essas bibliotecas criaram um ambiente propício para a formação da mulher leitora. No processo de inclusão das mulheres na economia do livro, analisa especificamente como a formação da mulher leitora contribuiu para sua construção e ascensão como escritora por meio das bibliotecas circulantes. Para tanto, contextualiza a economia do livro a partir da mecanização da imprensa e da consequente ampliação das possibilidades de produção, circulação, distribuição do livro, centralizando tais atividades, ao longo do final do século XVIII a meados do XIX, nas bibliotecas circulantes. Explica que bibliotecas circulantes foram meios de acesso ao livro e à leitura, sobretudo os romances, às camadas menos favorecidas, com ênfase às mulheres. Desse modo, introduz as circunstâncias histórico-sociais onde se verifica a inclusão social da mulher na economia do livro. Mediante pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e de cunho exploratório, explica que as bibliotecas circulantes eram empreendimentos privados, gerenciado por livreiros, que ofereciam acesso ao livro sob a forma de locação à preços módicos, em troca do direito de assinatura anual ou mensal. Seu intuito era atingir, principalmente, o público feminino pertencente às classes médias, através do aluguel de romances. Como resultado principal, depreende-se que a Revolução Industrial e a consequente mecanização da imprensa proporcionaram o surgimento das bibliotecas circulantes e, conseqüentemente, a formação de leitoras e consumidoras de romances, bem como de escritoras de obras do gênero, o que significa que, em um ambiente dominado por homens, iniciou-se a inclusão social da figura feminina na produção, uso e distribuição de livros. Conclui-se que a mecanização da imprensa e a atuação das bibliotecas circulantes tornaram possível a inclusão social feminina e sua participação na produção, circulação e disseminação do livro que, caso não tivessem existido, teriam atrasado em muito o desenvolvimento das habilidades intelectuais femininas, bem como sua inserção na economia do livro.

Palavras-chave: Bibliotecas circulantes. Inclusão social da mulher. Economia do livro. Mecanização da imprensa. Escrita feminina. Romance inglês.

ABSTRACT

The present study aims to discuss circulating libraries as a phenomenon in the process of social inclusion of women in the social context of the new configuration of book economy, provided by the Industrial Revolution. It aims to analyse how these libraries have created an enabling environment to the development of woman reader. In the process of social inclusion of women in the book economy, it analyzes specifically how the development of women readers contributed to their construction and rise as writers through circulating libraries. To this end, it contextualizes the book economy within the framework of the revolutionary process, through the mechanization of the press and its consequent expansion of the possibilities of production, circulation, distribution and diffusion of the book, centralizing such activities, throughout the late eighteenth century to mid nineteenth, in the circulating libraries. It explains that such libraries were a means of access to books and reading, especially novels, to the least favored social ranks, with an emphasis on women. Therefore, it analyses the historical-social circumstances in which the social inclusion of women in the book economy took place. Through bibliographical research, of qualitative and exploratory nature, it explains that circulating libraries were private business, managed by booksellers, which offered access to books through its rent at reasonable prices, in exchange for annual or monthly subscriptions. Its main goal was to reach, mostly, the feminine public belonging with the middle classes, through the rent of novels. As a main result, the Industrial Revolution and its resulting mechanization of the press provided not only the development of feminine reading and consuming of novels, but also the rising of writers of such genre; which means that, in a male-dominated environment, the social inclusion of woman in the production, use and distribution of books and information had its start. The final considerations points to the mechanization of the press and the role of circulating libraries as fundamental channels of social inclusion that, if had not existed, would have greatly delayed the development of women's intellectual faculties, as well as their inclusion in the book economy.

Keywords: Circulating libraries. Social inclusion of woman. Book economy. Mechanization of the press. Feminine writing. English novel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Caixa de textos recuperados sobre o tema.....	14
Figura 1	Disseminação do ideal de conduta feminina nos veículos de informação.....	33
Figura 2	Biblioteca circulante em Scarborough.....	42
Figura 3	<i>Hall's Library at Margate</i>	43
Figura 4	<i>The circulating library</i>	60
Figura 5	Primeiras edições de Ann Radcliffe sem indicação de autoria publicadas pela biblioteca circulante de Thomas Hookham.....	86
Figura 6	Exemplos de autoria feminina no catálogo da <i>Hookham's circulating library</i>	90
Figura 7	Romances de Jane Austen comercializados por Thomas Hookham.....	91
Figura 8	Efeitos dos processos de inclusão realizados pelas bibliotecas circulantes no catálogo da <i>Mudie's Select Library</i> dos anos de 1860 e 1876.....	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	13
3	JUSTIFICATIVAS	16
4	REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: perspectivas do industrialismo em emergência	18
5	O PANORAMA HISTÓRICO DA ECONOMIA DO LIVRO: como a mecanização da imprensa alterou os rumos da produção bibliográfica	22
6	AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INGLATERRA DOS SÉCULOS XVIII E XIX: a distinção entre as esferas pública e privada a partir do modelo de comportamento burguês	28
6.1	O IDEAL DO STATUS DA MULHER CASTA E FIEL: as concepções de feminilidade burguesa.....	30
6.2	O IDEAL DO COMPORTAMENTO FEMININO NA PRÁTICA: a linha tênue entre o público e o privado.....	35
7	O NASCIMENTO DAS BIBLIOTECAS CIRCULANTES NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII: sua atuação como novo ambiente de distribuição e circulação de informação	39
8	OS PRIMEIROS PASSOS PARA A INCLUSÃO DA MULHER NA ECONOMIA DO LIVRO: sua posição enquanto consumidora e leitora nas bibliotecas circulantes	49
8.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÚBLICO LEITOR INGLÊS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.....	51
8.2	AN EVERGREEN TREE OF DIABOLICAL KNOWLEDGE: a má fama das bibliotecas circulantes e sua relação com os hábitos de leitura feminino.....	55
9	BIBLIOTECAS CIRCULANTES E A EMERGÊNCIA DA ESCRITA FEMININA: o processo de inclusão social das mulheres na economia do livro	67
9.1	A ERA DAS <i>FEMME DES LETTRES</i> : os primeiros lampejos de ascensão da escrita feminina.....	71
9.2	BIBLIOTECAS CIRCULANTES E ESCRITA FEMININA: o ápice da inclusão social da mulher na economia do livro durante o período industrial.....	83
10	RESULTADOS E DISCUSSÃO	93
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) aborda as bibliotecas circulantes como fenômeno no processo de inclusão social das mulheres do que se pode denominar por nova configuração da economia do livro no seio da Revolução Industrial.

De acordo com a literatura especializada, não há um ano conciso em que se pode apontar como o início da Revolução Industrial; no entanto, é entre o final do século XVIII a meados do XIX que os autores consultados explicam a transição da produção agrária e artesanal para os novos processos de manufatura (HOBSBAWM, 2013a; THOMPSON, 1987; SOUZA, 1990).

Essencialmente, tal transformação incluiu a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas (HOBSBAWM, 2013a). De acordo com o verbete na *Encyclopedia Britannica online*, ‘*Industrial Revolution*’ foi o período em que se iniciou a fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, maior eficiência da energia da água, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas, além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão.

E tal como Hobsbawm (2013a) reporta, todo esse contexto também influenciou mudanças no cenário social e cultural da época, principalmente, com a contribuição para a mecanização da imprensa e, por conseguinte, para a ascensão do romance e expansão das bibliotecas circulantes. Isto, por sua vez, atrelado aos outros resultados do processo revolucionário, contribuiu para o aumento e formação de um novo público leitor de romances, em especial o feminino.

Esse período abarca, assim, os maiores acontecimentos no campo social e econômico da economia do livro, no qual o florescimento das bibliotecas circulantes foi fundamental para o desenvolvimento de mulheres leitoras e escritoras.

Nesse sentido, diante dos novos modelos de produção, distribuição e circulação do livro e da informação advindos da mecanização da imprensa, o objetivo geral da pesquisa é analisar como as bibliotecas circulantes criaram um ambiente propício para a formação da mulher leitora. No processo de inclusão das mulheres na economia do livro, analisa especificamente como a formação da mulher leitora contribuiu para sua construção e ascensão como escritora por meio das bibliotecas circulantes.

Dessa forma, o presente TCC está dividido em três partes: a primeira é introdutória, apresentando-se o tema, objetivos, método de pesquisa e as justificativas; a segunda, por sua

vez, discorre sobre o desenvolvimento do trabalho, a partir do qual se verificará os seguintes aspectos: contexto histórico da Revolução Industrial; a mecanização da imprensa e sua atuação como um dos principais resultados para a ampliação do acesso à informação; as relações de gênero nas classes médias e médias-altas, com ênfase para o papel social da mulher; o nascimento das bibliotecas circulantes, a fim de ressaltar suas características, objetivos, modos de funcionamento e público alvo; as bibliotecas circulantes como ambientes propícios para a formação da mulher leitora e o desenvolvimento dos hábitos de leitura feminino; e a contribuição das bibliotecas circulantes para a inclusão social da mulher na economia do livro na posição de escritora; a última parte introduz os resultados, discussão e as considerações finais do estudo.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa de natureza qualitativa está dividida em duas partes. A primeira se baseia na pesquisa bibliográfica e documental em bases de dados, livros e artigos reconhecidos na área e, mediante método indutivo, analisa-se o fenômeno da inclusão da mulher na economia do livro por meio das bibliotecas circulantes no período da Revolução Industrial. A segunda parte de análises decorre da abordagem teórico-metodológica na área de estudos da bibliografia textual.

A abordagem teórico-metodológica elegida para a pesquisa decorre dos fundamentos da bibliografia textual que se baseia em alguns dos objetivos do trabalho bibliográfico, dentre os quais Horch (1978) explica que por seu intermédio busca-se a análise do contexto histórico-social da produção, circulação e distribuição dos livros. No plano da mecanização da imprensa, Gaskell (2012) aponta que seus desdobramentos foram essenciais para moldar a nova configuração da economia do livro durante os séculos XVIII e XIX.

Assim, torna-se possível, através da bibliografia textual, verificar como a produção bibliográfica da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, pautada na nova configuração da economia do livro, fora recebida pelo público leitor e não leitor da época, de modo a avaliar como se deram os efeitos dessa nova economia do livro, baseada na mecanização da produção do mesmo e na conseqüente transmissão dos textos desde sua forma manuscrita até seu formato impresso.

Vale mencionar que é por essa razão que os excertos literários são utilizados no presente trabalho, de modo a indicar a utilização da bibliografia textual, uma vez que buscam demonstrar e ilustrar a recepção, por parte dos escritores e do público leitor, de toda a massa documental que surgiu na Revolução Industrial e com a mecanização da imprensa. Além disso, entende-se que as fontes literárias são uma forma de ilustrar a realidade social de determinada época, conforme aponta Watt (1990), justificando sua utilização para a elucidação de certos cenários históricos apontados no presente trabalho.

Desse modo, considerando os desdobramentos da Revolução Industrial e seu impacto para a economia do livro, essa abordagem deve permitir o entendimento sobre bibliotecas circulantes e sua contribuição para a inclusão da mulher como leitora e escritora. Pois, a extensão do método bibliográfico textual permite a verificação do potencial que a Revolução Industrial trouxe para o desenvolvimento do conhecimento e para as bibliotecas, principalmente em termos de inclusão social.

A partir do entendimento de Pimentel (2006) sobre a noção de inclusão social, esta consiste necessariamente na existência prévia de algum nível de exclusão ou marginalização social que, ao ser determinada por uma ordem social vigente, justifica a aplicação de ações que possam promover o acesso irrestrito aos bens produzidos pela sociedade.

No caso da inclusão social da mulher, compreende-se que no contexto da sociedade industrial, o papel social atribuído ao gênero o relegava à vida privada, impondo obstáculos ao desenvolvimento de suas habilidades intelectuais, o que inclui aí acesso à educação, informação e conhecimento.

Assim, para a coleta e análise dos dados desse estudo, empregou-se pesquisa bibliográfica e documental a partir de bases de dados, em sua maioria, estrangeiras e pertencentes às áreas de Ciências Humanas e Sociais, a saber: LISA, JSTOR, BRAPCI, *Knowledge Bank (The Ohio State University)*, JASNA e Caminhos do Romance no Brasil.

Realizou-se buscas, ainda, na *British Library*, *Google Books* e *Archive.org*, nos quais foram encontrados catálogos de bibliotecas circulantes, tais como: *Hookham's Circulating Library* e *Mudie's Select Library*, que evidenciam a presença de mulheres romancistas enquanto escritoras, de modo a corroborar as afirmações realizadas.

Além disso, foram utilizadas revistas especializadas em Biblioteconomia, História Social e Literatura Inglesa, tais como: *Persuasions*, *The Papers of the Bibliographical Society of America*; *Women's Writing*; *Studies in English Literature*; *Encyclopedia of Library and Information Science*; *Library Review* e *Informação e Informação*.

Os indexadores utilizados para as buscas foram: bibliotecas circulantes, *circulating libraries*, leitura feminina, *feminine reading*, escrita feminina e *feminine writing*. Nesta pesquisa bibliográfica e documental, os resultados são exibidos no Quadro 1:

Quadro 1 – Caixa de textos recuperados sobre o tema

LISA	JSTOR	BRAPCI	Knowledge Bank	JASNA	Caminhos do Romance no Brasil	British Library	Archive.org	Google Books
2	13	4	1	2	2	1	1	1

Fonte: a autora

Assim, para o aporte teórico, apresentam-se resultados de revisão de literatura por intermédio de determinados autores, tais como: Alentejo (2015), Altick (1998), Arruda (1991), Benson (2016), Chartier (2009), Colasante (2005), Colclough (2007), DeLucia (2015), Dias (2012), Digby (1992), Dow (2015), Dumont e Espírito Santo (2007), Earp e Kornis (2005), Erickson (1990), Fergus (1984, 2011), Gaskell (2012), Gerard (1980), Glasgow (2002), Hall (2003), Harmon (1998), Hobsbawm (2013a, 2013b), Hoelever (2010),

Horch (1978), Iglésias (1981), Jacobs (1995a, 1995b, 2003), Kaufman (1967), Kite (1971), Lemire (2012), Lyons (1999, 2011), Mantoux (1986), Martins (2002), Mays (2002), Nardon (2010), Pimentel (2006), Raven (2005), Reyes-Gómez (2010), Schürer (2007), Souza (1990), Taunton (c2015), Thompson (1987), Vasconcelos (2002, 2007), Watt (1990), Wittmann (1999), Woolf (2014a, 2014b), Zaid (2004) e Zumthor (2014).

Contudo, cumpre ressaltar que, por mais que se reconheça a importância desses pesquisadores para a área, alguns outros igualmente relevantes não puderam ainda ser analisados, tendo em vista a limitação de acesso a alguns materiais sobre o tema no Brasil. Esse é o caso de pesquisadores como Alan D. McKillop (1934), com seu “*English circulating libraries, 1725-1750*” e Hilda M. Hamlyn (1946), com seu “*Eighteenth-century circulating libraries in England*”, entendidos como textos fundadores sobre os estudos científicos acerca das bibliotecas circulantes e seus aspectos na sociedade.

No campo biblioteconômico, especificamente, encontrou-se apenas um artigo que trata das bibliotecas circulantes em suas características, finalidades, público alvo e aspectos organizacionais e administrativos, constante no volume 29 da *Encyclopedia of Library and Information Science*, de autoria de David Gerard (1980).

3 JUSTIFICATIVAS

A pesquisadora é estudante do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e voluntária no Grupo de Pesquisa *Ecce Liber*, liderado pelo Professor Dr. Gustavo Saldanha. Por essas razões, interessou-se pelos estudos no campo da Bibliografia e Editoração de romances, cujas leituras contribuíram também para o grupo de pesquisa. Nessa direção, interessou-se pelas bibliotecas circulantes e pela economia do livro, principalmente no que diz respeito à inserção do trabalho intelectual da mulher na Inglaterra no seio da Revolução Industrial.

Vale ressaltar que a Inglaterra foi um país que contribuiu para o desenvolvimento da escrita feminina, tornando-se exemplo para o mundo todo com escritoras de notória fama, como Jane Austen, Irmãs Bronte, Ann Radcliffe e George Eliot, entre outras. Exemplo da influência disso no Brasil pode ser verificada pela presença da escrita feminina inglesa em catálogos de Gabinetes de Leitura no Rio de Janeiro no século XIX, tais como: *The Rio de Janeiro British Subscription Library*, biblioteca criada em 1826 para atender ao público inglês residente no país, e ainda o Real Gabinete Português de Leitura; tais exemplos podem ser verificados no estudo de Vasconcelos (2007).

Além disso, dentre os vários tipos de bibliotecas estudadas ao longo do curso, a temática da biblioteca circulante ainda é pouco abordada nos conteúdos programáticos das disciplinas. Por esse motivo, a presente pesquisa busca aprofundar o conhecimento sobre este tema, à luz da inclusão social da mulher na economia do livro.

Embora o termo ‘inclusão social’ seja anacrônico para a época da Revolução Industrial, as características que abrangem sua definição na contemporaneidade também se enquadram no contexto dos séculos XVIII e XIX.

A partir das mudanças desencadeadas pela mecanização da imprensa e o fato da figura da mulher estar subtraída quase que integralmente dos processos da cadeia produtiva do livro, as atividades desempenhadas pelas bibliotecas circulantes, ainda que tivessem como foco principal auferir lucros, acabaram por contribuir ativamente para a inclusão social do sexo feminino na economia do livro em suas mais variadas formas, de modo a proporcionar acesso ao que lhe fora quase sempre negado.

Isso diz respeito à inserção da mulher na economia do livro. De acordo com Nardon (2010, p. 5), economia do livro é a área de estudos que envolve a “cadeia produtiva do livro que é formada pelos setores autoral, editorial, gráfico, produtor de papel, produtor de

máquinas gráficas, distribuidor, atacadista, livreiro e bibliotecário, cada um deles composto por um grande número de empresas”.

Assim, com o estudo sobre as bibliotecas circulantes, torna-se possível observar a leitura, a circulação e a disseminação do livro como fenômeno social, econômico e histórico, capaz de promover transformações sociais em uma sociedade dentro de determinado contexto histórico, no caso, a Revolução Industrial.

Por fim, tal como aponta Gerard (1980), os estudos sobre bibliotecas circulantes permitem associar as técnicas biblioteconômicas empreendidas em seus espaços, ainda que rudimentares, como precedentes de muitos procedimentos utilizados atualmente, principalmente nas bibliotecas públicas, tanto em termos de organização quanto de acesso.

4 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: perspectivas do industrialismo em emergência

*“You say you want a revolution
Well you know
We all want to change the world”¹
(Revolution, The Beatles, 1968)*

Em sentido amplo, o que viria a significar a palavra “revolução”? De acordo com o Houaiss, dicionário da Língua Portuguesa, os muitos significados do termo recaem sobre os seguintes aspectos: **1** rebelião armada; insurreição; **2** mudança política radical; **3** *fig.* Transformação súbita (*r. econômica*) (*r. dos costumes*) (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2004, p. 648). Para o presente trabalho, importa considerar o significado da palavra “revolução” em seu terceiro sentido.

Ainda que um dos significados atribuídos à palavra “revolução” refira-se à uma transformação súbita, seja na economia ou nos costumes de determinado contexto histórico-social, acredita-se que, ao longo da história da humanidade, quase nenhuma transformação tenha ocorrido de maneira repentina. Isto é, existe toda uma contextualização histórica prévia que torna possível, de forma gradual, a realização de determinado acontecimento, independentemente de seu caráter e objetivo.

Ao decorrer da história, os seres humanos presenciaram e atuaram em inúmeras revoluções, em suas mais variadas formas e em seus mais variados graus, de modo que se tornou possível atender e originar os múltiplos significados supracitados.

Como indica Hobsbawm (2013a), sobretudo nos séculos XVIII e XIX, considerado o período no qual grandes revoluções ocorreram e ganharam forma e força, especialmente no continente europeu, tais acontecimentos históricos foram essenciais para a consolidação de grandes transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, de maneira a gerar impactos e influências que perduram até os dias de hoje.

No entanto, por mais que a revolução acabe por exercer modificações na estrutura de determinada ordem social, impactando significativamente no sistema político e econômico de seu contexto, é válido mencionar que nem todas são de caráter armado e violento ou têm como intuito “tomar o poder”, como é o caso de muitas revoluções ocorridas ao longo da história. Em muitos casos, determinadas revoluções ganharam esse termo por promoverem

¹ Tradução nossa: “Você diz que você quer uma revolução. Bom, você sabe, todos nós queremos mudar o mundo”.

modificações significativas na ordem social e econômica de uma sociedade em específico, sem precisar lançar mão do conflito armado ou da tomada de poder.

Por essa razão, talvez um dos principais eventos históricos ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, e que melhor representa o significado de revolução no sentido de proporcionar transformações de grande importância, seja a Revolução Industrial inglesa, que possibilitou a formação e o desenvolvimento de tecnologias que mudaram a forma de vida de inúmeras gerações, perdurando até os dias atuais (MANTOUX, 1986).

Nos dias de hoje, em pleno século XXI, no qual os avanços tecnológicos e científicos se desenvolvem em grande velocidade, é quase impossível imaginar o cotidiano do ser humano sem as indústrias, conforme afirma Mantoux (1986). A industrialização os cercam por todos os lados, seja no caminho para o trabalho, onde os altos prédios se apresentam como estruturas imponentes e os apressados passos das pessoas nas ruas ilustram o ritmo frenético da mecanização ou, até mesmo, na simples leitura de um livro, através da qual o processo industrial se torna amplamente presente.

Desse modo, é possível inferir a importância e a contribuição da Revolução Industrial para proporcionar o cenário industrializado no qual o ser humano se encontra inserido atualmente, visto que, sem os processos de mecanização ocorridos no passado, o desenvolvimento tecnológico poderia se dar de forma muito mais demorada.

Nesse sentido, tendo em conta o significado atribuído ao termo “revolução” no presente trabalho, Mantoux (1986) explica que a primeira Revolução Industrial nasceu na Inglaterra, na terça parte do século XVIII, consolidando-se como o país pioneiro a dar início à grande indústria moderna.

Conforme indica o autor, ainda que as origens da Revolução Industrial demonstrem que seu processo revolucionário não ocorreu de forma tão abrupta, “[...] sua *arrancada* foi tão repentina, e teve tais consequências, que pôde ser comparada a uma revolução” (MANTOUX, 1986, p. 1, grifo nosso). Além disso, como aponta Hobsbawm (2013a, p. 60), “Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático”.

Nessa perspectiva, ao considerar o significado do termo “revolução” como transformação súbita, seja da economia ou dos costumes, a Revolução Industrial pode ser compreendida como um processo revolucionário, responsável por provocar modificações significativas no contexto histórico-social britânico e, posteriormente, mundial.

Com base em Hobsbawm (2013a) e Mantoux (1986), a Revolução Industrial pode ser entendida como um período da história no qual inovações tecnológicas e científicas tornaram

possíveis a transição de economias predominantemente agrárias e manufatureiras em economias mecanizadas e industriais, o que acabou por ampliar significativamente a produção e a distribuição de mercadorias.

Ainda, com base em Arruda (1991), pode-se caracterizar a Revolução Industrial como a culminância de um processo secular, cujas raízes se originam a partir da crise do sistema feudal, de forma a consolidar um modo de produção baseado no capitalismo.

Neste prisma, tendo-se inicialmente como contexto as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, onde a sociedade inglesa encontrava-se em ligeiro processo de transição econômica e social, especialmente no que se diz aos seus modos de produção, deixando de ser uma economia pautada na produção manufatureira para fazer amplo uso das novas tecnologias nas atividades comerciais, a Inglaterra setecentista e oitocentista se viu passar por uma forte modificação em sua forma de convívio, bem como no modo de vida econômica, proporcionados pela Revolução Industrial.

Com vistas a ilustrar os desdobramentos desencadeados pela Revolução Industrial, Martins (2002) aponta para o surgimento e utilização de inúmeros aparatos tecnológicos que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social da Inglaterra do final do século XVIII a meados do XIX. Segundo o autor, é na segunda metade do século XVIII que a civilização industrial encontra suas origens, por meio da aplicação de máquinas a vapor e de outras que surgiram a partir dela, a exemplo das máquinas têxteis, aplicadas na indústria de lã, das máquinas tipográficas, que ampliaram a produção e distribuição dos impressos, bem como de outros inventos que se aperfeiçoaram no século XIX.

Contudo, tendo por base Hobsbawm (2013a), as repercussões desta revolução não se fizeram sentir de maneira óbvia e inconfundível, pelo menos não fora da Inglaterra, ao contrário do que o termo “transformação súbita” sugere. De acordo com o autor, o processo revolucionário já existia na Inglaterra antes do termo ter sido cunhado², por volta da década de 1780, embora alguns historiadores, como Arruda (1991) e Mantoux (1986), considerem as décadas de 1750 e 1760 para indicar o início da Revolução Industrial. Porém, foi somente na década de 1830 em diante que seus efeitos começaram a ser consideravelmente sentidos, como apontam Hobsbawm (2013a) e Martins (2002).

² Segundo Arruda (1991) e Iglésias (1981), em 1778 já se falava de uma revolução em marcha, ainda que, até o século XVIII, o termo “revolução” tenha sido um vocábulo pertencente à ciência astronômica. Além disso, na França da segunda década do século XIX, a expressão “Revolução Industrial” já se encontrava em uso generalizado, embora apenas na década de 1840, por meio de escritores socialistas, especialmente Friedrich Engels, que o termo adquiriu toda sua dimensão social e política, tendo em vista a ênfase na emergência do proletariado industrial. Posto isto, foi no final do século XIX que a expressão deixou de ser utilizada de maneira esporádica, tornando-se um tema central da historiografia econômica.

Além disso, Hobsbawm (2013a) expande sua explicação da qual a Revolução Industrial não pode ser considerada como um processo revolucionário com início e fim. Isto é, as mudanças decorrentes dos processos de industrialização perduram até os dias atuais e provavelmente irão perdurar até o futuro. Desse modo, devido à sua grande contribuição para o desenvolvimento econômico e tecnológico mundial, de acordo com Hobsbawm (2013a), a Revolução Industrial pode ser considerada como o mais importante evento histórico já ocorrido, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades.

Dessa forma, Hobsbawm (2013b) enfatiza que a Revolução Industrial não foi apenas uma simples aceleração do crescimento econômico, mas sim uma aceleração em razão da transformação econômica e social, que ocorria na Inglaterra durante as últimas décadas do século XVIII e o início do XIX, por meio do sistema de economia capitalista.

Com isso, é graças ao papel exercido pelos rápidos aperfeiçoamentos dos instrumentos da Revolução Industrial que a mesma pôde se desenvolver e proporcionar transformações nos meios de produção e nas formas de se fazer comércio na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

Nessa perspectiva, além dos inúmeros setores da economia que foram afetados pelos processos de mecanização e industrialização ingleses, um dos ramos do comércio que mais sofreu o impacto causado pela utilização de máquinas foi a produção de livros, que influenciou consideravelmente na economia do livro dos séculos XVIII e XIX.

Isto é, considerando-se a necessidade de saber ler para poder administrar e operar o maquinário fabril, bem como o conseqüente tempo ocioso da cada vez mais emergente classe burguesa, provocados pelas atividades industriais, os aspectos pertinentes à mecanização da imprensa se constituíram como instrumentos essenciais para possibilitar, facilitar e acelerar, em um sentido econômico e social, o acesso da população ao livro, sobretudo às mulheres das classes médias e médias-altas (MARTINS, 2002).

Assim, além dos avanços que permitiram transformações sociais e econômicas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, também para a economia do livro a Revolução Industrial atuou de maneira considerável, uma vez que modificou os moldes de produção, circulação e disseminação da informação e conhecimento (HARMON, 1998; REYES-GÓMEZ, 2010), o que será visto com maior profundidade na próxima seção.

5 O PANORAMA HISTÓRICO DA ECONOMIA DO LIVRO: como a mecanização da imprensa alterou os rumos da produção bibliográfica

“[...] what the printing press did for the instruction of the masses in the fifteenth century, the printing machine is doing for the nineteenth.”³
(WEEDON, 2003, p. 64-76 apud RAVEN, 2005, p. 195)⁴

De acordo com Zaid (2004), desde a invenção da impressora de tipos móveis, a produção de livros cresceu exponencialmente. Segundo o autor, em 1850, os livros produzidos totalizavam cerca de 3,3 milhões de títulos impressos e, em 1950, 16 milhões.

Autores como Harmon (1998) e Reyes-Gómez (2010) explicam, por exemplo, que a mecanização da produção de livros e de outros materiais impressos permitiu o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fecundando o campo da bibliografia como área científica sob o que estes autores denominam por ‘a nova bibliografia’.

Nesse sentido, ao pensar em como a economia do livro fora afetada e influenciada pelos desdobramentos da Revolução Industrial, torna-se necessário, primeiramente, compreender o que se entende por economia do livro.

Em sentido amplo, de acordo com Earp e Kornis (2005) e tendo por base as considerações já expostas por Nardon (2010), as acepções modernas da cadeia produtiva do livro englobam os setores autoral, editorial, gráfico, produtor de papel e de máquinas gráficas, distribuidor, atacadista, livreiro e bibliotecário, sendo cada um, por sua vez, formado por um grande número de firmas.

A interface entre firmas de dois setores forma um mercado. Assim, tem-se, por exemplo, um mercado de direitos autorais que confronta autores e editores, um mercado de manufaturas gráficas que contrapõem editores e gráficos, outro do papel, da máquina, e assim por diante, formando uma cadeia produtiva do livro (EARP; KORNIS, 2005).

Dessa forma, para Earp e Kornis (2005), o que normalmente entende-se por mercado do livro é, na realidade, composto por dois conjuntos de relações: primeiramente, a relação entre o editor, ofertante do livro, e os livreiros, muitas vezes intermediadas por distribuidores e atacadistas; e, em um segundo momento, a relação dos varejistas com os consumidores finais, sejam estes indivíduos ou bibliotecas.

Nessa perspectiva, contextualizando as definições contemporâneas da cadeia produtiva do livro no cenário da economia do livro da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, torna-se

³ Tradução nossa: “[...] o que a prensa de tipos móveis fez pela instrução das massas no século XV, a prensa mecânica está fazendo pelo XIX.”

⁴ WEEDON, Alexis. *Victorian publishing: the economics of book publishing for a mass market: 1836-1916*. Aldershot, UK: Ashgate, 2003. pp. 64-76.

possível observar que não houve tantas mudanças ao decorrer dos séculos posteriores (EARP; KORNIS, 2005), ao menos no plano teórico.

Considerando a economia do livro como a representação prática de todas as etapas desempenhadas para que o livro chegue até o leitor, desde sua produção até a venda por um livreiro ou por uma livraria, bem como pela sua disponibilização em alguma biblioteca, acredita-se que a noção de economia do livro continue basicamente a mesma, apenas atuando sob diferentes modelos.

Isso quer dizer que, independentemente da época em que atue, torna-se possível compreender que a economia do livro, de modo geral, é responsável por englobar todos os processos de produção, circulação e disseminação da informação e do conhecimento.

Porque, tal como Harmon (1998) categoriza a história da bibliografia, isto é, a partir das influências históricas à produção o conhecimento, pode-se verificar que cada período da história, considerando-se aí seus aspectos econômicos, sociais e tecnológicos, acaba por influenciar e contribuir para moldar as configurações da economia do livro, de modo a impactar tanto nas formas de sua produção, bem como na maneira como o público leitor as recebe. Com isso, a partir do processo de industrialização e a conseqüente mecanização da produção bibliográfica, a cadeia produtiva do livro encontrou-se consideravelmente modificada.

Nesse cenário, Martins (2002) afirma que, a despeito da importância de outras tecnologias que contribuíram para o desenvolvimento econômico da Inglaterra do século XVIII, um dos principais resultados práticos da Revolução Industrial foram as máquinas tipográficas, que ampliaram a produção e a distribuição de impressos, de modo a expandir consideravelmente o acesso à informação.

Nesse sentido, de acordo com Taunton (c2015), a mecanização da imprensa na Inglaterra do século XIX foi um dos fatores cruciais para a expansão massiva da produção bibliográfica em formato impresso e, por conseguinte, do acesso à informação em diferentes níveis sociais.

Para o autor, foi a partir do desenvolvimento dos aparatos tecnológicos proporcionados pela Revolução Industrial, como a aplicação do ferro para a criação de ferrovias e estradas e a própria invenção da máquina de papel, por exemplo, que tornou possível a expansão das bibliotecas e sua função enquanto disseminadora de informação e conhecimento, bem como a formação de um público leitor. De jornais e periódicos à ficções e romances, a mecanização da imprensa pareceu lançar sua influência em praticamente todo contexto econômico, social e educacional britânico do século XIX (TAUNTON, c2015).

Assim, com base em Martins (2002), a nova configuração da produção bibliográfica, pautada em um modelo de produção em escala industrial, não teria sido possível se não fosse pela invenção da imprensa, em meados do século XV.

De acordo com Martins (2002), a partir do aperfeiçoamento da imprensa de tipos móveis na Alemanha por Gutenberg, por volta da década de 1450, deu-se início à um novo modo de produção bibliográfica, tendo por base a produção de informação em formato impresso. O que tornou possível ampliar a produção, a circulação e a distribuição de informação, de modo a suplantarem gradualmente o modelo manuscrito de produção de conhecimento e proporcionar um maior acesso ao mesmo.

No contexto inglês, a imprensa de caracteres móveis teve seu início através do tipógrafo William Caxton, que instaurou a primeira tipografia inglesa em Westminster também no século XV, como apontam Altick (1998) e Taunton (c2015). Desse modo, também em território britânico se expandiram as novas formas de produção bibliográfica e circulação de informação, de modo a ampliar e proporcionar o acesso ao conhecimento, em formato impresso, à uma maior parcela da sociedade, ainda que esta fosse predominantemente aristocrática.

Contudo, ainda que a imprensa de tipos móveis tenha aumentado consideravelmente o volume de informação e conhecimento disseminados, entre os séculos XV e XVIII a base de sua tecnologia permaneceu praticamente a mesma, demandando uma operação manual da prensa tipográfica e imprimindo menos de duas mil cópias por livro, conforme afirmam Gaskell (2012) e Martins (2002).

Dessa forma, o período compreendido entre os anos de 1500 a 1800, caracterizado por Gaskell (2012) como o período artesanal, fora marcado não apenas por uma “pequena” quantidade de produção bibliográfica, como também pela alta dos preços dos livros e o acesso à informação restrito à uma pequena parcela da sociedade.

Segundo o autor, tal fato se justifica, pois os gastos com a fabricação de grandes quantidades de cópias de um livro, incluindo-se aí o papel e o número de trabalhadores, eram altíssimos. No entanto, ainda que fosse mais lucrativo para o impressor e o cliente que a quantidade de cópias produzidas fosse maior, uma vez que baratearia seu preço, era necessário que o primeiro lançasse mão de grande capital para bancar uma capacidade maior de produção, através do investimento em material, como o papel, mão de obra e ampliação das fábricas de produção de livros (GASKELL, 2012).

Dessa maneira, os lucros obtidos das vendas dos livros não compensavam os gastos realizados, visto que boa parte da população ainda não era alfabetizada, de modo que os

impressores preferiam vender os livros a um preço alto e em poucas quantidades para compradores seletos e que tinham possibilidades de pagar caro pelos mesmos (ALTICK, 1998; GASKELL, 2012). Com isso, boa parte da população encontrava-se afastada ou excluída do acesso ao livro, uma vez que não eram alfabetizados e não tinham condições de arcar com preços tão altos; optando, assim, por outras formas de entretenimento, como teatros e bebidas.

No entanto, se o período artesanal fora marcado pelo alto preço dos livros e o pouco acesso da população aos mesmos, o período mecânico, indicado por Gaskell (2012) pelos anos compreendidos entre 1800 e 1950, fora reconhecido pelo baixo preço dos impressos, sobretudo devido à mecanização da imprensa e a consequente ampliação do acesso à informação, como apontam Gaskell (2012) e Martins (2002).

Nesse sentido, segundo Gaskell (2012) e Taunton (c2015), a Revolução Industrial proporcionou, através do advento das máquinas e do desenvolvimento tecnológico, o crescimento dos meios de produção documental, sobretudo de jornais e periódicos, em relação à produção bibliográfica do período artesanal. Isto se dá, pois, ainda que a imprensa de tipos móveis facilitasse a produção e o acesso à informação em maior escala, a mesma ainda era manual, o que implicava, de certa forma, em uma “baixa” quantidade de documentos produzidos.

De acordo com Martins (2002), com a mecanização da imprensa e sua maior facilidade e agilidade em produzir um maior número de documentos, sendo mais econômico tanto para o produtor quanto para o consumidor, há um crescimento gradativo na circulação e distribuição de informação, de forma a impactar nos modos de transmissão e recepção de toda essa massa documental que se origina.

Assim, já no século XIX, a produção anteriormente artesanal do livro fora gradualmente substituída pelo sistema industrial de produção bibliográfica, sendo a massa documental impressa produzida em uma escala rápida, uniforme e por um menor custo, e não mais individualizada, lenta e cara.

Para exemplificar, de acordo com Raven (2005), antes de 1700, 1.800 títulos, entre seus mais diversos tipos, eram emitidos anualmente. Já por volta da década de 1830, por sua vez, o autor aponta para 6.000 livros impressos por ano, o que denota uma expansão nas atividades de impressão e publicação, possibilitadas pela mecanização da imprensa.

Ainda, de acordo com Taunton (c2015), a tipografia característica dos primeiros anos do século XIX era considerada ainda muito semelhante à prensa de tipos móveis desenvolvida por Gutenberg no século XV. Contudo, nas décadas seguintes, a partir dos processos de

mecanização da indústria tipográfica, as máquinas tornaram-se capazes de imprimir cerca de 20.000 folhas de jornais por hora.

A prensa mecânica possibilitava, ainda, a impressão em ambos os lados do papel ao mesmo tempo, bem como a substituição rápida e automática de folhas soltas, a partir de uma alimentação contínua advinda dos rolos de papel presos às máquinas, fornecendo folhas ininterruptamente. Assim, conforme aponta Taunton (c2015), a prensa acabou por contribuir consideravelmente não apenas para o aumento do tamanho físico dos jornais, como também para a expansão de sua produção e circulação, já em meados da década de 1840.

Em um contexto semelhante, tendo por base o novo cenário britânico originado a partir da Revolução Industrial e os novos modelos de produção de informação e conhecimento, a Inglaterra do século XIX se viu passar também por um período de grandes transformações sociais, como o aumento da população urbana, graças aos processos migratórios dos campos para as cidades e, conseqüentemente, das taxas de alfabetização, tendo em vista a responsabilidade destinada ao Estado em proporcionar educação à sociedade. Também ocorreram transformações no que tange à produção dos bens de consumo e relações de trabalho, o que impactou sobremaneira na economia do livro, como se verá adiante.

Desse modo, tais modificações na configuração do contexto britânico acabaram por culminar em uma maior demanda por material impresso mais barato, sobretudo por parte das classes médias, incluindo-se aí principalmente as mulheres (TAUNTON, c2015).

Para o autor, a produção bibliográfica da época, por meio dos processos de mecanização da imprensa, alcançou uma grande gama de leitores, dos mais diversos níveis sociais, como jamais havia sido visto até então. De trabalhos de cunho moral e instrucional à contos góticos e romances criminais; de periódicos científicos à revistas domésticas; de manuais de etiqueta à livros de culinária, a produção de impressos expandiu-se consideravelmente por entre variados gêneros literários, de modo a criar um novo mercado para materiais impressos dos mais diferentes tipos (TAUNTON, c2015).

Nesse contexto, a transformação da tipografia artesanal em indústria contribuiu de maneira decisiva para proporcionar e ampliar o acesso à informação sobretudo às classes médias, uma vez que tanto o custo de produção quanto o preço de venda dos impressos tornaram-se mais baratos, graças aos processos de mecanização da imprensa, tornando sua aquisição mais acessível às classes menos afortunadas.

Destarte, se antes as classes menos favorecidas não possuíam meios de arcar com os altos preços dos livros, tornando seu acesso restrito basicamente às classes aristocráticas, o processo de industrialização propiciou não apenas a multiplicação dos exemplares impressos,

como também a democratização da cultura, de modo a permitir, em escala jamais sonhada, a consulta direta do texto impresso, por milhões de pessoas, como aponta Martins (2002).

Posto isto, em um contexto econômico, as configurações da economia do livro, bem como os métodos de produção bibliográfica, se encontraram expansivamente modificados pelos desdobramentos da Revolução Industrial, de modo a influenciar não apenas nas formas de produção de impressos, como também na maneira como os mesmos eram transmitidos e recebidos pela sociedade britânica do fim do século XVIII e início do XIX.

Contudo, ainda que tenha exercido um grande impacto, não fora apenas o contexto econômico da Inglaterra dos períodos setecentista e oitocentista que presenciou as transformações empreendidas pela Revolução Industrial e contribuiu para a nova configuração da economia do livro. Também o contexto social, em grande escala, não somente fora afetado pelo processo de industrialização, como também criou as condições propícias para modificar os moldes da cadeia produtiva do livro, de modo a impactar na produção, circulação e transmissão de informação, sobretudo no que tange ao acesso ao conhecimento às mulheres.

Nestes termos, a partir das transformações sociais implicadas pelo processo revolucionário, à exemplo da ascensão da burguesia e a mecanização da imprensa, não apenas as relações comerciais assumiram novas formas e condutas, como também as relações de gênero se encontravam substancialmente alteradas. Tais ocorrências impactaram sobremaneira nos papéis desempenhados pelos homens e mulheres na sociedade e nos aspectos pertinentes à economia do livro, sobretudo no que tange à inclusão social da figura feminina no plano profissional e literário a partir das bibliotecas circulantes.

Para tanto, a temática que discorre sobre o contexto das relações de gênero na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, responsáveis por moldar e desencadear, posteriormente, as pré-condições para a nova configuração da economia do livro e consequente inclusão social das mulheres, será abordada com mais profundidade na seção seguinte.

6 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INGLATERRA DOS SÉCULOS XVIII E XIX: a distinção entre as esferas pública e privada a partir do modelo de comportamento burguês

“[...] a Betty só falta uma coisa, mas é como se lhe faltasse tudo, pois as mulheres estão em desvantagem na sociedade, e assim digo porque se uma jovem tem beleza, nascimento, educação, espírito, circunspeção, bons modos e recato, e tudo isso de forma extremada, porém carece de dinheiro, não é ninguém, e é como se lhe faltassem todas aquelas qualidades, porque hoje em dia o dinheiro é a única coisa que recomenda uma mulher; nesse jogo, os homens recebem todas as boas cartas.”
(Daniel Defoe, *Moll Flanders*, 2014, p. 34)

Considerando as novas bases estruturais da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, acredita-se que uma das mudanças mais significativas desencadeadas pela Revolução Industrial tenha sido as transformações nas relações de gênero, isto é, nas posições desempenhadas por homens e mulheres na sociedade. O modelo de domesticidade burguesa entrou em vigor e acabou por lançar suas influências em praticamente todo contexto social britânico, de modo a estabelecer comportamentos idealizados sobretudo para o sexo feminino.

Com isso, para que se possa compreender como fora possível à mulher se incluir, posteriormente, nos campos literário e informacional como um todo, torna-se de suma importância contextualizar previamente os aspectos sociais que antecederam sua inclusão; o que significa, nestes termos, depreender a posição ocupada pelas mulheres em uma sociedade pautada por um modelo conservador e idealizador de comportamento feminino.

Dessa forma, torna-se possível observar as razões que contribuíram para dificultar e proporcionar, ao mesmo tempo, sua futura inclusão social na cadeia produtiva do livro.

Ainda, torna-se premente contextualizar histórica, social e culturalmente a posição das mulheres na Inglaterra setecentista e oitocentista, de modo a, conforme aponta Vasconcelos (2007, p. 12), “[...] pontuar os constrangimentos históricos a que estavam submetidas e a importância capital que acabaram assumindo não só como leitoras como também como produtoras de ficção”. O que, dessa forma, contribuiu para possibilitar sua posterior inclusão social no universo da economia do livro como um todo.

Assim, tendo em vista que as transformações acarretadas pelos desdobramentos do processo revolucionário inglês influenciaram de maneira decisiva no contexto social da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, culminando em modificações não apenas na estrutura política e econômica do país, como também na nova configuração da economia do livro, faz-se necessário discorrer brevemente sobre alguns fatores que possibilitaram tão significativas mudanças.

De acordo com Arruda (1991), dentre os inúmeros antecedentes históricos que possibilitaram a inserção da Inglaterra no processo revolucionário, estando fora do objetivo do presente estudo elucidar todos os fatores, está a relação intrínseca da Revolução Industrial com a Revolução Inglesa, ocorrida em meados do século XVII. Para o autor, a Revolução transcorrida na Inglaterra em 1640 transformou a estrutura política, econômica e social do país, culminando na crise do absolutismo e, por conseguinte, do sistema feudal.

Nesse sentido, ainda conforme Arruda (1991), o poder concentrado nas mãos do Rei e exercido na prática pela aristocracia inglesa fora transferido à *gentry*, pequena nobreza rural que, embora desprovida de títulos, se identificava com os valores aristocráticos. Por essa razão, tendo em vista a iminente decadência das classes aristocráticas ao longo dos séculos posteriores, as classes industriais acabaram por se beneficiar com essa nova estrutura política, uma vez que compravam os títulos de nobreza de uma classe em declínio e enriqueciam ainda mais com os processos de industrialização desencadeados pela Revolução Industrial e o consequente avanço do capitalismo, de modo a ascender no plano social e econômico.

Nesse cenário, tem-se, cada vez mais, a ascensão da burguesia, reconhecida como a principal classe social a dar início ao processo de industrialização, através da atuação econômica em indústrias e comércios, entendidos como o centro da economia britânica do final do século XVIII e durante todo o século XIX.

Com efeito, considerando-se que a Inglaterra se encontrava em gradual processo de transição econômica e social a partir do século XVIII, Hall (2003) aponta para uma forte modificação nos costumes e no convívio social da sociedade inglesa, sobretudo no que tange ao comportamento feminino, como um dos principais resultados da nova conjuntura desencadeada pelos processos de industrialização. Tais transformações, posteriormente, irão influenciar consideravelmente na economia do livro durante o fim do século XVIII a meados do XIX.

Nesse plano, a autora elucidada o papel desempenhado pelo capitalismo e, também, pelo evangelismo, movimento reformador de caráter puritano dentro da Igreja Anglicana, que vinha crescendo desde o final da década de 1770, como fator central para as transformações nos costumes e comportamentos da sociedade inglesa setecentista e oitocentista, culminando em um modelo ideal de vida doméstica pregado pela classe burguesa (HALL, 2003).

Dentro do contexto de um ideal burguês de comportamento, tem-se a estruturação das relações de gênero, responsáveis por atribuir condutas e comportamentos distintos no que tange à esfera masculina e feminina. Nesse sentido, Hall (2003) e Vasconcelos (2007)

apontam para um ideal de separação dos gêneros entre a esfera pública, destinada aos homens, e a esfera privada, relegada às mulheres.

6.1 O IDEAL DO STATUS DA MULHER CASTA E FIEL: as concepções de feminilidade burguesa

Para Digby (1992), contextualizando as afirmações de Hall (1990)⁵, foi durante o período de transição do final do século XVIII e início do XIX que as relações de gênero puderam ser redimensionadas, estando o homem no recém definido centro da vida pública, isto é, no mundo dos negócios, do comércio e da política; e a mulher, por sua vez, ambientando e administrando o universo privado do lar e da família.

Assim, no contexto das classes médias e médias-altas, entendidas aqui, em sua maioria, como pertencentes à classe burguesa, a vida doméstica e puritana encontravam-se como elementos centrais dos costumes e comportamentos sociais. A figura feminina tornava-se o maior exemplo e símbolo do perfeito modelo de vida familiar, de modo que a elas eram destinadas as maiores responsabilidades e os melhores exemplos de conduta (HALL, 2003).

As mulheres deveriam centralizar seus esforços na preparação para o casamento e para a administração da vida familiar, atendendo aos ideais de concepção feminina. De acordo com Vasconcelos (2007), a maioria das mulheres das classes médias e médias-altas encontrava-se subtraída do mercado de trabalho, uma vez que trabalhar era considerado um ultraje à sua feminilidade. Assim, restava-lhe quase sempre o casamento como alternativa de sustento e forma de ascensão social e econômica.

Nesse plano, estando a mulher no centro da família burguesa, uma educação sólida era considerada desnecessária e acima da capacidade feminina, conforme aponta Vasconcelos (2007). Uma vez que deveriam ser preparadas para ocuparem a posição de esposa casta e fiel, pensava-se que as mulheres poderiam passar muito bem com as poucas aptidões que lhe eram ensinadas nos internatos: dança, desenho, música, trabalhos de agulha, francês e comportamento, em sua maioria.

Tais competências eram consideradas ideais para a mulher burguesa das sociedades setecentista e oitocentista, de modo a dispensar as faculdades intelectuais que pudessem vir a possuir. Segundo Vasconcelos (2007), qualquer pretensão intelectual em uma mulher era vista com desaprovação e enorme preconceito. A ignorância, em contrapartida, era considerada como uma imagem ideal de feminilidade. Para a autora, ainda, assuntos de caráter público,

⁵ HALL, Catherine. Private persons versus public someones: class, gender and politics in England: 1780-1850. In: LOVELL, Terry (Ed.). *British feminist thought: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1990. p. 52.

tais como questões literárias, filosóficas, políticas e comerciais, eram concernentes à esfera masculina, sendo discutidas em clubes e cafés.

As mulheres, portanto, deveriam ser instruídas na arte da conversação, nos cuidados domésticos e na adequação do vestuário. Seu dever era concentrar-se no aprendizado de competências ligadas à modéstia, graça, decoro, recato e delicadeza, consideradas características essenciais para se conseguir um bom casamento (VASCONCELOS, 2007).

À guisa de exemplo, Jane Austen (1775-1817), uma das mais reconhecidas e notórias autoras britânicas do século XIX, ilustra em seu mais conhecido romance, *Orgulho e Preconceito*, publicado em 1813, o que poderia considerar-se como uma mulher devidamente prendada na sociedade inglesa da época. Segundo uma das personagens do livro,

[...] nenhuma mulher pode ser considerada prendada se não superar em muito o que se costuma fazer. Deve ter um conhecimento profundo da música, do canto, do desenho, da dança e dos idiomas modernos para merecer a qualificação; e, além de tudo isso, deve possuir algo no modo de ser e na maneira de caminhar, no tom de voz, no trato e nas expressões, para que a palavra não seja merecida senão em parte (AUSTEN, 2012a, p. 55).

Assim, conforme demonstrado acima por Austen (2012a), para ser considerada efetivamente prendada, a mulher deveria dedicar-se, em sua maioria, às atividades pertencentes ao mundo doméstico e do decoro, de modo a exaltar sua feminilidade e criar condições para conseguir um bom casamento. Dessa forma, estaria apta a cuidar do lar e da família. Quaisquer pretensões de ascensão intelectual feminina eram não somente rigidamente encaradas como avessas ao ideal de feminilidade, como também, prontamente desconsideradas.

Dessa forma, nesta nova ordem burguesa, ainda segundo Vasconcelos (2007), passa-se a ter uma especialização de funções, bem como uma nova divisão de tarefas: aos homens cabiam o trabalho, o sustento da casa, a política e o poder, e às mulheres, por sua vez, a administração do mundo doméstico. Separava-se, assim, as esferas sociais entre público e privado, sendo o primeiro destinado aos homens e o segundo, portanto, relegado às mulheres.

De modo geral, as mulheres da sociedade britânica dos séculos XVIII e XIX, independentemente das classes sociais as quais pertencessem, não tinham muitas escolhas, sobretudo para aquelas que não eram de famílias aristocráticas ou de classes médias-alta. As chances de ascensão social pautavam-se, em sua maioria, por meio do casamento, inclusive dos vantajosos, realizados entre classes sociais distintas.

O casamento enquanto instituição permitia a mobilidade social por meio de alianças entre classes, como a burguesia e a aristocracia, por exemplo. Ademais, considerado como

mercadoria de grande valor, a burguesia creditava ao casamento, sobretudo à união por amor, o maior símbolo de castidade e puritanismo, o que acabava por revalorizar e assegurar de modo veemente a fidelidade e a castidade da mulher.

Ainda segundo Vasconcelos (2007), em uma sociedade burguesa e patriarcal, as mulheres também não tinham direito legal à propriedade nem à riqueza. Todo e qualquer bem que trouxessem para o casamento, em forma de dote, passava automaticamente para as mãos do marido. Nas camadas médias, ademais, havia poucas chances de autossuficiência econômica para o sexo feminino e o acesso ao mundo do trabalho era restrito, o que as tornava praticamente dependentes do casamento como forma de sustento e ascensão social e econômica.

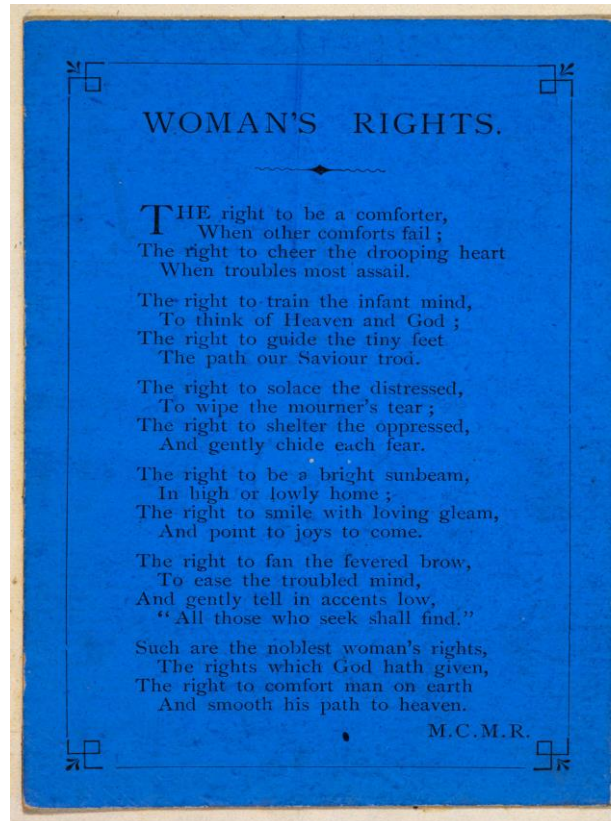
Assim, tendo em vista que as mulheres da sociedade inglesa eram preparadas, desde o berço, para assumirem a posição central da vida conjugal, começava-se, portanto, a serem disseminadas as mais variadas concepções burguesas sobre a feminilidade, com o intuito de expandir e construir o ideal de comportamento feminino a ser seguido. Nesse contexto, as publicações e veículos de informação da época desempenharam papel central no que tange à propagação do ideal feminino.

Isto é, considerando-se que, de acordo com Watt (1990) e Vasconcelos (2007), o desenvolvimento industrial e a conseqüente mecanização dos bens de consumo substituíram grande parte das atividades domésticas, ao disponibilizar em lojas os produtos manufaturados antes produzidos pelas mulheres em casa, as mesmas encontravam-se com tempo livre e ocioso, a ser gasto com periódicos voltados para o sexo feminino e, em sua maioria, com os romances disponibilizados pelas bibliotecas circulantes.

Com isso, tornava-se possível ao sexo feminino ter acesso às ideias relativas ao papel social da mulher e à instituição do casamento, amplamente disseminadas em diferentes tipos de publicações da época, a fim de ampliar o controle social sobre as mulheres e universalizar o padrão de conduta feminino. Para Vasconcelos (2007), ao passo que os manuais de conduta ensinavam às mulheres sobre como se comportar e tornar-se boa dona de casa, os periódicos dedicados à mulher buscavam propagar as novas atitudes e valores.

Nesse sentido, diante do reduzido acesso feminino à educação formal, tais publicações tornaram-se uma fonte importante de instrução para grande parte das mulheres. Ainda, de acordo com Vasconcelos (2007), os periódicos foram também responsáveis por propagar e construir um discurso de feminilidade e domesticidade dirigido às mulheres, contribuindo, assim, para criar uma nova imagem de mulher virtuosa, de cuja castidade dependia sua vida e futuro.

Figura 1 – Disseminação do ideal de conduta feminina nos veículos de informação



Fonte: *British Library*. Conjunto de versos, de autoria de M.C.M.R., datado do século XIX.⁶

Na figura ilustrada acima, encontra-se um exemplo da disseminação, por entre os veículos de informação, sobre o comportamento ideal feminino, com o intuito de reforçar a noção da mulher na esfera privada, da domesticidade do lar e da família. Na imagem, observa-se um conjunto de versos⁷, impressos em um pequeno pedaço de cartão azul, que buscava expandir e promover o conceito acerca das condutas ideais femininas.

O autor exemplifica a posição da mulher enquanto dependente dos homens e servindo de conforto para os mesmos, como se sua natureza correspondesse aos desígnios divinos da

⁶ Disponível em: <<http://www.bl.uk/collection-items/a-19th-century-verse-on-womans-rights>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

⁷ Tradução livre da autora: O direito de ser um conforto/Quando outros confortos falharem/O direito de animar o coração desfalecido/Quando mais acometido por problemas/O direito de ensinar as mentes das crianças/De pensar no Céu e em Deus/O direito de guiar os pés pequeninos/Pelo caminho que o Salvador trilhou/O direito de consolar os aflitos/De enxugar as lágrimas dos lamentadores/O direito de abrigar os oprimidos/E gentilmente repreender cada temor/O direito de ser um reluzente raio de sol/Em um lar rico ou humilde/O direito de sorrir com amável brilho/E indicar as alegrias que estão por vir/O direito de abanar a fronte febril/De relaxar as mentes preocupadas/E gentilmente dizer em baixo tom "Todos aqueles que buscam, encontrarão"/São estes os mais nobres direitos da mulher/Os direitos que Deus há de ter dado/O direito de confortar os homens na Terra/E suavizar o caminho dele até o Paraíso.

separação dos sexos. Isto é, como se a mulher tivesse nascido para administrar o mundo do lar e da família, sendo, portanto, seu dever divino seguir os preceitos da moral.

Conforme aponta Vasconcelos (2007), os romances também participaram deste movimento cultural. Grande parte deles, no contexto da Inglaterra do século XVIII, fora escrito para instruir pelo exemplo, de modo a promover a virtude e punir o vício, através do senso de propósito e didatismo. O intuito recaía sobre a mistura de entretenimento com instrução moral.

Assim, os romances tiveram papel central na construção do gênero e das relações entre homens e mulheres na sociedade, articulando e propagando a ideologia da domesticidade. Além disso, contribuíram também para naturalizar essa nova concepção de feminilidade, como se, segundo Vasconcelos (2007, p. 132), “[...] houvesse uma essência feminina – biologicamente inferior, socialmente subordinada e portadora de qualidades naturais que a tornavam mais afeita ao mundo da casa.

Inúmeros exemplos no campo literário inglês setecentista poderiam ser mencionados, a fim de lançar luz não só nas construções do feminino, como também nas oportunidades de vida destinadas às mulheres casadas e solteiras. Um deles é *Pamela: or virtue rewarded*, escrito por um dos autores pioneiros do gênero romance (*novel*), Samuel Richardson (1689-1761), em 1740, que expõe, de certa forma, não apenas o modelo ideal de feminilidade, como também a realidade vivenciada por muitas mulheres na época e os dilemas morais sobre vícios e virtudes.

Romance de cunho didático e moralizante, *Pamela* ilustra a construção e propagação da ideologia de feminilidade, colocando a mulher no cerne da virtuosidade e do comportamento ideal. Como o próprio título sugere, as condutas femininas da época, se pautadas em um modelo de comportamento ideal, resultavam na recompensa da virtude, o que significa dizer, em sua maioria, conseguir um bom casamento.

Assim, sendo o impacto de *Pamela* enorme, as heroínas dos romances, portanto, acabavam por funcionar como exemplos de feminilidade, sendo pacientes, modestas e sem nenhuma aspiração ao conhecimento e à vida intelectual. Desse modo, como indica Vasconcelos (2007), a virtude, a moderação, a inocência, o decoro e o bom senso que se exigiam das mulheres eram também as qualidades essenciais demandadas e presentes nas heroínas nos romances.

Nesse contexto, torna-se possível perceber que as ideias concernentes à separação dos sexos eram fortemente definidas e expandidas por entre a sociedade burguesa. Aos homens, cabiam o universo público, com direito ao ensino e crescimento profissional; ao passo que às

mulheres, por sua vez, acabavam por serem relegadas às condutas sociais e morais, bem como ao desenvolvimento de habilidades para tornarem-se esposas e mães ideais, destinadas à vida doméstica e familiar do lar.

Contudo, lançando um olhar na sociedade inglesa da época como um todo, torna-se interessante observar se tais padrões de conduta impostas ao sexo feminino, como também, a separação dos gêneros por entre as esferas pública e privada eram considerados como zonas intransponíveis e imutáveis.

Nesse sentido, Digby (1992) aponta para um rompimento, ainda que de forma gradual e quase imperceptível, das mulheres em relação às barreiras da vida pública, de maneira que se tem uma separação não tão dicotomizada das esferas pública e privada, o que se verá a seguir com mais profundidade.

6.2 O IDEAL DO COMPORTAMENTO FEMININO NA PRÁTICA: a linha tênue entre o público e o privado

Ainda que a sociedade inglesa do final do século XVIII a meados do XIX pautasse as relações de gênero na separação das esferas entre público e privado, tal distinção encontrava-se muito mais idealizada no plano teórico do que efetivamente na prática. Isto é, ainda que se acreditasse na separação bem definida dos sexos, tendo em vista as transformações na sociedade britânica, as mulheres foram rompendo gradualmente as barreiras conservadoras impostas ao sexo feminino, uma vez que precisavam trabalhar para ajudar a família ou para o próprio sustento (DIGBY, 1992).

De acordo com Hall (2003), as consequências ocasionadas pelo processo revolucionário foram responsáveis por inúmeras modificações, principalmente nos centros urbanos ingleses, onde o desenvolvimento das indústrias e do comércio cresceu de forma gradual, porém ligeira. Tais fatores acabaram por demandar mais esforços por parte dos comerciantes, transformando seu comércio em um negócio de família, de maneira que a presença da mulher se tornou necessária para auxiliar nas atividades comerciais, em especial como força de trabalho.

Apenas os ricos podiam se permitir ter esposas que não trabalhassem, visto que elas contribuía para a renda familiar, quando se fazia necessário um auxílio suplementar. Com base em Hall (2003, p. 63), “A mulher do agricultor ficava encarregada da leiteira; a esposa do negociante cuidava da loja ou da contabilidade; a viúva do fabricante podia assumir a empresa à morte do marido.”

Nesta perspectiva, visto que o desenvolvimento da indústria e do comércio implicavam em novas práticas comerciais, a necessidade de saber ler e ter algum tipo de conhecimento se tornava essencial para o sucesso dos negócios (ALTICK, 1998). Contudo, ainda que a mulher burguesa estivesse inserida no comércio como força de trabalho, de acordo com Hall (2003), a distinção entre os sexos se tornava nítida no que tange ao contexto educacional, claramente desfavorável ao sexo feminino.

No século XVIII até meados do XIX, as mulheres encontravam-se subtraídas do acesso à educação formal na Inglaterra, não podendo desenvolver quase aprendizado intelectual algum, ao contrário dos homens. Nesse plano, as mulheres não tinham acesso às formas de ensino destinadas às novas demandas do comércio. Segundo Hall (2003), ao sexo feminino, eram ensinados, através das mães, as atividades domésticas, ainda que fossem ensinados também a arte de combinar esses talentos com a disponibilidade para auxiliar no comércio, sempre que fosse necessário.

Quanto aos homens das classes médias e altas, como aponta Hall (2003), desde o século XIX foram fundadas muitas escolas que formavam os rapazes e os iniciavam no futuro papel de “capitães de indústria”. Poucos ofícios ofereciam possibilidade de aprendizado formal às mulheres. Acreditava-se que elas aprenderiam no próprio local de trabalho.

Para as mulheres pertencentes às classes mais baixas da sociedade, em contrapartida, a situação era ainda mais agravante. Grande parte das mulheres pertencentes às classes operárias necessitava de trabalho, seja para contribuir para a renda familiar ou para seu próprio sustento.

De acordo com Hobsbawm (2013b), a participação da figura feminina como força de trabalho nas fábricas e indústrias totalizava cerca de 50% já na primeira metade do século XIX, com salários mais baixos e de modo a não demandar tanto tempo livre assim das mulheres.

Já ao decorrer do século XIX, a força de trabalho masculina adulta chegava à cerca de apenas 23%, evidenciando a ampla utilização de mão-de-obra feminina e, até mesmo, infantil. Isso ilustra a realidade da grande maioria das mulheres das camadas mais baixas da sociedade, que necessitavam do trabalho como meio para garantir a própria sobrevivência ou para contribuir para o sustento de sua família (HOBSBAWM, 2013b).

O trabalho feminino também se expandiu para além das indústrias e fábricas, incluindo mulheres que trabalhavam como governantas, para as que pertenciam às classes médias, e para as mulheres pertencentes às classes menos favorecidas, por exemplo, cozinheiras e cuidadoras de crianças (HALL, 2003; LEMIRE, 2012). Para as mais pobres,

Vasconcelos (2007) aponta para três alternativas: a profissão de costureira, criada ou prostituta.

Esses autores permitem perceber, todavia, que além dos fatores supracitados, existe uma série de outras razões, intrinsecamente ligadas à Revolução Industrial, que modificaram significativamente o contexto social da Inglaterra do século XIX e, especialmente, as relações de gênero. Por exemplo, em relação aos índices de alfabetização, o papel desempenhado pela industrialização se tornou relevante para seu próprio desenvolvimento.

Lemire (2012) explica que os índices de alfabetização na Inglaterra cresceram consideravelmente durante o final do século XVIII e início do XIX. Para o autor, tal fato está diretamente ligado aos desdobramentos da Revolução Industrial, que acabaram por criar novas oportunidades de trabalho, de maneira a transformar o modo de vida de inúmeras pessoas, que buscavam se adaptar às novas circunstâncias sociais e econômicas da época. Nestes termos, tem-se uma demanda maior por mão-de-obra qualificada e alfabetizada, a fim de operar as máquinas nas fábricas e administrar os negócios.

Contudo, no que tange aos índices de alfabetização entre homens e mulheres, as taxas ainda permaneciam um tanto quanto distantes, sobretudo se levar em consideração que a educação formal alcançou a mulher bem depois que o homem, o que acabou por impactar significativamente na alfabetização feminina. De acordo com Lemire (2012), na Inglaterra do século XIX, estima-se que 69% dos homens eram alfabetizados, enquanto as mulheres ocupavam 54%, ainda que a população feminina ultrapassasse a masculina.⁸

Para o autor, uma razão que elucida tal divisão pode estar justificada na baixa qualidade do ensino britânico durante o século XIX. De acordo com Lemire (2012), as mulheres tinham poucas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, sendo que apenas uma parcela dos mesmos demandava mão-de-obra alfabetizada. As que sabiam ler e escrever, por exemplo, sendo, em sua maioria, mulheres pertencentes às classes burguesas, estavam destinadas às atividades de governantas. Para as mulheres das classes menos favorecidas, por sua vez, restavam os serviços domésticos em casas de famílias ricas ou o trabalho nas fábricas.

No entanto, ainda que alfabetizadas, saber ler e escrever, no caso feminino, não resultava em tanto prestígio ou melhores oportunidades de trabalho, como ocorria na esfera

⁸ Lyons (1999) aponta que os dados referentes à alfabetização masculina e, especialmente, a feminina são, em sua maioria, imprecisos, visto que os métodos utilizados para medir os índices são pouco confiáveis. A metodologia utilizada para medir as taxas de alfabetização – assinatura no registro de casamento – evidenciava que as mulheres sabiam escrever seus nomes, mas não que fossem instruídas o suficiente para ler ou escrever materiais mais extensos.

masculina. Para as mulheres, ser alfabetizada poderia ser um diferencial em algumas situações, porém, para as que pertenciam às classes trabalhadoras, as chances de tornarem-se letradas tornavam-se bem pequenas, o que diminuía ainda mais suas oportunidades de trabalho (LEMIRE, 2012).

Por essa razão, tendo em vista as poucas chances de acesso à educação formal e, ainda, ao mercado de trabalho, muitas mulheres encontravam-se subtraídas de seu desenvolvimento enquanto leitora, bem como de suas faculdades intelectuais; vendo, dessa forma, diminuídas suas chances de independência financeira ou inserção efetiva no campo literário, uma vez que viver da escrita era não só altamente malvisto pela sociedade, como também, intelectual e economicamente inviável.

Contudo, segundo Digby (1992), ainda que a sociedade inglesa tentasse estipular a separação dos gêneros a partir de condutas específicas para o sexo feminino, as mulheres foram transpondo, ainda que gradualmente e de maneira sutil, as fronteiras da esfera pública. Inicialmente, graças ao processo revolucionário, que impôs a necessidade de trabalhar por sobrevivência ou para contribuir para o sustento da família, as mulheres foram adquirindo o desejo por sua independência financeira, refletidas nos mais diversos ofícios e, até mesmo, nos primeiros lampejos de uma conscientização política.

Com efeito, tais rompimentos refletiram também na economia do livro da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Ainda que inúmeras barreiras de cunho social e econômico tenham se apresentado como obstáculos entre as mulheres e o acesso ao livro e a leitura, graças à mecanização da imprensa e sua consequente contribuição para moldar a nova economia do livro, novos espaços de produção, circulação e distribuição da informação se originaram, à exemplo das bibliotecas circulantes, que contribuíram para possibilitar às mulheres a oportunidade de se inserirem socialmente na cadeia produtiva do livro.

Esse tipo de biblioteca atuou consideravelmente para o desenvolvimento e formação de um novo público leitor, essencialmente feminino e centralizado nas camadas médias e médias-altas burguesas, que encontravam na leitura de romances, além de momentos de fruição, instrução através de um tipo de literatura considerada menos intelectual. Para contextualizar como as bibliotecas circulantes assumiram esse posto de atuação, a próxima seção busca apresentar as origens e o funcionamento desses estabelecimentos.

7 O NASCIMENTO DAS BIBLIOTECAS CIRCULANTES NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII: sua atuação como novo ambiente de distribuição e circulação de informação

*“Printed Pamphlets, and Books, of all sorts and conditions,
 Well bound, in good order, the fairest editions;
 All tastes he can suit, be they ever so various,
 And please every fancy, however precarious;
 There are truths and grave maxims to please the discerning;
 There the wit may find jokes, and the scholar find learning;
 For the gay there is mirth, and sad tales for the grave,
 And sieges, and battles, and wars for the brave;
 For the curious inquisitive mind that loves facts,
 There are all kinds of histories, memoirs and tracts;
 For the poet there’s rhyme, for the solid there’s prose,
 And assistance for those who want help to compose;
 To pass the sad hours; there are novels in store;
 Fairy tales and romances, and fifty things more;
 COLLECTIONS of all the best SONGS that are sung;
 Devout books for the old, and love tales for the young...”*

(1786 advertisement for Fowler’s Circulating Library apud BENEDICT, 2004, p. 18)

Watt (1990) e Erickson (1990) explicam que o termo “bibliotecas circulantes” surgiu na Inglaterra em meados da década de 1740, embora, sobretudo a partir de 1725, já existissem registros de bibliotecas desse tipo. Chartier (2009) se refere a elas também como: *circulating libraries, rental libraries, leihbibliotheken e cabinet littéraires*.

Para Wittmann (1999), o ápice das bibliotecas circulantes tem seu ponto de partida, por toda Europa, em meados do século XVIII, mais precisamente a partir de 1750. Em 1761, o livreiro Quillan fundou a primeira biblioteca circulante (*cabinet littéraire*) em território francês, o que resultou na ampla multiplicação dos estabelecimentos nas décadas de 1770 e 1780.

Nos territórios de línguas germânicas, por sua vez, Wittmann (1999) aponta para a existência da primeira biblioteca circulante (*leihbibliotheken*) em *Frankfurt-am-Main*, também na década de 1750. Na maioria das cidades, mesmo nas menores, havia pelo menos uma biblioteca desse tipo em operação, já nas décadas de 1780 e 1790. Por volta de 1800, *Leipzig* contava com nove estabelecimentos, enquanto *Bremen* tinha dez e *Frankfurt-am-Main* atuava com dezoito bibliotecas circulantes.

Na Grã-Bretanha, de acordo com Altick (1998), a primeira biblioteca circulante de que se tem conhecimento foi fundada na Escócia pelo intelectual, poeta e livreiro Allan Ramsay, ainda na primeira metade do século XVIII. Contudo, foi na Inglaterra que a fórmula alcançou

grande sucesso. Em um primeiro momento, Gerard (1980) e Benson (1997) apontam, ainda no século XVII, para a existência de um sistema de empréstimo rudimentar antes do termo “biblioteca circulante” ter sido cunhado⁹.

Tendo por base evidências encontradas em jornais e propagandas de livreiros da época, o autor indica a existência de práticas de empréstimos em 1661, quando Francis Kirkman, por exemplo, ofereceu parte do seu estoque sob a chamada “*lent to read*”¹⁰. Outro exemplo interessante é a propaganda de uma viúva que, em 1674, oferecia “*all sorts of histories to buy or let out to read.*”¹¹ (GERARD, 1980, p. 212).

No entanto, como já indicado por Wittmann (1999), foi no século XVIII que as bibliotecas circulantes atingiram seu ápice. Em 1728, Thomas Sendall fundou uma livraria em Bristol e, rapidamente, o novo hábito tornava-se parte do cenário social britânico, estimulando a inauguração e a expansão de novos estabelecimentos. Nesse sentido, para Watt (1990), a difusão dessas bibliotecas efetivou-se a partir de 1740, quando se fundou em Londres o primeiro comércio do tipo, às quais se seguiram, no mínimo, sete em apenas uma década.

Interessante também ressaltar que, segundo Gerard (1980), o período de maior crescimento foi entre 1740 e 1800. Nesse momento, Londres contava com nove bibliotecas circulantes na década de 1740, sendo o estabelecimento de Samuel Fancourt, fundado em 1742, em *Fleet Street*, um dos mais conhecidos. Esta biblioteca é conhecida por ser a primeira a usar o termo “biblioteca circulante” para descrever a si própria, inspirando outros livreiros a fazerem também o uso dessa terminologia.

Outro pioneiro foi Francis Noble que inaugurou sua *Large Library of Useful Entertaining Books* em 1746, e Thomas Lowndes, com o estabelecimento da *Lowndes Circulating Library*, já em 1755. Nos anos compreendidos entre 1770 e 1780, Schürer (2007), tendo por base Hamlyn (1946)¹², indica a existência de dezenove bibliotecas circulantes em Londres, enquanto Raven (2000)¹³, citado por Schürer (2007), aponta para a presença de mais de vinte estabelecimentos na capital inglesa durante esse mesmo período.

⁹ Segundo Kaufman (1967), estima-se que as práticas de empréstimo de livros, ainda que em modelos rudimentares e sem a cobrança de taxas de aluguel bem estabelecidas, eram um costume em países europeus já no período medieval. Na França e Inglaterra, por exemplo, estudantes e pesquisadores universitários, bem como membros da Igreja, já pegavam livros emprestados de bibliotecas catedrais e das universidades, de modo a ilustrar a existente familiaridade da sociedade com as práticas de empréstimo desde antes do século XVIII.

¹⁰ Tradução nossa: “Empréstimo para leitura”.

¹¹ Tradução nossa: “Todos os tipos de história para comprar ou levar para ler”.

¹² HAMLIN, Hilda. Eighteenth-century circulating libraries in England. *The Library: the transactions of the bibliographical society*, Oxford, Vol. 5, No. 3-4, pp. 197-222, 1946.

¹³ RAVEN, James. Historical introduction: the novel comes of age. In: GARSIDE, Peter; RAVEN, James; SCHÖWERLING, Rainer (Ed.). *The english novel, 1770-1829: a bibliographical survey of prose fiction published in the British Isles*. Oxford: Oxford University Press, 2000. pp. 1-84.

Ao longo de todo o século XVIII, de acordo com Chartier (2009) e Kaufman (1967), observa-se a existência de cerca de 380 bibliotecas circulantes, sendo 112 em Londres e 268 na província, dispersas por entre 119 localidades diferentes. No ano de 1775, conforme aponta Erickson (1990), muitas bibliotecas circulantes expandiram-se para os centros urbanos, tais como Londres e Bath. Ainda, em 1801, Erickson (1990) e Kaufman (1967) indicam a existência de não menos que mil bibliotecas circulantes na Inglaterra, a partir da qual, em 1826, quase toda cidade britânica contava com um estabelecimento do tipo.

Com isso, para compreender a definição de uma biblioteca circulante, em seu sentido geral, Erickson (1990) aponta para a caracterização da mesma como uma espécie de negócio privado, gerenciado por livreiros ou empreendedores, cujo objetivo principal era o aluguel de livros. Seu intuito, de acordo com o autor, era atingir, sobretudo, a cultura de massa, em especial as mulheres das classes médias, através dos livros de ficção, em sua maioria.

Segundo Chartier (2009), o propósito das bibliotecas tidas como circulantes era sempre o mesmo: em troca do direito de assinatura anual ou mensal, os leitores podiam ler no local ou levar para casa todas as obras que o catálogo do livreiro oferecia, sob a forma de locação à preços módicos.

No âmbito da Biblioteconomia, Gerard (1980), no volume vinte e nove da *Encyclopedia of Library and Information Science*, compartilha da opinião de Erickson (1990) e Chartier (2009), apresentando a biblioteca circulante como aquela gerenciada e organizada por livreiros com vistas apenas ao lucro, através do aluguel de livros.

As bibliotecas circulantes ofereciam aos seus assinantes uma vasta coleção de livros cuja aquisição por meio da compra seria consideravelmente cara e, portanto, inviável. Nesses estabelecimentos, pelo preço de um livro, era possível ao cliente ter acesso à diversos tipos de impressos ao longo de um ano. Dessa forma, o empréstimo de livros se apresentava como uma prática mais econômica e acessível do que a compra de impressos.

Nesse sentido, a figura 2 abaixo apresenta o exemplo de uma biblioteca circulante em *Scarborough*, no condado de *North Yorkshire*, Inglaterra, no início do século XIX. Tal como a imagem ilustrada, esse tipo de biblioteca localizava-se, em sua maioria, em cidades balneárias, atraindo inúmeros usuários provenientes de classes médias e médias-altas, tanto pelos livros comercializados, quanto pelo espaço de sociabilidade que ofereciam.

Figura 2 – Biblioteca circulante em Scarborough



Fonte: *The Library*. Ilustração de James Green, encontrado no livro *Poetical sketches of Scarborough in 1813*, datado de 1893 e publicado pela Frank Fawcett.¹⁴

As áreas rurais, por sua vez, não contavam com muitas bibliotecas circulantes, visto que os livreiros precisavam de uma população urbana de pelo menos dois mil habitantes para a sobrevivência de seu estabelecimento, conforme aponta Erickson (1990). De acordo com o autor, para os moradores dos campos, também provenientes das classes médias e médias altas, que desejavam ter acesso ao livro, era possível incluir à sua assinatura, por um preço adicional, o serviço de entrega à domicílio.

Nesse contexto, para o autor, tendo em vista que os hábitos de lazer se encontravam consideravelmente expandidos por entre as cidades urbanas, sobretudo as litorâneas e outras consideradas como o centro da moda, as bibliotecas circulantes acabavam por ser frequentadas por membros das classes médias e médias-altas, que transformavam seu espaço em um verdadeiro ambiente de sociabilidade, onde iam também para encontrar pessoas e não apenas pegar livros emprestados.

Segundo Erickson (1990) e Benson (1997), além de proporcionar acesso ao livro e à leitura, as bibliotecas circulantes acabaram por se tornar também um ambiente no qual as mulheres iam para verem umas às outras, bem como para saber ou anunciar quem estava na cidade, considerando-se o hábito comum dos visitantes em inscreverem-se em bibliotecas circulantes assim que chegavam em um local. Acredita-se, de acordo com Erickson (1990), que o interesse das classes médias nas bibliotecas circulantes também estivesse associado ao

¹⁴ Disponível em: <<https://archive.org/stream/poeticalsketches00papwrich#page/n21/mode/2up>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

prestígio de saber ler e escrever no século XIX, visto que os livros eram considerados um meio para ampliar o *status* social.

Ademais, conforme aponta Colclough (2007), com o intuito de oferecer entretenimento aos seus usuários durante a temporada em que passavam nas cidades, as bibliotecas circulantes também incluíam em seu estabelecimento a comercialização de luvas, guarda-chuvas, chás, perfumes, brinquedos, entre outras bugigangas, como se fossem realmente lojas. De acordo com Kite (1971), era possível encontrar nessas bibliotecas, até mesmo, convites à venda para bailes e concertos.

Para Colclough (2007), essas concepções sugerem que as bibliotecas circulantes foram promovidas a um espaço de sociabilidade a partir do qual as famílias das classes médias iam para se reunir, conversar e comprar quinquilharias. Assim, a biblioteca circulante assumia uma outra função além do aluguel de livros: promovia a sociabilidade.

Figura 3 – *Hall's Library at Margate*



Fonte: *Yale Center for British Art. Hall's Library at Margate, 1789. Ilustração de Thomas Malton the Younger, 1748–1804.*¹⁵

A figura 3 acima ilustra a *Hall's Library*, biblioteca circulante localizada em *Margate, Kent*, no final do século XVIII, também enquanto espaço de sociabilidade, onde pode-se encontrar pessoas lendo, conversando, crianças brincando e, até mesmo, um cachorro. De acordo com Colclough (2007), ao combinar o empréstimo de livros com a venda de outros produtos, bem como a oferta de entretenimento que, em muitas vezes, incluía a dança e os

¹⁵ Disponível em: <<http://collections.britishart.yale.edu/vufind/Record/3627942>>. Acesso em: 15 nov. 2016

jogos de azar, a biblioteca circulante contribuiu em muito para a reinvenção da leitura como uma atividade de lazer.

Diante desse panorama, torna-se interessante então compreender não apenas o que eram as bibliotecas circulantes e qual público buscavam atingir, como também as práticas implicadas para que os livros chegassem aos seus leitores. Sob uma perspectiva biblioteconômica, Gerard (1980, p. 213, tradução nossa), apresenta o funcionamento e os métodos de empréstimo presentes nesse tipo de estabelecimento, que em muito se assemelham às atividades desempenhadas atualmente:

Eram utilizados métodos confiáveis para lidar com as rotinas de aquisição de obras e procedimentos de empréstimo, bem como com a publicação de catálogos, que eram utilizados pelos assinantes para seleção. Os procedimentos iniciais empregados nas bibliotecas circulantes precederam os posteriores desenvolvimentos no campo biblioteconômico. Taxas de assinaturas fixas, períodos de empréstimo, registros dos assinantes, livros de adesão, contas, bilhetes, rótulos e os selos da biblioteca – toda a parafernália associada ao trabalho das bibliotecas, mesmo nos dias de hoje, na era dos sistemas informatizados – tiveram que ser criadas com certa precedência. [...] Os assinantes pagavam suas assinaturas mensalmente, por trimestre, por semestre ou anualmente; e as taxas variavam de cinco *shillings* para a temporada ao padrão de 1 guinéu por ano. O sistema de assinaturas por classes permitia que as novas publicações fossem reservadas para os que podiam pagar taxas mais altas, de modo que poderiam, ainda, pegar emprestado mais de um livro por vez (uma média de seis volumes, ao invés dos dois usuais). Os não assinantes podiam pegar livros emprestados por uma taxa de empréstimo de alguns centavos por volume e deviam deixar ainda um depósito igual ao valor do livro emprestado. Os catálogos impressos eram vendidos à seis *penc eou 1 shilling*, e os leitores selecionavam seus títulos a partir deles. Embora o acesso direto às prateleiras fosse permitido, um funcionário normalmente servia como intermediário. O tempo permitido para leitura variava de dois dias a um mês, dependendo do quão atual o livro fosse; e os livros podiam ser trocados no mesmo dia em que eram solicitados. Multas eram cobradas por livros atrasados, e aqueles perdidos ou danificados deveriam ser pagos em seu preço total. Serviço de entrega à domicílio para os assinantes locais e residentes dos campos era uma prática sugerida; os livros eram enviados através de uma carruagem, porém era adicionada uma taxa às assinaturas. A organização das prateleiras se dava, provavelmente, por tamanho, uma vez que os catálogos dessas bibliotecas se encontravam geralmente organizados da seguinte forma: duodécimo, *octavo*, quarto, folio, e uma parte separada para os panfletos. As obras mais populares eram compradas em peso, especialmente os romances, e a maioria dos trabalhos em duodécimo eram encadernados em couro com placas de mármore.

Para acrescentar às informações oferecidas por Gerard (1980), Colclough (2007) afirma que as bibliotecas circulantes podiam também se apresentar sob dois tipos de funcionamento: aquelas que cobravam por cada livro emprestado e as que exigiam uma assinatura de seus usuários.

As bibliotecas que possuíam um estoque pequeno de livros eram consideradas, em sua maioria, como uma espécie de complemento à livraria ou a outros tipos de negócios dos livreiros. Assim, de acordo com Colclough (2007), costumavam realizar empréstimos diários

ou semanais, sendo a cobrança de um tostão pela diária de um livro ou cerca de três *pence* por semana uma prática usual no final do século XVIII. No entanto, ainda que essa taxa fosse considerada módica, continuava estando muito além das posses de grande parte da população.

Já as bibliotecas que possuíam um estoque maior, ainda segundo Colclough (2007), podiam cobrar taxas anuais, semestrais ou de quatro em quatro meses, tal como mencionado por Gerard (1980). O autor ainda aponta que, no final do século XVIII, visto que grande parte das bibliotecas circulantes se localizavam em cidades balneárias, conforme exemplificado anteriormente, a cobrança das taxas de assinatura era feita para a temporada.

Para Kite (1971), algumas bibliotecas circulantes de *Bath* durante o século XVIII, por exemplo, também apresentavam diferentes formas de funcionamento. Geralmente, um assinante podia pegar emprestado dois livros por vez, durante um período de dez dias. Nos casos de exemplares novos, por sua vez, o tempo de empréstimo era ainda mais restrito, variando por entre dois, quatro ou seis dias, sendo permitido alugar apenas um livro por vez.

Os livros, adquirindo essencialmente o formato de duodécimo ou *octavo*, eram selecionados por meio dos catálogos, no qual cada item possuía uma numeração única, de modo que, para escolher um exemplar, era necessário apenas solicitar o número desejado. Segundo as regras do estabelecimento, os assinantes podiam mandar criados em seus lugares com a lista dos números selecionados. Isto é, tendo em vista a ampla circulação de livros e pessoas nas bibliotecas circulantes, nem sempre possuíam disponíveis em seu acervo todos os números selecionados; muitos podiam estar emprestados, de modo que, ao solicitar mais de um número, os assinantes tinham mais opções de escolha à sua disposição (KITE, 1971).

Isso demandava dos assinantes, conforme aponta Schürer (2007), a necessidade de uma atualização – sempre que o livreiro reorganizava seu acervo e renumerava seu catálogo – dos catálogos que compravam das bibliotecas circulantes. Se não o fizessem, ao enviar a lista com os números selecionados, corriam o risco de escolher um livro diferente daquele desejado. Isto é, se no catálogo anterior um número representava determinado livro, por exemplo, no catálogo atualizado esse mesmo número poderia indicar outro material. Por isso a importância de se manter sempre atualizado perante às reorganizações no acervo, de modo a saber qual livro estava a solicitar.

Dessa forma, segundo Kite (1971), o catálogo acabava por servir tanto como catálogo de biblioteca, podendo ser consultado no próprio estabelecimento, como catálogo de venda, onde cada item tinha um preço. Isso significa dizer que os livros poderiam ser alugados ou

comprados, ainda que a segunda opção raramente estivesse ao alcance dos assinantes dessas bibliotecas.¹⁶

No tocante aos catálogos das bibliotecas circulantes, Schürer (2007) aponta para sua utilização não apenas como veículo de divulgação, como também, instrumento para descrição do público que buscava atingir e de seu acervo. Nesses catálogos, para o autor, era possível observar o preço dos livros e das assinaturas, o tamanho da coleção do proprietário, os tipos de gênero comercializados – com ênfase para os romances e ficção -, bem como os tamanhos físicos dos livros.

Com isso, os catálogos, colocados à venda para que os assinantes pudessem saber os livros disponíveis no acervo, ou acessíveis gratuitamente nas bibliotecas circulantes, acabavam por atuar como uma espécie de instrumento de mediação entre leitor e biblioteca, de modo que, através deles, tornava-se possível não só selecionar os livros a serem lidos, bem como conhecer melhor as bibliotecas circulantes (SCHÜRER, 2007)¹⁷.

Nessa perspectiva, à luz da Biblioteconomia, considerando-se as afirmações supracitadas, entende-se que, nos dias de hoje, principalmente depois do advento da biblioteca pública, o sistema de aluguel de livros por assinatura caiu em desuso, tornando gratuita sua aquisição em bibliotecas (GERARD, 1980; LYONS, 2010). Contudo, no dia a dia prático de uma biblioteca, independentemente de sua tipologia, as atividades básicas de administração e organização encontram-se tão presentes quanto nas bibliotecas circulantes dos séculos XVIII e XIX.

Isto é, a maioria das bibliotecas encontradas na atualidade desempenham atividades de seleção, aquisição, registro, classificação, organização de livros e catálogos, controle de empréstimo e disponibilização de seu catálogo - para que o usuário esteja sempre ciente e atualizado sobre as obras oferecidas pelo acervo -, entre outras inúmeras práticas. Também

¹⁶ Para Fergus (1984), a compra e o empréstimo de livros atendiam a diferentes tipos de leitores. Isto é, os livros das bibliotecas circulantes, vendidos à preços módicos, somado à disseminação da alfabetização por entre as classes menos abastadas, acabaram por permitir uma considerável expansão do público leitor, de modo a incluir aqueles que, de outra maneira, provavelmente não teriam recursos para ter acesso ao livro e à leitura, tais como os pertencentes às camadas burguesas. A compra de livros, por outro lado, era considerada de competência das classes literatas e alfabetizadas, tais como a *gentry*, considerados como membros da alta sociedade e pequena aristocracia rural.

¹⁷ Para aprofundamento sobre os catálogos das bibliotecas circulantes ver: SCHÜRER, Norbert. Four catalogues of the Lowndes circulating library, 1755-1766. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, Chicago, Vol. 101, No. 3, pp. 329-357, 2007 e JACOBS, Edward. Buying into classes: the practice of book selection in eighteenth-century Britain. *Eighteenth-century Studies*, Baltimore, Vol. 33, No. 1, pp. 43-64, 1999. Embora não seja foco do presente estudo explorar os catálogos das bibliotecas circulantes e seus métodos de organização, os artigos de Schürer (2007) e Jacobs (1999) são fontes interessantes para compreender como a descrição desses catálogos lançavam luz não apenas sobre a composição do acervo desses estabelecimentos, bem como em sua organização, público alvo e funcionamento das bibliotecas circulantes.

assim ocorria nas bibliotecas circulantes. Embora com técnicas mais rudimentares, essas bibliotecas buscavam sempre administrar e organizar seu espaço, de forma a possibilitar o acesso a seu público alvo e assegurar o lucro dos livreiros.

Assim, com base nas afirmações de Gerard (1980), torna-se possível observar a presença de métodos biblioteconômicos aplicados na administração e organização das bibliotecas circulantes para proporcionar o acesso ao livro e à leitura já nos séculos XVIII e XIX. É interessante destacar a importância desses procedimentos não apenas para o progresso da economia do livro como um todo, mas também para o desenvolvimento de práticas biblioteconômicas encontradas nos dias de hoje.

No entanto, ainda de acordo com Gerard (1980), por mais que tenham contribuído sobremaneira para o desenvolvimento de práticas biblioteconômicas que perduram até os dias atuais, o principal foco das bibliotecas circulantes se encontra na sua atuação e propagação face às necessidades sociais de uma época na qual o conceito prático de lazer e ócio, sobretudo no âmbito da leitura, estava começando a se expandir.

Isso significa dizer que, considerando-se a sociedade industrial que começava a aflorar na segunda metade do século XVIII e as mudanças econômicas e sociais acarretadas por esse processo, os hábitos de leitura também começaram a se modificar, estando a atuação das bibliotecas circulantes intrinsecamente associadas a esse acontecimento.

Nesse panorama, em um ambiente literário que se transmutava gradualmente dos materiais de cunho religioso para o laico, as bibliotecas circulantes têm sua expansão diretamente relacionada ao desenvolvimento do gosto popular pela leitura durante um período no qual a noção de leitura por lazer estava a emergir, isto é, em meio a ascensão do romance, tal como aponta Gerard (1980).

Com isso, tendo em vista que o objetivo principal das bibliotecas circulantes era o lucro, as mesmas buscaram comercializar o gênero que estava em voga à época: o romance. Assim, acabaram por contribuir não apenas para o desenvolvimento do gênero romance, como também, por atrair e formar um novo público leitor, proveniente, sobretudo, das classes médias que, anteriormente, não podiam arcar com os altos preços dos impressos (BENEDICT, 2004).

Ao estipularem taxas de inscrição a preços acessíveis, as bibliotecas circulantes tornavam possível a aquisição de livros, a um valor razoável, por parte das classes menos avantajadas, como as classes médias, de forma a proporcionar acesso à leitura à uma camada da sociedade anteriormente excluída desse tipo de atividade.

Contudo, dentro dessa nova gama de leitores, encontravam-se, em sua maioria, mulheres, que tinham mais tempo livre graças à nova ordem econômica industrial. E é neste âmbito que a má fama das bibliotecas circulantes começa a ganhar força, uma vez que se passa a ter o sexo feminino consumindo e desenvolvendo hábitos de leitura de um gênero rigidamente malvisto durante o final do século XVIII a meados do XIX. A temática será melhor explorada na seção seguinte.

8 OS PRIMEIROS PASSOS PARA A INCLUSÃO DA MULHER NA ECONOMIA DO LIVRO: sua posição enquanto consumidora e leitora nas bibliotecas circulantes

“Mr. Collins readily assented, and a book was produced; but on beholding it - for every thing announced it to be from a circulating library -, he started back, and begging pardon, protested that he never read novels.”
(Jane Austen, *Pride and Prejudice*, 1994, p. 56)

Tendo por base a apresentação, na seção anterior, das bibliotecas circulantes e sua atuação em um novo ambiente de produção e circulação de informação, torna-se interessante mencionar que, ao longo do fim do século XVIII a meados do XIX, esses estabelecimentos foram apontados como alvo de inúmeras controvérsias não apenas na Inglaterra, como também em grande parte da Europa.

Pois, ao passo que possibilitaram o acesso ao livro e à leitura às camadas menos favorecidas, em especial às mulheres, também acabaram por suscitar grande menosprezo, por entre boa parte da sociedade, ao disponibilizarem romances, o que se verifica nessa seção.

Exemplos de sua depreciação podem ser vistos, sobretudo, nos campos literários e culturais, de modo a ilustrar o receio de grande parte de uma sociedade considerada conservadora com o consumo dos romances provenientes das bibliotecas circulantes. Na peça *The rivals*, do dramaturgo Richard Brinsley Sheridan (1751-1816), apresentada pela primeira vez em 1775, o autor demonstra o preconceito comum por esse tipo de estabelecimento:

Uma biblioteca circulante numa cidade é como uma árvore sempre-verde de conhecimento diabólico! Ela floresce o ano todo! – e pode estar certa, Sra. Malaprop, que os que gostam tanto de manipular as flores vão ansiar pelos frutos, afinal. (SHERIDAN, 1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143, tradução da autora).

Para Hoeveler (2010), essa metáfora sugere que as “folhas” poderiam ser representadas pelos romances comercializados pelas bibliotecas circulantes e que o “fruto” seria a apropriação, pelas classes menos avantajadas da sociedade, de cultura, classe e conhecimento que o fácil e barato acesso à literatura promovia. Deste modo, os romances tornavam-se instrumentos perigosos capazes de corromper as mentes, sobretudo, das mulheres, desvirtuando-as, então, de sua função social de administradora da vida privada.

Com efeito, segundo Wittmann (1999), tal rígida consideração remonta às últimas décadas do século XVIII, a partir do qual os hábitos de leitura começaram a se expandir e a se modificar de maneira significativa em boa parte da Europa, principalmente no que tange à leitura de livros de fruição, como os romances.

De acordo com Wittmann (1999) e Chartier (2009), as transformações ocorridas nas formas de leitura culminaram na insurgência de um novo tipo de leitura, bem como em um novo tipo de leitor. Isto é, à medida que as práticas de leitura iam se modificando, também um novo público leitor ia se formando, centralizado essencialmente nas mulheres das camadas médias e médias altas, como as classes burguesas, e no consumo de livros de ficção. Dumont e Espírito Santo (2007) atribuem tais modificações em parte ao Iluminismo, que estimulou os progressos de alfabetização e leitura de obras laicas no Ocidente, culminando na criação de novos leitores.

Nesse sentido, a leitura de livros religiosos, tão presente nos séculos anteriores, sendo considerada intensiva e de natureza contemplativa, era gradualmente substituída por uma leitura extensiva, à exemplo dos livros laicos, centralizados no gênero romance, amplamente comercializado pelas bibliotecas circulantes.

Com isso, tendo por base as concepções de virtude e moral, características do modelo de comportamento burguês, grande parte da sociedade menosprezava a leitura por entretenimento, sobretudo de ficção, considerando estas como atividades que não estimulavam o bom comportamento e tampouco os bons costumes (WITTMANN, 1999). Por essa razão, ao comercializarem e, conseqüentemente, incentivarem a leitura de romances, as bibliotecas circulantes eram constantemente depreciadas na Europa dos séculos XVIII e XIX, em especial na Inglaterra.

Contudo, ainda que malvistas pela sociedade – sobretudo pelos homens -, sua atuação para a formação de um novo público leitor fora inegável. As bibliotecas entendidas como circulantes foram responsáveis por contribuir sobremaneira para a formação de leitores, em especial do sexo feminino, refletindo nos primeiros passos para sua inserção na economia do livro na posição de leitoras e, posteriormente, no ápice de sua inclusão, enquanto escritoras.

Assim, para que se possa compreender melhor a participação e contribuição desse tipo de biblioteca para a formação de leitoras do sexo feminino e, conseqüentemente, para a economia do livro da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, torna-se necessário estabelecer um breve panorama do que se considerava por público leitor inglês em meados do período setecentista, a fim de entender as razões que levaram as bibliotecas circulantes a assumirem tamanha influência.

8.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÚBLICO LEITOR INGLÊS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

A segunda metade do século XVIII, de acordo com Allan (2010)¹⁸, citado por Dow (2015), fora um período marcado por significativas mudanças no contexto histórico-social britânico. O autor aponta para um significativo aumento nas taxas de alfabetização, se comparado aos séculos anteriores à mecanização da imprensa, por entre a maioria das classes sociais, a despeito de boa parte da população ainda ser considerada analfabeta e, portanto, excluída do acesso ao livro. Além disso, para Allan (2010 *apud* DOW, 2015), o período setecentista fora também notadamente marcado pelas discussões, tanto na esfera privada e, principalmente, pública, acerca de quais materiais de leitura seriam apropriados, especialmente para as mulheres, bem como sobre a real natureza da atividade de ler.

Contudo, a despeito da informação supracitada, na Inglaterra do final do século XVIII os hábitos de leitura não se encontravam substancialmente expandidos para todas as camadas da sociedade, considerando-se a distinção entre aqueles que sabiam ler e os que cultivavam esta prática, conforme apontado por Vasconcelos (2002).

Isto é, ainda que os processos de mecanização da imprensa tenham facilitado e proporcionado um maior acesso ao livro e à leitura, os mesmos permaneciam como atividades restritas para boa parte da população. Altick (1998), Watt (1990) e Wittmann (1999) apontam para a existência de um público leitor composto por 80.000 leitores durante a década de 1790, tendo por base uma estimativa realizada por Edmund Burke à época. Em uma população de 6 milhões de habitantes, isso equivalia à menos de míseros 1,5%.

Para Watt (1990), existem inúmeras razões que justificam a ausência de um público leitor inglês extenso e consolidado no período setecentista. Conforme apontam Watt (1990) e Benson (1997), em comparação aos séculos anteriores, quando as bibliotecas eram direcionadas estritamente àqueles que estavam associados às universidades, ao clero ou outras sociedades eruditas ou, então, aos suficientemente ricos que podiam arcar com a aquisição de seus próprios livros, houvera uma expansão no número de leitores, sobretudo por conta da mecanização da imprensa, que culminou em uma maior circulação e venda de panfletos e jornais. Todavia, no tocante à venda de obras mais extensas e, portanto, mais caras, os índices eram bem menores.

¹⁸ ALLAN, David. *Commonplace books and reading in Georgian England*. Cambridge: CUP, 2010. pp. 12-15.

Tais fatores que impactaram tanto na formação de leitores quanto na composição de um novo público leitor na Inglaterra podem ser explicados a partir de algumas breves considerações feitas por Watt (1990).

Para o autor, o primeiro desses fatores era as poucas oportunidades de instrução existentes na Inglaterra setecentista. É claro que, por entre as classes aristocráticas e avantajadas da sociedade, as oportunidades de instrução eram muito mais acessíveis, possibilitando o conhecimento das línguas e literaturas clássicas. No entanto, para as classes trabalhadoras e mais pobres, as chances de aprendizado eram limitadíssimas, impossibilitando boa parte da população de saber ler e escrever na língua materna.

Segundo Watt (1990), existem indícios suficientes para inferir que, nos campos, muitos pequenos agricultores, bem como suas famílias, eram analfabetos. E, até mesmo, nas cidades, sobretudo soldados, marinheiros e populachos das ruas não sabiam ler ou, quando muito, eram semianalfabetos.

A instrução pública era, quando existente, irregular e esporádica, principalmente por não haver um sistema educacional formal à época. De acordo com Lyons (1999), a educação primária na Inglaterra só se tornaria efetivamente gratuita, geral e obrigatória na década de 1880, quando boa parte da população já se encontrava alfabetizada.

No século XVIII, ainda que houvesse uma rede de escolas mantidas, em sua maioria, por doações que cobriam boa parte do país, isso não era suficiente para que os pobres pudessem aprender pouco mais além da leitura básica, conforme aponta Watt (1990).

Além disso, as camadas menos privilegiadas da sociedade precisavam trabalhar para seu próprio sustento e não tinham meios de arcar com os custos de um ensino elementar, o que acabava por impossibilitá-las de estudar.

Ainda de acordo com Watt (1990), em muitos centros urbanos eram oferecidas oportunidades de instrução gratuita, entretanto, as mesmas eram voltadas para o ensino religioso e disciplina social, estando as atividades de ler, escrever e fazer contas como objetivo secundário.

Com isso, boa parte da sociedade encontrava-se afastada do acesso ao livro. Saber ler era, em sua maioria, necessário apenas aos que se destinavam às ocupações típicas da classe média, como o comércio e a administração, por exemplo. Nesse sentido, segundo Watt (1990), entende-se que pequena proporção das classes trabalhadoras tivesse acesso ao livro e à leitura, em especial as de cunho recreativo.

Ainda, considerando-se que as oportunidades de instrução eram mais voltadas aos homens do que às mulheres, as mesmas encontravam-se cada vez mais afastadas do acesso à leitura e ao conhecimento como um todo.

Conforme mencionado na seção sobre as relações de gênero na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, as mulheres deveriam ser preparadas para o casamento, com o intuito de aprender os ofícios que poderiam vir a lhes ser útil na administração do lar e da família, de modo que o desenvolvimento de suas faculdades intelectuais não se tornava uma necessidade (VASCONCELOS, 2007).

Além dos altos índices de analfabetismo, Altick (1998) e Watt (1990) também apontam para o alto custo dos impressos como fator limitante da formação de leitores. Segundo o autor, ainda que, com a mecanização da imprensa, o preço do livro tenha se tornado mais acessível, se comparado às épocas anteriores ao século XVIII, sua aquisição ainda não era suficientemente barata para algumas classes sociais, sobretudo as classes médias e trabalhadoras.

Isto se dava, pois, a renda básica anual de muitas famílias inglesas das classes pobres e trabalhadoras era suficiente apenas para cobrir seus gastos com itens de subsistência, não podendo se dar ao luxo de gastarem com livros e jornais. Ainda, para os pertencentes às classes médias e médias-altas, mesmo que os salários fossem melhores, os preços dos livros também eram considerados altíssimos para possibilitar sua frequente aquisição (LEMIRE, 2012).

Além disso, segundo Colasante (2005), tanto a guerra napoleônica quanto o custo do papel também contribuíram para que os preços dos livros ficassem incrivelmente altos. Com base em Erickson (1990) e Watt (1990), na última década do século XVIII e as duas primeiras do século XIX, os livros eram considerados não apenas artigos de luxo, como também, tão caros, que ter uma biblioteca particular era um privilégio de poucos, sendo considerada como sinal de grande riqueza.

Conforme apontam Watt (1990), Wittmann (1999) e Altick (1998), os preços dos livros eram tão caros que, em muitas vezes, para as classes médias e trabalhadoras, comprar um simples livro significava uma ou duas semanas de salário ganho nas fábricas e indústrias, o que transformava a leitura por lazer – e a própria alfabetização - em um hábito custoso. Assim, a compra de livros, sobretudo os considerados eruditos, se dava majoritariamente por membros das classes aristocráticas.

Os romances, em contrapartida, desempenharam um papel para o desenvolvimento de um novo público leitor a partir da segunda metade do século XVIII. Considerado à época

como uma leitura de baixa intelectualidade e, portanto, de menor importância, custavam um preço médio, ainda que também seu valor estivesse, em sua maioria, ao alcance apenas dos abastados (WATT, 1990; LYONS, 1999).

Segundo Lyons (1999), apesar do alto preço dos impressos, a produção em massa de ficção popular acabou por formar e integrar novos leitores, esses essencialmente feminino e provenientes das classes médias e médias altas, contribuindo para que o público leitor da época se tornasse mais homogêneo e unificado.

Nessa perspectiva, de acordo com Wittmann (1999), devido aos processos de industrialização dos bens de consumo, pela primeira vez a burguesia tinha à sua disposição tempo para ler. E esse tempo livre era gasto, em sua maioria, com a leitura de romances.

Foi nesse panorama, de acordo com Gerard (1980), que o romance encontrou um ambiente favorável para florescer e se propagar, tendo em vista o crescente interesse dessa nova gama de leitores em assuntos atuais e não apenas de cunho religioso, o que resultou na multiplicação de livros, panfletos e jornais concebidos para atender esse novo público.

Naturalmente, a transição de uma leitura intensiva, de materiais religiosos, para uma leitura extensiva e individual, encontrada nos livros de ficção, contribuiu sobremaneira para a propagação dos romances na Inglaterra, sendo estes amplamente consumidos por grande parte da sociedade (WITTMANN, 1999).

Assim, segundo Wittmann (1999), o romance acabou por ser considerado o gênero característico de um novo público leitor, geralmente proveniente das classes médias e que tinha em sua leitura momentos de lazer. Além disso, por ser considerada uma leitura de baixa intelectualidade, o romance também acabou por contribuir para a alfabetização de boa parte da população que encontrava em suas páginas um conteúdo leve e de fácil apreensão.

Nesse contexto, as mulheres podem ser consideradas como o público que mais criou uma demanda para os romances, despertando o menosprezo de uma sociedade patriarcal pelo ambiente das bibliotecas circulantes, bem como um receio de que o sexo feminino passasse a questionar sua posição social, influenciadas por obras desse tipo.

Desse modo, a seção a seguir apresenta os primeiros passos para a inclusão social da mulher na economia do livro, na posição de consumidora e leitora. Uma vez que consumiam em peso os livros comercializados pelas bibliotecas circulantes, elas começaram a não apenas criar e desenvolver hábitos de leitura, como também, dar início ao seu processo de inserção na cadeia produtiva do livro.

8.2 AN EVERGREEN TREE OF DIABOLICAL KNOWLEDGE: a má fama das bibliotecas circulantes e sua relação com os hábitos de leitura feminino

Em referência ao desprezo demonstrado à biblioteca que emergia na sociedade industrial, apresentado por Sheridan (1775) na citação de Vasconcelos (2007, p. 143), essa seção trata sobre a expansão das bibliotecas circulantes e sua intrínseca relação com a ascensão do romance e a formação de leitoras do sexo feminino.

Para Altick (1998), Watt (1990) e Vasconcelos (2007), a existência e expansão das bibliotecas circulantes se justifica através da nova configuração da ordem econômica e social inglesa, proporcionada pelos desdobramentos da Revolução Industrial, que modificou, sobretudo, os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade. Isto é, com a expansão urbana, o crescimento das indústrias e a crescente especialização de habilidades, muitas das tradicionais tarefas femininas estavam sendo assumidas pelas novas classes profissionais.

Com isso, a fiação e a tecelagem, bem como a produção de alguns produtos de consumo, à exemplo do pão, cerveja e velas, deixaram de ser atividades domésticas, de competência das mulheres da casa, para se converterem em atividades industriais, desempenhadas pelos operários nas fábricas. Desse modo, sobretudo nos centros urbanos, a liberação dessas tarefas domésticas proporcionou às mulheres maior tempo livre, que fora principalmente ocupado com a leitura de romances (ALTICK, 1998; WATT, 1990; VASCONCELOS, 2007).

Com efeito, conforme apontam Watt (1990), Altick (1998) e Lemire (2012), tendo em vista os processos de industrialização ocorridos durante o final do século XVIII e início do XIX, além do tempo ocioso, as condições de trabalho acabavam por fazer com que as classes médias buscassem formas de entretenimento como uma válvula de escape da vida cotidiana. Assim, encontravam, não apenas nos teatros e nas bebidas, como também na leitura, uma atividade de lazer.

Nesse ambiente de ócio e busca por entretenimento, associado à laicização da leitura e ao crescente interesse por assuntos atuais e da vida cotidiana, tem-se cada vez mais a criação de diversos jornais e, principalmente, a expansão do romance, de modo a criar um público interessado nessa nova gama de material impresso.

Por essa razão, Gerard (1980) aponta para o rápido discernimento dos livreiros em identificarem um novo mercado consumidor como meio para ampliar seus negócios e obter lucro. Notadamente, a ideia de uma biblioteca circulante conferiria uma série de benefícios econômicos tanto para os livreiros quanto para os assinantes, sobretudo devido aos preços

módicos cobrados pelos livros, que possibilitavam seu acesso às camadas anteriormente subtraídas do universo literário.

Dessa forma, de acordo com Wittmann (1999) e Altick (1998), as bibliotecas circulantes se apresentavam como um instrumento de democratização do acesso ao livro, bem como parceiras ideais para o consumo considerável do material de leitura que estava começando a se disseminar pelas classes médias, isto é, os romances. Qualquer um que, por razões sociais ou financeiras, não tinham oportunidade de estarem inseridos numa sociedade leitora, encontravam nessas bibliotecas o ambiente propício para satisfazer suas necessidades de leitura de todos os gêneros literários através das atividades de aluguel de livros.

A princípio, segundo Gerard (1980), a maioria das bibliotecas circulantes continha todo tipo de literatura, entre eles, panfletos, sermões, livros de viagem e outras obras de cunho educativo e moral, sobretudo ao longo da segunda metade do século XVIII, período no qual o romance estava emergindo. Ainda, tendo em vista os poucos lucros obtidos com o início do estabelecimento, essas bibliotecas precisavam comercializar outros tipos de produtos, como perfumes e chás, para conseguirem se manter.

Com a modificação nos hábitos de leitura, o romance passou a se constituir como a principal atração das bibliotecas circulantes – mesmo que muitas ainda oferecessem outros tipos de literatura - e, sem dúvida, foi o gênero que mais contribuiu para a ampliação e formação de um público leitor de ficção ao longo dos séculos XVIII e XIX, como indica Watt (1990). De acordo com Erickson (1990) e Altick (1998), grande parte da distribuição e comercialização de romances estava centralizada nas bibliotecas circulantes, sendo a classe média e, sobretudo, as mulheres, conforme aponta Fergus (1984), o maior grupo leitor e consumidor de ficção, em especial de romances sentimentais. Infelizmente, esse fato desencadeou em muito a depreciação da imagem e seriedade desses estabelecimentos.

Segundo Watt (1990) e Altick (1998), o romance também foi a forma literária que mais suscitou o maior volume de comentários sobre a extensão da leitura às classes inferiores. “Dizia-se que essas ‘lojinhas de literatura’ corrompiam a mente de escolares, lavradores, ‘criadas da melhor espécie’, e até mesmo de ‘todo açougueiro e padeiro, remendão e latoeiro nos três reinos” (WATT, 1990, p. 41). Por esse motivo, de acordo com Gerard (1980), as bibliotecas circulantes careciam da imagem de um ‘leitor sério’.

Com efeito, em um período no qual preocupações sobre o que se era lido e consumido pelo público leitor – em especial pelas mulheres - tornava-se pauta de incontáveis discussões e debates, tais considerações tão depreciativas acerca das bibliotecas circulantes podem ser justificadas através de, entre inúmeras outras, duas razões em especial. A primeira razão se dá

a partir da consideração de que os romances, no momento de sua ascensão, foram criados com o intuito de mesclar didática e recreação, de modo a ensinar a virtude, a moral e os bons costumes através da punição do vício, conforme apresentado na seção sobre relações de gênero.

Nesse sentido, inúmeros exemplos eram trazidos à ficção com o intuito de estimular atitudes que eram consideradas adequadas à época, como a preservação da virtude e do bom comportamento. Indispensável mencionar que as representações ilustradas nos romances eram voltadas, em sua maioria, para as mulheres.

Contudo, ao criarem histórias que apresentavam tantos obstáculos a serem superados para a preservação da castidade feminina e, ainda, estimularem a imaginação, sobretudo da mulher, a sociedade britânica, conservadora e patriarcal, acabou por considerar os romances como instrumentos que corrompiam a mente de mulheres, escolares e criadas, tal como mencionou Watt (1990). Receavam que as tentações apresentadas nos romances para a preservação da virtude acabassem por inspirar a vontade de transgredir os valores morais e, conseqüentemente, abandonar a função social atribuída à mulher.

Isso significa dizer que a sociedade inglesa, principalmente os homens, passaram a temer que essas obras pudessem criar, em especial no imaginário feminino, desejos de casamento por amor e independência econômica, por exemplo, o que acabava por ameaçar o papel social idealizado da mulher (VASCONCELOS, 2007; LYONS, 1999).¹⁹ Além disso, vale ressaltar que o hábito da leitura de romances no século XVIII também era vista como um entretenimento frívolo, responsável por desvirtuar, sobretudo, jovens moças das leituras consideradas edificantes, como a religiosa, por exemplo.

A segunda razão refere-se ao fato de, ainda que malvistas, os romances terem exercido grande sucesso e influência por entre o público leitor inglês da época. Para Gerard (1980), considerando-se as mudanças ocorridas nos hábitos de leitura e a conseqüente demanda por livros de fruição, no qual o romance se enquadrava como objeto principal, deu-se início a uma

¹⁹ Segundo Zumthor (2014), em épocas nas quais a leitura era oral e pública, o controle social e a censura dificultavam a produção, interpretação e efeitos sensoriais em seus receptores. Porém, com as transformações nos hábitos de leitura, resultando em uma leitura individual e silenciosa, não havia alguém que pudesse controlar os efeitos provocados pela leitura. Isso se dava, sobretudo, em relação aos romances. Temia-se que os seus conteúdos, apreendidos através de uma leitura individual, pudessem provocar efeitos psíquicos e fisiológicos que fizessem com que a mulher pudesse vir a subverter seu papel social através dos questionamentos acerca de sua posição na sociedade. Por isso, sem dúvida, no século XVIII, começou-se a denunciar o romance um perigo, em especial para as mulheres, pelo simples fato de que a leitura deixou de pertencer à ordem do público e a interpretação individual da obra passou a suscitar ideias contrárias aos propósitos conservadores da época.

gama de romancistas que escreviam apenas para lucrar e encher as prateleiras das bibliotecas circulantes.

Isto é, escritores que estavam mais interessados em ganhar dinheiro com a produção de obras que atendiam às necessidades desse novo público leitor, ávido por novo material impresso, do que com a própria arte de escrever. Passava-se, então, a produzir romances em série, padronizados e de baixa qualidade, contribuindo ainda mais para a má fama das bibliotecas circulantes, que comercializavam em peso essas obras. Nesta perspectiva, Gerard (1980) aponta para o declínio na qualidade dos romances, nos quais a superficialidade e a falta de conteúdo eram presenças constantes.

Na segunda metade do século XVIII, período no qual o romance começara a ascender, fora quando a reputação das bibliotecas como fornecedoras de literatura de baixo valor teve seu início. O número de romances impressos entre 1750 e 1770 era de cerca de 600. Já no período compreendido entre 1770 e 1780, era de 1.400, com um padrão tão inócuo que as revistas literárias resistiam em resenha-los (GERARD, 1980).

A citação a seguir apresenta um exemplo de como a produção desses romances em massa era malvista e, conseqüentemente, como as bibliotecas circulantes, por oferecem esse tipo de gênero, encontravam-se associadas à comercialização de livros de baixo valor e intelectualidade: “A biblioteca circulante tem sido o principal viveiro de produção de uma gama de escritores sem talento e leitores sem distinção.” (FRISWELL, 1871, p. 519²⁰ *apud* GERARD, 1980, p. 215, tradução nossa).

Com base na citação supracitada, pode-se observar que as bibliotecas circulantes davam a impressão de comercializarem obras que não demandavam o exercício das faculdades intelectuais do leitor, sendo os romances oferecidos dirigidos a um público não sério e de baixa intelectualidade. Esses fatores, associados às ideias que os romances pudessem criar no imaginário feminino, contribuíram para as críticas de que as bibliotecas circulantes comercializavam ficção ruim.

Ainda no âmbito da produção em massa de romances, a *William Lane's Minerva Library*, considerada a biblioteca mais empreendedora do final do século XVIII, atuou entre os anos de 1790 a 1820 e destacou-se, principalmente, no ramo do “*fiction factory*”, isto é, dos romances em série.

Conhecida por seus “*Minerva novels*”, de acordo com Gerard (1980), o nome desta biblioteca circulante tornou-se sinônimo de comercialização de ficção vazia e de baixo valor,

²⁰ FRISWELL, J. H. Circulating libraries: their contents and their readers. *London Society*, London, Vol. 20, pp. 515-524, dec. 1871.

ainda que, como editor e divulgador, Lane tenha exercido certo monopólio neste campo. Os romances superficiais produzidos em série e, em sua maioria, os romances góticos sensacionais, tão em voga à época, foram considerados seus principais meios de obtenção de lucro. Assim, Lane criou uma fortuna para si e concentrou seus produtos em uma classe específica de leitor: as mulheres.

Para Colclough (2007), as bibliotecas circulantes eram, frequentemente, alvo de satiristas que as viam simplesmente como fornecedoras e estimuladoras das novas práticas de leitura da época. Isto é, as leituras de fruição, centralizadas majoritariamente nos romances. Em muitas vezes, ainda segundo o autor, essas bibliotecas eram invocadas como fonte de imoralidade nos próprios romances e livros de conduta, quando das discussões sobre a leitura feminina.

Um exemplo disso é o trecho da peça de Sheridan (1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143), *The rivals*, mencionada no início da seção 8. O dramaturgo indicava a biblioteca circulante como uma “árvore sempre-verde de conhecimento diabólico”. E isto se dava porque comercializavam romances, que era considerado o gênero responsável por tornar as mulheres imorais e desvirtuadas de seu papel social.

Outra exemplificação digna de ser mencionada, ainda que muito mais rígida do que aquela apresentada por Sheridan (1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143), é a de James Fordyce em seu “*Sermons to young women*”, publicado originalmente em 1766. Na coletânea de sermões, o Reverendo Fordyce demonstra todo seu desprezo pelos livros oferecidos pelas bibliotecas circulantes ao aconselhar jovens moças a não frequentarem esse tipo de ambiente:

O que devemos dizer de certos livros, sobre os quais estamos certos (pois não os lemos), de que são tão vergonhosos em sua natureza, tão pestilentos em sua tendência e que contém tal deslealdade contra à realeza da virtude, tal horrível violação de todo decoro, que aquela que consegue suportar examiná-los deve, em sua alma, ser uma prostituta; deixe que sua reputação seja o que tiver que ser. Pode ser verdade... que qualquer jovem mulher, aparentando decência, devesse suportar por um momento olhar para essa ninhada infernal de futilidade e devassidão? (FORDYCE, 1990, p. 176-179 *apud* BENSON, 1997, p. 205, tradução nossa).²¹

As fortes palavras utilizadas por Fordyce, tais como “prostituta”, “infernal” e “devassidão”, demonstram o menosprezo e o preconceito não só do Reverendo pelas obras comercializadas nas bibliotecas circulantes e pelo próprio estabelecimento em si, como

²¹ FORDYCE, James. James Fordyce, from sermons to young women. In: JONES, Vivian (Ed.). *Women in the eighteenth century: constructions of femininity*. London: Routledge, 1990. pp. 176-179.

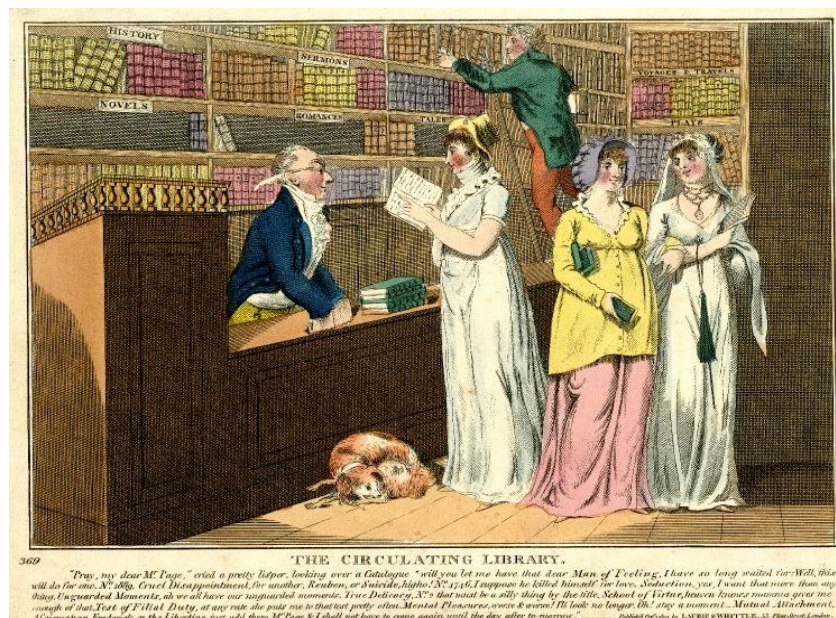
também a opinião comum de boa parte de uma sociedade conservadora e patriarcal sobre a leitura feminina de romances.

Os “frutos” da “árvore sempre-verde de conhecimento diabólico”, tal qual a metáfora de Sheridan (1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143), poderiam, conforme menciona Lyons (1999), excitar as paixões e estimular a imaginação feminina, de modo a encorajar o erotismo, capaz de ameaçar a castidade e os bons costumes e incentivar as expectativas de um relacionamento amoroso, quase impensável na época. Estavam associadas, também, às características femininas de irracionalidade e vulnerabilidade emocional.

Além disso, comumente concebidas como um espaço feminino, conforme aponta Colclough (2007), as sátiras acerca das bibliotecas circulantes quase sempre descreviam o uso de seu espaço como uma prática onde o gênero era um fator determinante. Isto é, bibliotecas frequentadas apenas por mulheres que buscavam romances, denotando a imagem de que as mesmas só adquiriam esse gênero porque não possuíam suas faculdades intelectuais bem desenvolvidas para ler outros tipos de literatura consideradas mais edificantes.

A figura 4 abaixo ilustra parte da concepção de que as mulheres só tinham capacidade e interesse em ler romances.

Figura 4 - *The circulating library*



Fonte: *The British Museum. The circulating library*. Ilustração de Laurie & Whittle, datado de 1804. As palavras que aparecem na imagem são: *History*; *Novels*; *Sermons*; *Romances*; *Tales*; *Voyages & Travels*; e *Plays*.²²

²² Disponível em:

<http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=3007811&partId=1>. Acesso em 08 nov. 2016.

A ilustração satírica de Laurie & Whittle (figura 4), “*The circulating library*”, datada do início do século XIX, apresenta o proprietário de uma biblioteca circulante fornecendo livros – ao que tudo indica, romances - para três mulheres de classe média, enquanto as mesmas discutem quais obras do catálogo vão querer. Uma das interpretações suscitadas pela pintura, de acordo com Colclough (2007), indica a relação entre a leitura feminina e o romance, de modo a demonstrar uma biblioteca cheia de mulheres que esvaziaram as prateleiras de romances e contos, ao passo que aquelas preenchidas por sermões, peças e relatos de viagem, permaneceram intocadas.

A imagem representa uma noção que perdurou durante boa parte dos séculos XVIII e XIX: a de que o único gênero literário consumido por mulheres era o romance, dando a entender que elas não tinham interesse, tampouco faculdades intelectuais suficientes para ler algo mais edificante (COLCLOUGH, 2007; LYONS, 1999; DUMONT; ESPÍRITO SANTO, 2007). Concebidas como criaturas emotivas e de imaginação fértil, liam somente conteúdos considerados frívolos e de baixo valor, incapazes de agregar algum conhecimento além daquele tido como imoral e desvirtuoso.

Nesse plano, de acordo com Dumont e Espírito Santo (2007), tal predileção pelos romances se deve, em parte, à educação rudimentar que o sexo feminino recebeu até o século XIX. Dessa forma, sem uma instrução formal aprofundada, que lhes permitia buscar e apreender obras consideradas mais edificantes, era mais fácil degustar a ficção oferecida pelas bibliotecas circulantes - que não demandava muito esforço intelectual -, visto que a maioria das mulheres dificilmente se sentia apta a compreender e se inserir nos assuntos da vida pública. Por essa razão, as prateleiras preenchidas por sermões apresentavam-se intocadas, cheias de livros, ao passo que as que continham romances encontravam-se vazias.

No entanto, ainda que consideradas, em praticamente quase todas as esferas das sociedades britânica setecentista e oitocentista, como uma erva daninha que estimulava nada mais que a imoralidade, as bibliotecas circulantes, bem como a leitura feminina, não assumiam esse estereotipo sem algum tipo de contestação.

Segundo Colclough (2007), muitas famílias respeitáveis, incluindo-se aí a de Jane Austen, contestavam essas concepções conservadoras ao tornarem-se assinantes de bibliotecas circulantes e, principalmente, leitores ávidos e assumidos de romances.²³ Austen, inclusive,

²³ Segundo Dow (2015), em sua pesquisa sobre a *Godmersham Park Library*, biblioteca localizada em Kent pertencente à residência de Edward Austen Knight, irmão de Jane Austen, e frequentada pela autora e sua família - ou pelo menos alguns membros -, eles eram não somente leitores de romances, como também valorizavam suas obras o suficiente para mantê-las, organizá-las nas estantes e documentá-las em catálogos junto com o resto da coleção. Jane Austen, ao escrever sobre sua família, declarou que eles eram grandes leitores de romances e

tornou-se leitora assídua com a contribuição dessas bibliotecas, conforme aponta Erickson (1990), visto que, sendo sua família proveniente das classes médias, encontrava no aluguel de livros um meio para se ter acesso ao livro.

Nesse contexto, de acordo com Colasante (2005, p. 8, tradução da autora), em uma carta de Jane Austen escrita para sua irmã, Cassandra Austen, em 18 de dezembro de 1798, encontra-se a indicação de que ela e sua família frequentavam uma biblioteca circulante no pequeno vilarejo de *Steventon*, no condado de *Hampshire*:

Recebi um bilhete muito educado da Sra. Martin, solicitando meu nome como assinante de sua biblioteca, a qual será inaugurada em 14 de janeiro e o meu nome, ou melhor, o seu, foi devidamente fornecido. Minha mãe conseguiu o dinheiro. Mary também fez uma assinatura, o que me deixa feliz, mas realmente não esperava. Como estímulo para assinarmos, a Sra. Martin nos disse que sua coleção não consistirá apenas de romances, mas de todos os tipos de literatura etc & etc. Ela podia ter poupado esse comentário para nossa família, já que somos grandes leitores de romances e não nos envergonhamos disso, mas eu suponho que dizer isso seja necessário para a autoestima da metade de seus assinantes.

Nesta carta, Austen ilustra não apenas sua condição enquanto frequentadora de bibliotecas circulantes, como também o preconceito e o menosprezo que as mesmas sofriam por comercializarem romances. A autora ilustra o desprestígio do gênero ao apontar como um dos chamarizes para os assinantes o fato de esses estabelecimentos oferecerem outros tipos de obras, além de ficção, sendo um tipo de publicidade necessária para atrair clientes (COLASANTE, 2005). Pode-se inferir, dessa forma, que uma biblioteca circulante poderia facilmente ter suas assinaturas recusadas se declarassem abertamente que comercializavam romances.²⁴

Em seus romances, tais como *Mansfield Park* e *Orgulho e Preconceito*, por exemplo, Jane Austen explorava a importância dessas bibliotecas tanto para o acesso ao livro quanto para a formação de leitores. Na maioria de suas obras, senão em todas, menções às bibliotecas

não se envergonhavam de o serem. De acordo com Dow (2015), essas afirmações podem ser claramente observadas no catálogo da biblioteca de *Godmersham Park*.

²⁴ Práticas de não apresentar claramente nos catálogos a comercialização de romances já eram exercidas desde a metade do século XVIII. Se em um primeiro momento, quando da ascensão do romance, indicavam abertamente sua comercialização nos catálogos das bibliotecas circulantes, quando o gênero passou a ser mal visto começaram a omitir termos que remontassem ao seu consumo, com medo de afastar os clientes. No catálogo de 1755 da *Lowndes Circulating Library*, por exemplo, a indicação da comercialização de romances sugere a percepção do gênero em ascensão como meros livros de fruição, ao passo que, a ausência de sua referência no catálogo na década seguinte já aponta para a má fama do gênero, tendo em vista que, ao invés de utilizarem o termo “romance”, lançavam mão de “livros recentemente publicados”, omitindo a indicação específica ao entretenimento e referenciando-o indiretamente. Com medo de afastar seus clientes, Thomas Lowndes, proprietário da *Lowndes Circulating Library*, provavelmente tirou o termo “romance” de seu catálogo para fazer com que seu estabelecimento soasse mais respeitável em uma época na qual o gênero romance encontrava-se sob rígidas críticas e ataques (SCHÜRER, 2007).

circulantes são realizadas, de modo a demonstrar que esse tipo de estabelecimento era parte integrante tanto do cotidiano da autora e dos membros das classes burguesas, como instrumentos de desenvolvimento de seus hábitos de leitura, ainda que, em alguns momentos, aparecessem como alvos de depreciação.

Em *Mansfield Park*, famoso romance de Jane Austen, publicado em 1814, a personagem principal, Fanny Price, celebra sua subscrição em uma biblioteca circulante da cidade, o que a tornou, por sua vez, uma assinante, uma pessoa que poderia escolher seus próprios livros (ERICKSON, 1990; COLCLOUGH, 2007).

O trecho abaixo de Austen (2012b, p. 471) demonstra a alegria e o orgulho de Fanny em fazer parte de uma biblioteca desse tipo e poder se desenvolver – e também a sua irmã - enquanto leitora:

[...] Tornou-se sócia – e maravilhou-se por se tratar de algo devido à sua própria iniciativa, impressionada com suas próprias ações em todos os sentidos; podia escolher os livros! E propor-se o aperfeiçoamento de alguém [Susan, sua irmã] em vista de sua escolha!

Inicialmente, até tornar-se assinante de uma biblioteca, Fanny Price fazia uso da biblioteca particular de seu tio em *Mansfield Park* para a leitura de livros eruditos. Assim, ainda que não fosse introduzir sua irmã Susan na leitura de romances, tal como aponta Benson (1997), a personagem continua a fazer uso das bibliotecas circulantes, apenas de forma diferente. Ao contrário da noção apresentada na ilustração de Laurie & Whittle de que as mulheres só liam romances, Price está lançando mão desse estabelecimento para a aquisição de livros considerados mais edificantes, como biografias e poesias, por exemplo.

Assim, de acordo com Erickson (1990), Austen (2012b) sugere em *Mansfield Park* que as bibliotecas circulantes poderiam ser e, sem dúvida eram aos olhos de Fanny, um meio não apenas de construção de práticas de leitura, mas também um intermédio para a liberação e o desenvolvimento intelectual de mulheres de pequenas posses, o que será explorado com mais profundidade na próxima seção.

A própria Jane Austen, assim como Fanny Price, lia outros gêneros além do romance, como indica Erickson (1990). Segundo o autor, Austen fazia parte de clubes e sociedades de leitura que, *a priori*, eram frequentados, em sua maioria, por homens pertencentes às classes médias altas, que estavam interessados em assuntos como política e economia, algo considerado fora do círculo de interesse das mulheres.

Em 1813, Austen escreve que está realizando a leitura do último livro adquirido pelo clube de leitura que frequenta, “*Essay on the Military Police and the institutions of the British*

Empire”²⁵, do Capitão Pasley, e declara estar achando-o deliciosamente bem escrito e altamente divertido. Ainda, comenta que a Srta. Sibleys, uma conhecida sua, estava pensando em inaugurar uma sociedade do livro onde morava, tal como a que Austen frequentava (ERICKSON, 1990). Isso demonstra, com efeito, que existiam mulheres que, além de não lerem só romances, eram intelectualmente capazes de apreenderem conteúdos considerados mais eruditos, como é o caso de Jane Austen e sua Srta. Sibleys.

Assim, diante dos dados expostos, torna-se válido mencionar as diversas contradições pelas quais as bibliotecas circulantes foram alvo ao longo de sua existência. Se eram depreciadas na peça de Sheridan (1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143) e nos sermões de Fordyce (1990, p. 176-179 *apud* BENSON, 1997) como espaços que exaltavam o “conhecimento diabólico” e a “alma de uma prostituta”, eram enaltecidas nas obras de Austen (2012b) por estimularem o acesso ao livro e à leitura a uma parte da sociedade, sobretudo mulheres, que não tinha meios de adquiri-los de outro modo.

Pode-se inferir, dessa forma, que a visão de muitas mulheres – principalmente escritoras - sobre as bibliotecas circulantes não era tão preconceituosa e conservadora por serem elas mesmas consumidoras e leitoras dos romances fornecidos por esses estabelecimentos. Muitas delas, inclusive, formaram-se enquanto leitoras por meio desse tipo de biblioteca, razão pela qual a mesma tornava-se cada vez mais importante para o desenvolvimento da leitura e das faculdades intelectuais femininas.

Isto é, ainda que o romance enquanto gênero fosse considerado de baixo valor, por apresentar temáticas frívolas e não estimular o pensamento crítico, a apreensão de seu conteúdo não revelava muita dificuldade, o que contribuiu tanto para a alfabetização quanto para o aperfeiçoamento da leitura em muitas mulheres, de modo a iniciar sua inclusão na economia do livro e, ainda, estimular nelas o gosto pela escrita (LYONS, 1999). Segundo Vasconcelos (2002, 2007), para muitas mulheres, o romance era uma das poucas, senão única, forma de acesso a qualquer tipo de informação ou educação.

Os homens conservadores, por sua vez, temendo que as mulheres pudessem vir a subverter o papel social atribuído a elas através da leitura de romances, tendiam a depreciar o ambiente que as forneciam o acesso a essas obras. Desta maneira, conforme já demonstrado por inúmeros autores ao decorrer do presente trabalho, condenavam as bibliotecas circulantes como um espaço que suscitava os maus costumes e o “conhecimento diabólico”, tal como apontado por Sheridan (1775, não paginado *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 143).

²⁵ Tradução livre: Ensaio sobre a Polícia Militar e as instituições do Império Britânico.

Nesse panorama, ainda que mal vistas, as bibliotecas circulantes foram responsáveis por exercerem significativa influência na democratização do livro e da leitura, bem como na formação de um novo público leitor essencialmente feminino. Associadas, sobretudo, às atividades de lazer, esses estabelecimentos dominaram o mercado livreiro de ficção durante quase todo os séculos XVIII e XIX, sendo posteriormente suplantados pelas bibliotecas públicas (ERICKSON, 1990).

Ainda segundo Erickson (1990), através do modelo de bibliotecas circulantes, que proporcionavam, por um preço mais acessível às classes menos favorecidas e, especialmente, às mulheres, o acesso ao livro, as mesmas encontraram um caminho para se inserirem dentro dos novos moldes da economia do livro da Inglaterra do final do século XVIII a meados do XIX na posição de leitoras, estando o acesso às publicações não mais tão caro tampouco restrito apenas às classes aristocráticas.

Nesse contexto de democratização do livro, com efeito, não somente as mulheres passaram a ter acesso a um novo tipo de leitura, como também, enquanto frequentadoras de bibliotecas circulantes, desenvolveram o desejo por tornarem-se escritoras, sobretudo de romances, conforme aponta Vasconcelos (2007). Ainda, para Schürer (2007), as bibliotecas circulantes contribuíram para a criação de um público leitor de romances, de forma a estimular e propiciar a publicação – por enquanto anônima - de autoras mulheres, totalizando grande parte das obras publicadas por essas bibliotecas.

Assim, de certa forma, considerando que a economia do livro engloba os processos de produção até chegar ao seu usuário final – leitor -, pode-se inferir que as mulheres, ainda que gradativamente, já se encontravam no caminho para a inclusão social nessa economia, na posição de consumidoras e leitoras.

Tendo em vista que, durante muito tempo, elas foram subtraídas do acesso ao livro e à leitura, as atividades de comercialização empreendidas pelas bibliotecas circulantes possibilitaram essa instância de inclusão da mulher. Contudo, para o presente trabalho, a despeito da importância desse processo para a inserção da mulher na economia do livro, interessa analisar como o desenvolvimento dos hábitos de leitura feminina, possibilitado pelas bibliotecas circulantes, contribuíram para a construção da mulher enquanto escritora e sua posterior inclusão na cadeia produtiva do livro como um todo.

Desse modo, com base nas informações supracitadas, na próxima seção, os aspectos concernentes à contribuição das bibliotecas circulantes para a ascensão da escrita feminina e posterior inclusão na economia do livro serão contextualizados e discutidos, de forma a

analisar como os hábitos de leitura de romance, proporcionados por esses ambientes, suscitaram nas mulheres a vontade de tornarem-se também escritoras.

9 BIBLIOTECAS CIRCULANTES E A EMERGÊNCIA DA ESCRITA FEMININA: o processo de inclusão social das mulheres na economia do livro

“Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.”
(WOOLF, 2014b, p. 109)

Na maioria das vezes, quando se ouve falar em Jane Austen, irmãs Brontë, George Eliot e Elizabeth Gaskell, por exemplo, o senso comum costuma pensar que a escrita feminina na Inglaterra teve seu começo somente a partir do século XIX, com a publicação das obras dessas escritoras. Isto é, muitos indivíduos tendem a acreditar que, até os séculos XVIII e XIX, a mulher não escrevia ou publicava quase nenhuma de suas criações literárias.

Indubitavelmente, essa concepção vem sendo reforçada ao longo da história, à medida em que o número de autoras anteriores à Revolução Industrial cujas publicações são internacionalmente conhecidas é bem pequeno, em comparação às escritoras dos séculos XVIII e XIX. Woolf (2014a), em seu ensaio *“Mulheres e ficção”*, questiona-se sobre a ausência de uma produção contínua de escrita feita por mulheres antes do período setecentista.

Virgínia Woolf (2014b) também menciona as barreiras impostas às mulheres para que as mesmas frequentassem as bibliotecas universitárias na Inglaterra já no século XX, bem como a condição social delas no meio intelectual, literário e informacional ao longo dos períodos setecentista e oitocentista, evidenciando que a figura da mulher fora constantemente relegada à segundo plano nos últimos séculos em praticamente todas os setores da cultura impressa.

Isto se dá, sobretudo, em razão de, durante muitos séculos, não apenas as bibliotecas, como também o meio acadêmico, científico e cultural sempre ter sido visto como um ambiente destinado aos homens. Exemplos podem ser vistos no campo literário, através dos primeiros romancistas do século XVIII, como Samuel Richardson, Henry Fielding e Daniel Defoe, bem como no mundo intelectual, no qual as sociedades científicas e os clubes de leitura eram, em sua maioria, reservados à figura masculina (VASCONCELOS, 2007; WATT, 1990).

Contudo, ainda que essa crença seja parcialmente verdadeira, tendo em vista que o campo literário inglês sempre fora majoritariamente dominado pelo sexo masculino e que muitas mulheres, quando publicavam suas obras, o faziam sob pseudônimos ou de forma anônima, carecendo de ampla visibilidade, muitas escritoras britânicas já vêm disseminando

suas produções intelectuais desde muito antes, independentemente das inúmeras limitações impostas ao desenvolvimento de suas habilidades de escrita.

Nesse sentido, torna-se interessante mencionar que a escrita feminina na Inglaterra, conquanto tenha sido expandida com mais ênfase no período da Revolução Industrial, com a ascensão do romance e o nascimento das bibliotecas circulantes, teve seu início concreto ainda na Idade Média, mais precisamente durante o século XII.

Com base em uma linha do tempo sobre a escrita feminina no Reino Unido, elaborada pela *Chawton House Library*, privilegiada instituição britânica de estudos de autoria feminina durante o período de 1600-1830, as mulheres inglesas escrevem desde o ano de 1198, a partir do livro “*Lais*” (CHAWTON HOUSE LIBRARY, 2015). A coletânea de poemas foi escrita por Marie de France, poetisa medieval nascida na França, mas criada na Inglaterra, cujo escritos influenciaram o desenvolvimento do gênero romance em território britânico.

Neste panorama, outros marcos apresentados pela *Chawton House Library* (2015) identificam a presença de escritoras mulheres muito antes da ascensão do gênero *novel* e do aparecimento das bibliotecas circulantes. Assim, destaca-se a existência de processos de criação literária em uma época na qual as condições para a escrita feminina, tanto econômicas quanto sociais, eram ainda mais escassas do que no período da Revolução Industrial.

Em um primeiro momento, durante o período medieval, tem-se a predominância da temática religiosa na escrita feminina, com ênfase para Julian of Norwich, mística inglesa que escreveu, por volta de 1395, “*Revelations of divine love*”, sendo este o primeiro livro em língua inglesa que se sabe ter sido escrito por uma mulher (CHAWTON HOUSE LIBRARY, 2015).

Posteriormente, já nos séculos XVI e XVII, com a gradual secularização do conhecimento, as obras escritas por mulheres assumem uma natureza mais leiga, oscilando entre poemas, prosas e, ainda que superficialmente, aspectos concernentes às relações de gênero, com a contribuição das seguintes autoras: Aemilia Lanier, com a publicação de “*Salve Deus Rex*” em 1611, sendo considerada a primeira mulher britânica a ganhar a vida como poetisa; a também poetisa Rachel Speght, que escreve, em 1617, seu “*Mouzell for melastomus*”, e torna-se a primeira mulher inglesa a se autoproclamar defensora dos direitos das mulheres; Lady Mary Wroth, outra poetisa que, ao escrever “*Urania*”, acaba por ter a primeira prosa publicada por uma mulher na Inglaterra; já em 1673, Bathsua Makin escreve “*Anessayto revive the antient education of gentlewomen*”; sendo seguida pela poetisa Sarah Fyge, em 1686, que publica “*The female advocate*”; e pela escritora Mary Astell, que lança seu “*A serious proposal to the ladies advocating equal opportunity for women*” em 1694,

evidenciando os primeiros passos em prol de uma conscientização acerca das relações e igualdade de gênero em território inglês (CHAWTON HOUSE LIBRARY, 2015).

Já os séculos XVIII e XIX podem ser considerados como o período de maior profusão da escrita feminina, especialmente em razão da mecanização da imprensa, que possibilitou a ascensão do romance e o florescimento das bibliotecas circulantes. Trata-se de uma época na qual a literatura feminina de ficção passa a ganhar forma, junto às continuações dos movimentos de conscientização das mulheres acerca de seus direitos. Fora, também, um período no qual diversas autoras mundialmente reconhecidas e aclamadas até os dias de hoje publicaram seus romances, marcando sua presença na história da literatura inglesa.

Nesse contexto, ainda com base na linha do tempo elaborada pela *Chawton House Library* (2015), torna-se possível verificar a contribuição das seguintes escritoras: Mary Wortley Montagu, que publica “*A bad widow*” em 1714, tido como o único artigo escrito por uma mulher no periódico *The Spectator*; entre os anos de 1719-1720, Eliza Haywood publica sua obra “*Love in excess or the fatal enquiry*” e, entre 1744 e 1746, a autora também edita o “*The Female Spectator*”, considerado o primeiro periódico escrito por uma mulher destinado ao público feminino; em 1752, ainda nos primórdios da ascensão do romance inglês, Charlotte Lennox publica “*The female Quixote*”, uma paródia sobre “Dom Quixote”, de Cervantes e, de 1760 a 1761, a autora edita o “*The lady’s museum magazine*”, periódico também voltado para o sexo feminino; Frances Burney publica, em 1778, “*Evelina*”; sendo seguida pela publicação, em 1792, de “*A vindication of the rights of woman*”, de Mary Wollstonecraft, considerada uma das primeiras obras a discutir mais abertamente os direitos da mulher; em 1794, Ann Radcliffe, tida como a autora precursora do romance gótico, publica “*The mysteries of Udolpho*”.

Igualmente, no século seguinte, observam-se a presença de autoras que contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do romance inglês, a saber: Jane Austen, que publica, em 1811, “*Sense and sensibility*”, em 1813, “*Pride and prejudice*”, “*Mansfield Park*”, em 1814, e “*Emma*” em 1815 e, postumamente, em 1817, “*Persuasion*” e “*Northanger Abbey*” são publicados no mesmo volume, tornando-se Austen uma influência tão grande na Inglaterra que a autora chegou a ser comparada à Shakespeare; em 1818, Mary Shelley publica “*Frankenstein*”; em 1847, Charlotte Brontë publica “*Jane Eyre*”, enquanto sua irmã, Emily Brontë, publica “*Wuthering Heights*”; em 1856, George Eliot publica o

ensaio “*Silly novels by lady novelists*”, enquanto a poetisa Elizabeth Barrett Browning publica “*Aurora Leigh*” no mesmo ano (CHAWTON HOUSE LIBRARY, 2015).²⁶

Com efeito, não obstante os esforços de instituições como a *Chawton House Library*, que estudam e preservam a memória e produções dessas autoras, muitas delas passaram praticamente despercebidas na história literária até meados do século XX, quando do início das pesquisas e descobertas sobre suas obras (CHAWTON HOUSE LIBRARY, 2017). Isso quer dizer que as mulheres escritoras dos séculos anteriores, ainda que tenham oferecido grande contribuição para o desenvolvimento da literatura inglesa, não recebem tanta visibilidade na contemporaneidade quanto as autoras do século XIX, sendo muitos de seus escritos perdidos ou conhecidos somente no âmbito dos estudos literários inerentes à escrita feminina.

Dessa forma, se para as escritoras menos conhecidas o caminho para a inclusão fora significativamente árduo – e, mesmo assim, muitas delas só foram reconhecidas postumamente –, também para as autoras consideradas célebres nos dias de hoje, estabelecer seu espaço na economia do livro não fora tarefa menos difícil, conforme aponta Dias (2012).

Atualmente, os nomes mais conhecidos da literatura inglesa, como Jane Austen, Charlotte e Emily Brontë, para citar apenas algumas autoras que se consagraram ao longo de todo século XIX, assumem as autorias de inúmeros romances e servem de inspiração para diversas adaptações cinematográficas, tornando-se conhecidas e estimadas no mundo todo. Em menor escala, ao menos em território brasileiro, encontram-se autoras inglesas menos conhecidas, porém igualmente relevantes, como Fanny Burney, Ann Radcliffe, Charlotte Smith e Mary Wollstonecraft, que também deixaram sua marca, ao decorrer do século XVIII, na literatura de ficção inglesa.

Se os nomes dessas escritoras são livremente comercializados, consumidos e aclamados nos dias de hoje, nos séculos anteriores suas obras eram publicadas, em sua maioria, sob pseudônimos ou anonimamente, de modo a suprimir a indicação de uma autoria feminina para que suas criações fossem mais facilmente divulgadas e aceitas.

Isto se dava, sobretudo quando se leva em conta que a arte de escrever realizada por mulheres era notadamente malvista na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, sendo seu ofício e suas produções consideradas não apenas de pouco valor, como também uma afronta aos bons

²⁶ Autoras britânicas como Elizabeth Gaskell e Anne Brontë também tiveram suas obras publicadas durante o século XIX, embora tais registros não constem na linha do tempo elaborada pela *Chawton House Library*. Gaskell publicou “*Mary Barton*” em 1848, “*Cranford*”, em 1853 e “*North and South*”, sua obra mais conhecida, em 1855; enquanto a mais nova Brontë publicou “*Agnes Grey*” em 1847 e “*The tenant of Wildfell Hall*” em 1848.

costumes, principalmente se comparadas a qualquer criação masculina. A ideia central era que, se um romance era bom, não poderia ter sido escrito por uma mulher.

No entanto, apesar das incontáveis restrições e tentativas de censura moral, essas mulheres, assim como a grande parcela de escritoras dos séculos XVIII e XIX, não apenas “brigaram” por um espaço de expressão no cenário literário, como também se tornaram ícones e exemplos de mulheres muito à frente de seu tempo.

Assim, apesar da ausência ou carência de visibilidade, a verdade é que muitas escritoras conseguiram ter suas produções publicadas, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX, sendo sua autoria, na maioria das vezes, anônima ou disfarçada sob um pseudônimo.

Contudo, alguns questionamentos se fazem interessantes e necessários: como as mulheres conseguiram ter suas obras publicadas e se inserirem na economia do livro? Como a escrita feminina fora difundida em uma época na qual a autoria masculina preponderava e que a arte de escrever realizada por uma mulher era considerada uma afronta à moral e aos bons costumes?

É neste panorama que as bibliotecas circulantes se encontram inseridas. Considerando sua atuação ao longo dos séculos XVIII e XIX, especialmente no que tange à comercialização de romances voltados para o sexo feminino, esses estabelecimentos tiveram participação essencial, em um primeiro momento, para a formação de mulheres enquanto leitoras. Já em um segundo momento, buscando atender aos seus propósitos comerciais, essas bibliotecas passaram a publicar também obras de escritoras mulheres - que eram quem mais escreviam romances - de modo a atender seu público feminino e possibilitar mais uma instância de inclusão da mulher na economia do livro.

Para tanto, nesta seção, busca-se compreender o caminho percorrido por essas mulheres para que chegassem à escrita, dando ênfase a imagem da mulher escritora em uma sociedade patriarcal e à grande participação das bibliotecas circulantes no processo de inclusão social da mulher na economia do livro durante o período da Revolução Industrial.

9.1 A ERA DAS *FEMME DES LETTRES*: os primeiros lampejos de ascensão da escrita feminina

Lyons (1999) afirma que o período oitocentista pode ser considerado como o século das *femme des lettres*. O autor faz referência a uma época da história na qual muitas mulheres deixaram sua marca não apenas na imprensa periódica, como também, e com ênfase ainda maior, na história literária, contribuindo notavelmente para o desenvolvimento e progresso da economia do livro na Inglaterra.

Neste panorama, segundo o autor, para que a trajetória da escrita feminina inglesa assumisse a importância que ganhou a partir do século XIX, é necessário, primeiramente, compreender as modificações ocorridas nos hábitos de leitura do sexo feminino que, desde o período setecentista, configurou-se como o passo inicial para que a mulher almejasse o universo literário na posição de escritora.

Para Lyons (1999), a imagem da mulher leitora na sociedade britânica acompanhou de perto as transformações desencadeadas pela Revolução Industrial, conforme já mencionado no decorrer da presente investigação. Com a mecanização da imprensa e suas consequências, entendidas principalmente como a ascensão do romance e o nascimento das bibliotecas circulantes, a leitura feminina, anteriormente de ordem religiosa, controlada e afastada dos assuntos da vida pública, transmutou-se gradualmente para gostos mais seculares, consistindo de livros de culinária, revistas e, sobretudo, os famigerados romances.

Nessa nova conjuntura, ainda segundo Lyons (1999), as mulheres, antes marginalizadas ou subtraídas do acesso à leitura, encontravam-se então incluídas na economia do livro, inicialmente enquanto leitoras e consumidoras ávidas dos romances comercializados pelas bibliotecas circulantes.

Já em um segundo momento, de acordo com Glasgow (2002) e tendo em vista a expansão das práticas de leitura e as novas oportunidades econômicas²⁷ que surgiam pouco a pouco, uma parte da parcela feminina da sociedade começava a ser despertada para os questionamentos acerca de sua posição social, bem como para os desejos de tornarem-se escritoras, principalmente do novo gênero em ascensão.

Assim, a despeito das inúmeras dificuldades a serem enfrentadas pelas que aspiravam o mundo literário, muitas escritoras lidas até os dias de hoje encontraram meios de romper paulatinamente com as barreiras impostas ao desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, de modo a desenvolver sua escrita e encontrar um espaço maior de expressão em toda a Europa, servindo de inspirações para a vinda de diversas outras autoras.

Nesse âmbito, considerada e aclamada como uma das maiores escritoras a analisar em livros, artigos e ensaios as questões relativas à autoria feminina, bem como a condição social da mulher escritora nos séculos XVIII e XIX, está Virgínia Woolf, que discorreu com maestria sobre os percalços enfrentados por aquelas que desejavam ver suas obras publicadas.

²⁷ Segundo Lyons (1999, 2011), o crescimento nas taxas de alfabetização feminina, somado à nova configuração econômica da Inglaterra, contribuíram para que as oportunidades de emprego para o sexo feminino se expandissem ao longo do século XIX, tornando possível às mulheres ocuparem cargos como professoras e assistentes de loja, por exemplo e, até mesmo, atendentes em bibliotecas circulantes.

Woolf (2014a) menciona que, até o final do século XVIII, os indícios de produção feminina eram quase inexistentes²⁸, sobretudo em razão de, conforme apontam Dumont e Espírito Santo (2007), a Igreja dos séculos XVII e XVIII incentivarem as mulheres a ler, mas não a escrever, de modo a cercear sua liberdade de expressão. Às mulheres cabiam a manutenção da moral e dos bons costumes, não a criação e difusão de novas ideias. No entanto, Woolf (2014a) afirma que, a partir do fim do período setecentista e, especialmente, no início do oitocentista, as mulheres escreveram com extraordinária frequência e sucesso - se comparado aos séculos anteriores -, apesar das inúmeras restrições.

No entendimento da autora, o primeiro cenário tem uma razão de ser. Durante muitos séculos, até quase o final do período setecentista, além das limitações impostas pela Igreja, a maior parte das mulheres encontrava-se marginalizada ou, até mesmo, excluída do acesso ao livro, à leitura e, por conseguinte, do desenvolvimento de suas habilidades de escrita.

Ainda, Woolf (2014a, 2014b) aponta para como as condições socioeconômicas da época dificilmente se constituíam como instrumentos facilitadores para que as mulheres se tornassem escritoras: a educação formal alcançara a mulher muito depois do homem; os recursos financeiros eram escassos, considerando que a ascensão econômica e social se dava predominantemente por meio do casamento, diminuindo, assim, as possibilidades de obterem independência financeira para tornarem-se escritoras²⁹; a legitimidade cultural feminina era praticamente inexistente; o papel social desempenhado pela mulher, que a relegava ao mundo do casamento e privado do lar, era considerado um grave impedimento para a arte de escrever, visto que ela não teria tempo tampouco espaço; e, sobretudo, a rígida censura moral sofrida por aquelas que optavam pelo caminho da pena, revelando, dessa forma, um cenário desencorajador para que elas escrevessem ficção.

Isto quer dizer que, ao longo dos séculos, os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres acabavam por determinar e interferir, quase necessariamente, nas escolhas e desejos pessoais e, por sua vez, no futuro de cada indivíduo. No caso do sexo feminino, na maioria

²⁸ Até então, os baixos índices de produção feminina se deviam, em grande parte, às mulheres pertencentes às classes aristocráticas. É a partir do final do século XVIII, conforme apontam Woolf (2014b) e Vasconcelos (2002), que as mulheres, sobretudo as das classes médias, começam a escrever fora do âmbito privado.

²⁹ Segundo Fergus (2011), até mesmo as mulheres casadas enfrentavam obstáculos legais para terem suas obras publicadas. Sem possuírem existência jurídica ou direito sobre seus bens e suas próprias vidas depois do casamento, conforme mencionado por Vasconcelos (2007) na seção 6, as mulheres deveriam ter permissão do marido para lançarem suas criações e assinarem seus contratos. Em muitas vezes, quando isso acontecia, eram eles quem assinavam os contratos por elas ou levavam a autoria de suas produções. Ainda de acordo com Fergus (2011), somente em 1965 a mulher casada ganhou permissão para ter uma profissão ou publicar seus escritos sem a autorização do marido.

das vezes, de maneira desfavorável e injusta, acarretando múltiplas restrições para a expressão livre de suas opiniões e atividades intelectuais.

Todavia, com a chegada da Revolução Industrial e seus consequentes desdobramentos, a vida da mulher fora gradativamente modificando-se. Vasconcelos (2007) afirma que as mulheres, a partir do século XVIII, ganharam uma notável visibilidade, seja na posição de escritoras, leitoras ou, até mesmo, personagens de livros, configurando-se em um fator decisivo que serviu para produzir uma nova imagem do sexo feminino até o fim do século seguinte.

Nesse cenário é que Woolf (2014a) verifica um ambiente favorável para o florescimento da escrita feminina, associando sua ascensão às transformações ocorridas na sociedade britânica dos séculos XVIII e XIX.

Para a autora, está claro que:

[...] a extraordinária explosão de ficção no começo do século XIX na Inglaterra foi prenunciada por inumeráveis pequenas mudanças nas leis, nos costumes e nas práticas sociais. As mulheres do século XIX tinham algum tempo livre e certo nível de instrução. Escolher o próprio marido não era mais uma exceção, só para mulheres das classes altas. E é significativo que das quatro grandes romancistas mulheres – Jane Austen, Emily Brontë, Charlotte Brontë e George Eliot – nenhuma teve filhos e duas não se casaram. Entretanto, apesar de estar claro que a proibição da escrita foi então revogada, dir-se-ia haver ainda uma considerável pressão sobre as mulheres para escrever romances (WOOLF, 2014a, p. 273).

Significativamente, segundo Woolf (2014a), ainda que as mulheres não sofressem mais tantos preconceitos para expressar seus pensamentos e exercer suas aptidões para a escrita, tal como se dava nos séculos passados, as mesmas ainda eram vistas como seres intelectualmente capazes de escrever apenas romances.

Se, tal como mencionado na seção 8.2, as mulheres leitoras eram tidas como indivíduos aptos a ler não mais que romances, devido à sua fácil leitura e apreensão, no período oitocentista, a mulher escritora também era vista, talvez mais ainda, como um ser capaz de produzir somente ficção. Woolf (2014a) e Mays (2002) atribuem tal concepção às discrepâncias nas condições sociais e econômicas, bem como às experiências vivenciadas distintamente por homens e mulheres.

Conforme já apontado por Vasconcelos (2007) na seção 6, o sexo masculino ocupava, em sua maioria, a esfera pública da sociedade, de modo a não apenas conhecer, como também vivenciar os aspectos políticos e econômicos ao seu redor, tal como clubes, guerras, comércio e o mercado de trabalho, o que acabava por lhes atribuir certa experiência de vida. Já as mulheres, por sua vez, sobretudo as pertencentes às classes médias e altas, estavam destinadas

à administração do lar, isto é, a vida privada, o que restringia consideravelmente suas visões de mundo.

Por essa razão, ainda que as condições socioeconômicas proporcionadas pela Revolução Industrial tenham modificado gradualmente o papel social desempenhado pela mulher, os estereótipos atribuídos ao sexo feminino ao longo dos séculos acabavam por se refletir também no ambiente literário.³⁰

Isto é, Woolf (2014a), acreditando que a experiência exercia forte influência sobre a produção de ficção, afirma que o atraso da educação formal feminina – que contribuía para a ausência das técnicas de escrita -, somada a sua falta de experiência de vida, faziam com que as mulheres fossem vistas como aptas a escrever somente romances e não poesia ou qualquer outra obra considerada mais edificante.³¹

A autora também atribui tal cenário ao fato de as mulheres não terem um espaço próprio para exercerem sua intelectualidade, além da ausência de recursos financeiros. Isto é, a escrita de romance não exigia tanta concentração e conhecimento formal como a escrita de poesia, por exemplo. Exigia apenas, em muitas vezes, a observação de acontecimentos e comportamentos que se davam ao seu redor.³² E, considerando que as mulheres, sobretudo das classes médias, dividiam constantemente o cômodo com toda sua família, não tinham tempo nem silêncio à sua disposição para desenvolverem obras mais edificantes.

Assim, Mays (2002) salienta, acrescentando às afirmações concedidas por Woolf (2014a), que a tendência feminina à escrita de ficção era mais uma questão de necessidade do que de escolha propriamente dita. Isto é, era o reflexo das concepções do ideal de feminilidade da época, que acabavam por criar obstáculos para que a mulher tivesse não

³⁰ Woolf (2014a) afirma que o comportamento social da mulher escritora, caso não correspondesse aos costumes e leis em vigor na época, refletiam na censura moral e no impacto que seus livros tinham na sociedade. Isto é, se já era difícil ao sexo feminino se incluir no mercado literário, quando o faziam, seu comportamento deveria condizer efetivamente com os padrões sociais à época. Aos homens, em contrapartida, as exigências de comportamento exemplar não eram tão rigorosas, podendo o sexo masculino romper com às leis da época e, ainda assim, terem seus livros amplamente consumidos sem censura.

³¹ Mays (2002) ressalta que, da lista de mulheres escritoras contidas no “*Cambridge Bibliography of English Literature*”, um terço eram descritas como romancistas e 50% como escritoras de livros infantis; apenas 14% podiam ser caracterizadas como poetisas e meros 3% eram denominadas como especialistas em assuntos relativos à filosofia, história e economia. A área de atuação dos homens escritores, em contrapartida, era melhor distribuída no campo literário, sendo 25% deles poetas; 14% romancistas, críticos e ensaístas; 11% autores de livros infantis e 8% filósofos. Isso ilustra não apenas as discrepâncias entre os gêneros escritos por homens e mulheres, como também uma tendência quase natural do sexo feminino em ser reconhecido como produtor de romances, tendo em vista às situações sociais e econômicas a que estava submetido, que se configuravam como obstáculos para que as mulheres exercessem outro tipo de escrita.

³² Dias (2012) afirma que o ato de escrever poesia era considerado como uma espécie de inspiração divina, o que acabou por conferir ao gênero um *status* privilegiado, ao passo que a escrita de romances era vista como uma atividade menos intelectual e, espiritualmente, menos valiosa. Por isso, sendo caracterizado como uma ocupação inferior, estava mais adequada à realidade social da mulher do que dos homens, que tinham acesso aos meios de educação formal que lhes ajudariam a desenvolver estas habilidades.

apenas a mesma educação que o homem, mas também as mesmas experiências de vida, impactando consideravelmente no tipo de criação desenvolvida por elas e, até mesmo, na relação delas com os editores. Sem as mesmas oportunidades oferecidas ao sexo oposto, encontravam-se constantemente restritas a praticamente um só tipo de gênero.

A verdade é que, a despeito de as condições socioeconômicas terem se tornado mais favoráveis para o sexo feminino, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho e a não mais tão rigorosa exigência do casamento como forma de ascensão social e econômica - o que contribuiu para sua inclusão na economia do livro -, as mulheres ainda tinham significativos séculos de atraso e restrições em comparação aos homens.

A mentalidade e os estereótipos da época de que a mulher não possuía competência suficiente para apreender temas mais complexos do que os romances comercializados pelas bibliotecas circulantes perdurou não apenas na imagem da mulher leitora, como abordado na seção 8.2, mas também no da mulher escritora.

Nesse contexto, além daqueles que criticavam violentamente as obras de autoria feminina, muitos resenhistas e críticos literários, conforme apontam Vasconcelos (2007) e Fergus (2011), desconsideravam ou amenizavam as críticas direcionadas aos romances escritos por mulheres, declarando abertamente que suas obras não deveriam ser levadas a sério e que também as resenhas não deveriam conter uma opinião crítica do ponto de vista literário, apenas por tratarem-se de obras escritas por mulheres.³³

Curiosamente, essa parcialidade em relação à produção feminina justifica-se a partir do receio dos críticos e resenhistas em ofenderem “a delicadeza de uma dama”. Ainda de acordo com Vasconcelos (2007), os críticos literários asseveravam constantemente sua complacência com a “produção de uma pena feminina”, declarando abertamente sua parcialidade com o belo sexo, de forma que muitos romances assinados por mulheres ou publicados sob pseudônimos femininos eram poupados de quaisquer comentários mais duros feitos pelos resenhistas.

Pode-se observar, com isso, a ironia no fato de resenhistas e críticos literários desvalorizarem o talento de uma mulher para escrever qualquer gênero literário, até mesmo, o próprio romance, malvisto pela sociedade patriarcal britânica. Para eles, os comentários sobre a produção feminina deveriam ser desprovidos de opinião crítica, uma vez que a crença

³³ Fergus (2011) e Vasconcelos (2002) apontam que uma das razões para a amenização das críticas que os romances femininos recebiam era o fato de muitas escritoras desculparem-se ou justificarem-se nos prefácios de suas obras por estarem simplesmente escrevendo. Em muitas vezes, elas justificavam essa atividade alegando precisar do dinheiro para contribuir para o sustento da família, constituindo-se em casos isolados nos quais a escrita feminina se tornava minimamente tolerável aos olhos do sexo oposto.

popular era de que as mulheres não tinham capacidade alguma em escrever uma obra tão boa, no sentido técnico e literário, quanto aquelas produzidas pelo sexo oposto, a ponto de seus escritos nem merecerem uma crítica séria. Assim que se deparavam com uma autoria ou um pseudônimo feminino, a obra já perdia todo o seu valor crítico, sendo ela boa ou ruim.

Nota-se aí quase uma crítica sutil e mascarada, sob o pretexto de “não ofender a delicadeza de uma dama”, de que a mulher não deveria estar ali, de que o ambiente literário e a vida pública não lhe pertenciam, mas sim aos homens. Ela deveria estar em casa, cuidando da administração do lar, dos filhos e do marido, ao invés de procurar ser desvirtuada de sua função social ao desenvolver atividades intelectuais.

De certa forma, isto quer dizer que, ao menos no plano formal, seus romances seriam dificilmente aceitos e considerados como uma escrita séria. A crença era de aqueles considerados bons, certamente não poderiam ter sido escritos por uma mulher, afinal, eram os homens quem “dominavam a arte de escrever”. Era a eles que pertenciam os cargos de romancistas, editores, resenhistas e críticos literários (VASCONCELOS, 2007). Isso evidencia os tortuosos caminhos percorridos por aquelas que desejavam viver de sua pena e os obstáculos que deveriam enfrentar se quisessem ver suas obras publicadas.

Nesse plano, Vasconcelos (2007, p. 214, tradução nossa) oferece um bom exemplo representativo dessa mentalidade a partir do periódico *The Monthly Review*, do ano de 1763, em uma resenha referente ao livro “*The school for wives*”. Segundo a crítica, “Tratar essa produçãozinha com qualquer grau de severidade seria imperdoável, já que é a performance de uma dama”. Ironicamente, é curioso ressaltar que muitos homens lançavam mão de pseudônimos femininos em uma tentativa de amenizar e evitar as possíveis críticas que seus romances receberiam caso não fossem bons o suficiente, uma vez que a autoria masculina não carecia de uma opinião crítica e séria.

Assim, demonstra-se, com base em Woolf (2014b) e Vasconcelos (2007), como as mulheres eram constantemente satirizadas ou ridicularizadas por grande parte do sexo oposto, sejam eles resenhistas, críticos literários, familiares ou desconhecidos. A educação reinante na época sempre fora orientada para maldar e considerar os esforços intelectuais de uma mulher como uma atividade degradante e pecaminosa, de forma que, as mulheres que possuíam algum tipo de conhecimento ou habilidade de escrita, deveriam tentar escondê-lo.

Nesse sentido, é como se o ato de escrever fosse uma presunção inalcançável da mulher, de modo que o desenvolvimento de atividades intelectuais não pudesse fazer parte do universo feminino. Se a mulher encontrasse na pena seu hábito e prazer, seus escritos não

eram considerados como escrita ou arte propriamente ditas, isto é, a mulher não escrevia, mas sim “escrevinhava” (WOOLF, 2014b).

Desse modo, diante da perspectiva do menosprezo da seriedade da produção feminina, atrelado aos estereótipos impostos às mulheres, que acabava por tornar vergonhosa a arte de escrever, aquelas que optavam por transgredir às regras sociais para terem suas obras publicadas viam-se obrigadas a esconderem-se constantemente por trás de pseudônimos masculinos ou, até mesmo, o anonimato, conforme mencionado anteriormente, para não serem malvistas ou excluídas socialmente.

Woolf (2014b, p. 74-75), discorrendo sobre como as condições sociais da época impostas às mulheres não apenas cerceavam sua liberdade de expressão, mas também suas aspirações pessoais e profissionais, justifica que:

Foi a lembrança do senso de castidade que ditou a anonímia das mulheres até o século XIX. Currer Bell, George Eliot, George Sand, todas vítimas de uma luta íntima, como provam seus escritos, buscaram sem sucesso esconder-se usando nomes de homem. Desse modo, elas reverenciavam a convenção, se não criada pelo outro sexo, abertamente encorajada por elas [...] de que a publicidade é algo detestável para uma mulher. A anonímia está em seu sangue. O desejo de ficar escondida ainda a toma por inteiro.

Nesse sentido, Fergus (2011) e Vasconcelos (2002), indo ao encontro das considerações de Woolf (2014b), afirmam que, em uma sociedade que equiparava “publicar” a “tornar-se público”, a indicação de autoria de qualquer tipo de produção feminina implicava necessariamente na “abominável” publicidade de seu sexo, colocando-o sob o olhar público e, assim, acarretando na perda de sua feminilidade. As mulheres “apropriadas” e “direitas”, seguindo o padrão da época, deveriam ser modestas, reservadas e, essencialmente, pertencentes ao mundo doméstico. Aquelas que ousassem publicar suas criações estariam colocando não apenas sua reputação em risco, como também, sua posição social.

O mesmo senso de castidade e receio de tornarem-se mulheres mal faladas ou excluídas socialmente também é apontado por Vasconcelos (2007, p. 153), que acrescenta que:

[...] ainda que muitas mulheres tenham se profissionalizado ao longo dos séculos XVIII e XIX, nem todas assinaram suas produções, à exemplo de Eliza Haywood, ou admitiram que escreviam para sobreviver, como Charlotte Smith. Muitas, por causa das restrições a este tipo de ofício para mulheres, esconderam-se sobre pseudônimos ou publicaram anonimamente. Esse foi o caso de Fanny Burney, que só se revelou autora de *Evelina* após ter-se certificado de que o romance tivera boa acolhida entre seus amigos e familiares.

Com isso, nota-se que muitas mulheres escritoras só revelavam a autoria de suas produções quando sua reputação enquanto romancista era estabelecida de maneira positiva, o que ocorria eventualmente após as primeiras edições de suas obras, quando da boa acolhia entre a crítica e seus conhecidos, conforme aponta Fergus (2011) e Vasconcelos (2002, 2007).

Nessa mesma seara, pode-se também citar os casos de Mary Ann Evans, que utilizara o pseudônimo de George Eliot, pelo qual ficou mundialmente conhecida, e Ann Radcliffe, que lançou mão do sobrenome do esposo para publicar seus trabalhos antes de se tornar aceita pelo público.

Para corroborar as considerações feitas pelas autoras supracitadas, Raven (2005) aponta que, além do receio de receberem críticas hostis, o pseudônimo e o anonimato foram também utilizados como um instrumento de proteção para estabelecer um relacionamento entre as escritoras mulheres e seus editores, como uma forma de manter sua identidade em segredo.

O autor oferece o exemplo de Jane Austen que, além de utilizar intermediários em suas negociações, lançava mão de pseudônimos como *“By a Lady”* ou *“By a Young Lady”* para publicar suas obras e manter sua autoria em sigilo. Também as irmãs Brontë empregavam pseudônimos em suas criações, conforme indica Dias (2012), para manterem-se afastadas dos julgamentos e das críticas negativas somente por serem mulheres. Com isso, evitavam ainda a tão “abominável” publicidade e a identificação enquanto escritoras mulheres. Emily Brontë, em *“O morro dos ventos uivantes”*, publicou como Ellis Bell, ao passo que Charlotte Brontë lançou *“Jane Eyre”* sob a autoria de Currer Bell e Anne Brontë como Acton Bell, quando da publicação de *“Agnes Grey”*.

Com efeito, foi nesse panorama que muitas escritoras passaram a aproveitar o fato de suas criações serem protegidas pelo anonimato e pelo uso de pseudônimos para utilizá-las como um instrumento em potencial de crítica e denúncia do mundo que as envolvia. A partir de relatos fictícios, essas mulheres, incluindo-se aí Jane Austen, as irmãs Brontë e Elizabeth Gaskell, por exemplo, passaram a ilustrar, discreta ou abertamente, as opressões vivenciadas por seu sexo durante boa parte dos séculos XVIII e XIX.

Por esse motivo, Woolf (2014a) menciona que, inicialmente, o foco de interesse da escrita de ficção feminina recaía quase sempre sobre as questões concernentes às mulheres e à sua condição na sociedade britânica, configurando-se os romances, em muitas vezes, como materiais puramente autobiográficos, de modo a exemplificar o próprio sofrimento das autoras, um meio de defender sua causa e mostrar sua transgressão aos valores patriarcais da época.

Já em um segundo momento, ainda no entendimento de Woolf (2014a), quando essa necessidade de autoafirmação já não era mais tão presente na escrita feminina, o tema dos romances transmutou-se para as questões sociais reinantes no território britânico oitocentista – como a sociedade industrial, por exemplo -, evidenciando, assim, um entendimento crítico maior, por parte da mulher, sobre o mundo que a cercava.

Assim, segundo Vasconcelos (2007), essa era uma forma de demonstrar que, a despeito dos inúmeros constrangimentos sociais à que essas romancistas estavam submetidas, muitas delas tomaram para si a responsabilidade de defender a mulher e seu direito à uma leitura séria, a interesses mais amplos e complexos do que a mera administração do lar, bem como ocupações intelectuais, como parte também da esfera feminina.

Com isso, considerando-se os dados supracitados, pode-se observar, segundo Woolf (2014b), que um dos fatores determinantes para que a mulher não tenha desenvolvido suas habilidades de escrita em pé de igualdade com os homens desde sempre fora o ambiente da vida privada que ocupava. Ao ser obrigada a cuidar da casa, dos filhos e do marido, atividades inerentes ao casamento, a mesma acabava por não ter recursos financeiros nem tempo para escrever, em razão de seus inúmeros afazeres domésticos e de sua dependência econômica.

Desse modo, tendo sido criadas desde o berço para atenderem às concepções de feminilidade da época, tal qual apontado por Vasconcelos (2007), grande parte das mulheres foram não apenas subtraídas da educação formal e das oportunidades de desenvolverem-se intelectualmente, como também privadas de poder contar sua própria história e moldar sua imagem perante à sociedade.

Esse caso é ilustrado por Jane Austen, em *Persuasão*, publicado em 1817. Lançando mão dos romances para denunciar as parcas condições das mulheres, conforme já mencionado, Austen apresenta em seu discurso, ainda que discretamente, formas de transgressão social, de modo a ilustrar como a realidade feminina era quase que necessariamente condicionada pelos valores patriarcais da época, que as privava de seus desejos pessoais e da chance de contarem e escreverem sua própria história.

Em um diálogo entre o Capitão Harville e sua protagonista, Anne Eliot, a autora expõe brilhantemente a revolta sutil da personagem feminina em ver seu sexo sendo estereotipado e moldado por uma visão masculina na história e na literatura:

[...] acho que jamais abri um livro na vida que não tivesse algo a dizer sobre a inconstância das mulheres. Canções e provérbios falam todos da volubilidade feminina. Mas talvez você vá dizer que todos eles foram escritos por homens.
- Talvez eu dissesse. Sim, sim, por favor, nada de referências a livros. **Os homens tiveram todas as vantagens contra nós, ao contarem sua própria história.**

Tiveram sempre uma educação muito superior, a pena estava em suas mãos. Não admito que os livros provem coisa nenhuma (AUSTEN, 2012c, p. 277, grifo nosso).

Aqui Austen (2012c) demonstra que não apenas a vida da mulher era regida pelos valores patriarcais, como também sua própria história fora contada pelo homem, relegando-a quase sempre ao papel de coadjuvante, “vilã” e, até mesmo, sexo frágil. Conforme aponta a autora, “a pena estava em suas mãos”, isto é, os homens sempre tiveram a história, a educação e a sociedade a seu favor para que pudessem moldar um ideal de feminilidade e, ao mesmo tempo, decidir sobre a imagem da mulher na literatura, já que eles dominavam quase todo o universo da escrita.

É por esse motivo que a personagem Anne Eliot afirma não confiar em livros para pautar sua realidade sobre a imagem da mulher, visto que sua verdadeira essência sempre fora escondida pelas opiniões e visões masculinas de um estereotipo de feminilidade. Isso ilustra, de certa forma, que a mulher, pelo menos até conseguir inserir-se na economia do livro, quase não teve meios de montar sua própria imagem na esfera pública, sendo ela refletida sob a perspectiva do sexo masculino. Assim, elas não tinham condições de contar sua própria história.

Isso significa dizer que, caso a mulher tivesse tido desde sempre as mesmas oportunidades econômicas e sociais que os homens e os valores não fossem tão patriarcais, elas teriam mais chances de se inserir na economia do livro sem o receio de serem mal faladas ou excluídas socialmente. Elas teriam, assim, sua própria pena para escrever sua própria história e moldar a imagem que melhor lhes fazia direito, sem precisar que o sexo oposto fizesse isso por elas. Elas teriam, sobretudo, voz e liberdade de expressão, que sempre lhes foram negadas.

No entanto, Woolf (2014b) menciona que, a despeito de todas as circunstâncias não favoráveis ao desenvolvimento intelectual feminino, diversas mulheres dos séculos XVIII e XIX conseguiram transgredir essas regras. Em meio às inúmeras limitações impostas ao seu sexo, elas conseguiram encontrar tempo e recursos financeiros para publicar suas criações, ainda que não fossem inteiramente independentes.

Nesse sentido, ainda que consideradas mais como uma exceção do que uma regra em seu meio social, essas mulheres encontraram uma forma de se expressarem intelectualmente, de se libertarem enquanto mulheres possuidoras de desejos e aspirações profissionais próprias. A profissionalização da mulher escritora perpassou diversos obstáculos, incluindo-se aí a própria história – visivelmente desfavorável ao sexo feminino – e o preconceito popular

de se tornar uma mulher “mal falada” por viver de sua pena. Mesmo assim, a mulher não apenas transgrediu, como também modificou a posição que ocupava na sociedade, de modo a inserir-se na economia do livro em suas mais variadas formas, como se verá a seguir mais detalhadamente.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que as bibliotecas circulantes desempenharam um papel essencial neste cenário. De acordo com Benedict (2004), ao não se preocuparem com a reputação que mantinham pelo comércio de romances, visto que seu interesse era nos lucros e não nos valores morais que poderiam eventualmente transmitir, esses estabelecimentos acabavam por comercializar romances indiscriminadamente, incluindo-se aí obras anônimas ou de autoria e pseudônimos femininos.

Assim, além de já se posicionarem favoravelmente à leitura feminina com o comércio irrestrito de romances, atraindo inúmeras assinantes mulheres e possibilitando o início de sua inclusão social, ao abrirem também suas portas para a publicação e comercialização de criações femininas, as bibliotecas circulantes contribuíram consideravelmente para a inserção da mulher na economia do livro, seja como autora publicada por esses estabelecimentos ou como nomes constantes em seus catálogos.

Dessa forma, para Woolf (2014a), através do auxílio de uma pequena mudança na mentalidade da época, concomitante às próprias transformações sociais ocasionadas pela Revolução Industrial e na economia do livro como um todo, incluindo-se aí a mecanização da imprensa e a expansão efetiva das bibliotecas circulantes, centenas de mulheres começaram a escrever e encher seus bolsos com essa atividade, configurando-se a escrita feminina como um meio não apenas para a libertação do pensamento da mulher, mas também uma forma de ganhar dinheiro e contribuir para o sustento da família, além do próprio, de maneira a não mais depender do casamento como única forma de sobrevivência.

É por razão que Henry James (2011, p. 61-62), em *A arte da ficção*, ensaio publicado na segunda metade do século XIX, menciona que

[...] nada é mais notável na vida inglesa hoje, a olhos frescos, do que a revolução estar acontecendo na posição e na aparência das mulheres – e acontecendo mais profundamente na porção silenciosa do que na barulhenta -, de modo que veremos ainda o cotovelo feminino, cada vez mais ativo na movimentação da caneta, explodir sonoramente no vidro da janela que esta época supersticiosamente fechou.

Vê-se, assim, uma verdadeira revolução feminina. A era das *femme des lettres* havia finalmente chegado. E o ápice das instâncias de inclusão nessa economia do livro se deu por meio das bibliotecas circulantes, que permitiram que muitas mulheres ganhassem um espaço

no mercado editorial. Esse processo de inclusão será visto com mais profundidade na seção a seguir.

9.2 BIBLIOTECAS CIRCULANTES E ESCRITA FEMININA: o ápice da inclusão social da mulher na economia do livro durante o período industrial

Tal como já indicado por Erickson (1990), sabe-se que as bibliotecas circulantes assumiram papel central na economia do livro da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX ao comercializarem indiscriminadamente romances. Além disso, constituíram-se como o passo inicial para a liberação das mulheres enquanto consumidoras e leitoras do gênero em ascensão, de modo a dar a largada para o processo de sua inclusão social na cadeia produtiva do livro em diversas searas.

Nesse contexto, conforme apresentado ao longo da presente investigação, esse processo de inclusão, que teve início com as bibliotecas circulantes atuando na formação de mulheres leitoras ainda no final do período setecentista, culminou, em seu ápice, na inserção da figura feminina na economia do livro no século seguinte na posição de escritora, estando esses estabelecimentos operando como porta de entrada para o desenvolvimento e expansão da escrita feminina, até então, rigidamente marginalizada.

Para Jacobs (2003), ademais, a relevância das bibliotecas circulantes para a escrita feminina vai muito além de sua participação nos processos de inclusão da mulher no mercado literário. Segundo o autor, esses estabelecimentos, ao empreenderem técnicas, mesmo que rudimentares, de propaganda e catalogação, acabaram por se constituir como elementos chave para uma melhor compreensão acerca dos processos de feminização, comoditização e desenvolvimento de determinadas formas literárias, isto é, do próprio romance.

Isso significa dizer, ainda de acordo com Jacobs (2003), que as bibliotecas circulantes, ao publicarem e comercializarem obras de autoria feminina, contribuíram não apenas para a disseminação dos hábitos de leitura de romances entre as mulheres - ao transformar o livro em um objeto de mercadoria -, como também, ao associar suas propagandas e seus catálogos à figura da mulher escritora, para a produção, desenvolvimento e expansão de um gênero literário que tornara-se essencialmente feminino. Com isso, resultando na posterior inclusão da escrita feminina e, conseqüentemente, da mulher, na economia do livro, de modo a desmistificar a crença de que o sistema literário inglês só poderia ser ocupado pelo sexo masculino.

Nesse sentido, pode-se mencionar que a participação das bibliotecas circulantes nos processos de inclusão social das mulheres na economia do livro enquanto escritoras se deu, dentre outras maneiras, de duas formas distintas, porém complementares: a) através da publicação de produções femininas, por meio, sobretudo, de pseudônimos e anonimato; b) pela comercialização indiscriminada de romances escritos por mulheres, conforme demonstram os catálogos de inúmeras bibliotecas circulantes da época. Esses dois modelos principais de inclusão serão analisados mais detalhadamente a seguir.

a) Publicação de trabalhos de autoria feminina

Em relação ao primeiro caso, Jacobs (1995a, 1995b, 2003) indica que, especialmente da segunda metade até o final do século XVIII, inúmeros proprietários de bibliotecas circulantes – sobretudo as menores e não tão conhecidas -, além de desempenharem atividades concernentes à comercialização usual de livros, também incluíam a publicação de muitos trabalhos como parte essencial da administração de seus negócios, acabando por atuar como uma subdivisão de editores.

Para o autor, a fim de se manter e competir com outros estabelecimentos já consolidados no mercado literário, essas bibliotecas se apresentavam ao público como um ambiente que oferecia, ao mesmo tempo, financiamento, impressão e circulação de obras dos mais diversos tipos de autores, principalmente os iniciantes e do sexo feminino. O objetivo era, em grande parte, atrair as inúmeras escritoras que estavam surgindo no fim do período setecentista e, desse modo, lançarem novos talentos no cenário editorial, firmando-se no mercado e concorrendo com as bibliotecas circulantes e editores mais bem sucedidos (JACOBS, 1995a, 2003).

É por esse motivo que, ainda segundo Jacobs (2003), tendo em vista a expansão dos hábitos de leitura de romances, que resultou na criação de um público leitor substancialmente feminino e na vontade da mulher de se tornar escritora, as bibliotecas desse tipo começaram a publicar obras de autoras mulheres, de modo a atender a demanda crescente de assinantes que encontravam nas práticas de leitura uma de suas atividades prediletas e, com isso, auferir lucros.

Assim, ao longo da segunda metade do século XVIII, à medida que as bibliotecas circulantes iam se expandindo, elas começaram a se especializar, cada vez mais, na publicação de trabalhos femininos sob pseudônimos e, principalmente, de autoria anônima, de forma a proporcionar uma das instâncias de inclusão social da mulher na economia do livro.

Ainda, conforme já mencionado anteriormente, Jacobs (2003) destaca que as publicações de obras anônimas exerceram papel essencial não apenas para o desenvolvimento e expansão da visibilidade de uma ficção considerada feminina, como também, para transformar obras de escritoras mulheres na especialidade desses estabelecimentos, que se perdurou ao longo dos séculos XVIII e XIX, tal como exposto ao decorrer da presente investigação. Para o autor, particularmente nas décadas de 1780 e 1790, as bibliotecas circulantes eram responsáveis pela produção de mais de 60% de toda ficção anônima feminina publicada na Inglaterra.

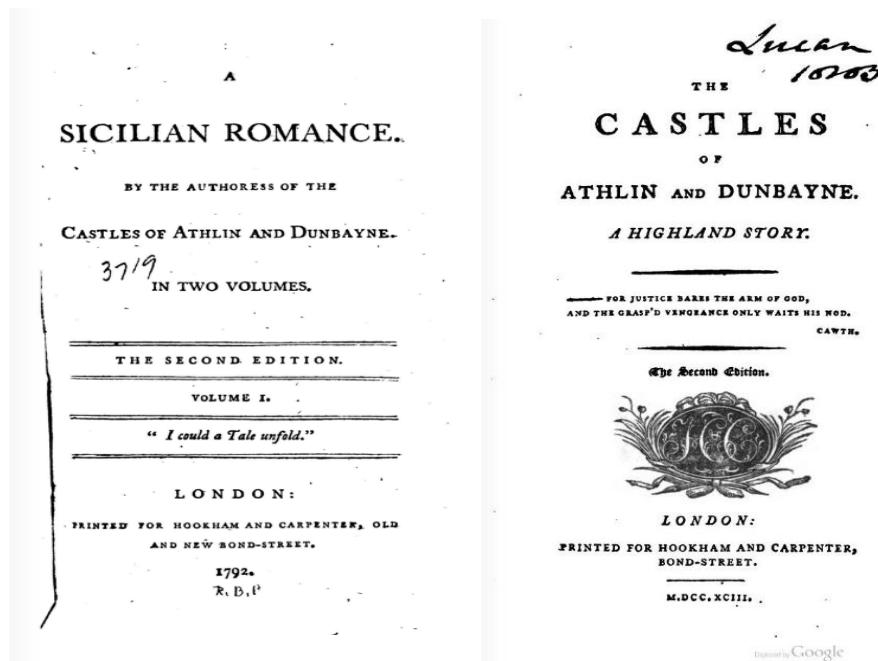
Nessa perspectiva, existem algumas possíveis explicações que justifiquem o porquê de produções anônimas femininas terem se tornado a marca registrada das bibliotecas circulantes durante a segunda metade do período setecentista. De acordo com Jacobs (1995b, 2003) e DeLucia (2015), fatores econômicos e culturais contribuíram consideravelmente para que autoras mulheres optassem por serem publicadas por esses estabelecimentos em detrimento às casas editoriais propriamente ditas.

A despeito das facilidades desencadeadas pela mecanização da imprensa, Fergus (2011) afirma que as opções de publicação para as mulheres durante o processo revolucionário eram um tanto quanto limitadas - ainda que mais acessíveis se comparado aos séculos anteriores -, sobretudo se levar em consideração que essas práticas poderiam vir a ameaçar sua reputação e posição social. Por essa razão, segundo Jacobs (2003) e DeLucia (2015), para as que almejavam e estavam ainda se introduzindo no mercado literário, as bibliotecas circulantes se configuravam como uma alternativa viável ao simplificarem o processo de publicação e a oferecerem sob o anonimato, de modo a proteger sua identidade.

Um dos exemplos desse cenário pode ser indicado por DeLucia (2015), quando da publicação dos trabalhos de Ann Radcliffe, importante autora precursora dos romances góticos na Inglaterra, já no final do século XVIII.

A publicação das primeiras edições dos três primeiros romances de Radcliffe foi feita pela biblioteca circulante de Thomas Hookham, localizada em Londres e especializada em romances anônimos de autoria feminina. Seguindo essa prática, Radcliffe publicou suas primeiras obras anonimamente, conforme ilustrado pela figura 5 abaixo.

Figura 5 – Primeiras edições de Ann Radcliffe sem indicação de autoria publicadas pela biblioteca circulante de Thomas Hookham



Fonte: *Archive.org*. “*A sicilian romance*”, publicado pela *Hookham and Carpenter*, em 1792³⁴ e “*The Castles of Athlin and Dunbayne: a highland story*”, publicado pela mesma biblioteca circulante, em 1793.³⁵

Em relação às segundas edições dos dois romances góticos ilustrados acima, pode-se inferir que ainda que houvesse menção à uma autoria feminina em “*A sicilian romance*”, descrito por “*by the authoress of the Castles of Athlin and Dunbayne*”, a identificação de Radcliffe enquanto escritora permanecia em segredo, seja para preservar sua reputação e posição social ou para evitar as críticas negativas que um romance publicado por uma biblioteca circulante poderia vir eventualmente a receber.

Nesse plano, é interessante destacar que, ao iniciar sua carreira profissional publicando através das bibliotecas circulantes, ainda que estivesse incluída na economia do livro, os trabalhos de Radcliffe e de outras autoras eram considerados inferiores apenas por serem publicados por esses estabelecimentos. Segundo afirma DeLucia (2015), se a escrita feminina já era considerada como uma atividade ultrajante e pecaminosa por si só, quando seus romances eram publicados pelas bibliotecas circulantes, eram mais ainda, se possível, malvistas, sendo qualquer material que pudessem produzir tidos como de conteúdo desprezível.

Isto se dava, ainda de acordo com DeLucia (2015), pelo fato de muitas escritoras publicadas pelas bibliotecas circulantes terem sua imagem intrinsecamente associada à leitura

³⁴ Disponível em: <<https://archive.org/details/asicilianromanc01radcgoog>>. Acesso em: 31 maio 2017.

³⁵ Disponível em: <<https://archive.org/details/castlesathlinan00unkngoog>>. Acesso em: 31 maio 2017.

de lazer e à mulher leitora da classe burguesa – sua principal consumidora -, o que era considerado como degradante na sociedade britânica dos séculos XVIII e XIX e que acabava por desvalorizar suas obras. Jacobs (1995b) acrescenta que o fato de escreverem por dinheiro também contribuía para que suas produções fossem malvistas, uma vez que esses ambientes deviam sua má fama especialmente à sua finalidade puramente comercial.

No entanto, ainda que arriscassem terem suas produções como alvos de preconceito e menosprezo por serem publicadas por bibliotecas circulantes, muitas mulheres enxergavam nessa oportunidade sua primeira opção para se inserir no universo literário, ainda que sua identidade não fosse revelada³⁶. Ao passo que seus trabalhos iam tornando-se conhecidos e ganhando uma boa acolhida entre o público, essas escritoras trocavam o ambiente das bibliotecas circulantes por editores com melhores reputações, que lhe aufeririam mais lucros e reconhecimento (JACOBS, 1995b; DELUCIA, 2015).

Com isso, a despeito do menosprezo de seus escritos, inúmeras mulheres seguiram os passos de autoras como Radcliffe, constituindo-se uma gama de “imitações” da escritora, que vieram a ser também publicadas pelas bibliotecas circulantes. Isso acaba por evidenciar que as práticas de publicação por meio desses estabelecimentos serviram não apenas para popularizar o gênero romance, mas também para incentivarem outras mulheres a darem seus primeiros passos em direção ao mundo da pena.

À guisa de exemplo, pode-se mencionar, além de Thomas Hookham e os muitos proprietários de bibliotecas circulantes que enredaram-se pelo caminho da publicação, a atuação de William Lane, fundador da “pecaminosa” *Minerva Press*, empreendimento voltado predominantemente para a publicação de romances góticos, contos e aventuras, que convocava em seus anúncios escritores e escritoras a trazer suas obras para que ele as publicasse e comercializasse em sua “*Minerva Circulating Library*”.

O interesse de Lane era, obviamente, auferir lucros com um público leitor em plena expansão, formado predominantemente por mulheres que consumiam cada vez mais os romances produzidos e comercializados pelas bibliotecas circulantes (COLASANTE, 2005). No entanto, inegavelmente, o empreendedor acabou por contribuir para a inclusão da figura feminina na economia do livro ao abrir as portas de sua biblioteca para a publicação de obras escritas por mulheres.

³⁶ Ainda de acordo com DeLucia (2015), ao publicar fora do ambiente das bibliotecas circulantes, a escrita feminina assumia uma reputação menos negativa, alcançando um público leitor maior e a própria concepção dos seus romances mudavam de forma. Isto é, se, nas bibliotecas circulantes as narrativas góticas de Racliffe eram consideradas como um enfado sobre a vida doméstica, ao serem publicadas por outros editores mais respeitáveis, seus trabalhos tornavam-se uma espécie de busca feminina de outras culturas – visto que os romances góticos se passavam em terras estrangeiras -, adotando uma posição menos “abominável”.

Ainda, Schürer (2007) e Jacobs (2003) mencionam que a *Thomas Lowndes Circulating Library*, importante biblioteca circulante em atuação no final do século XVIII, também desempenhava atividades de publicação. Nos anos de 1776 e 1777, o estabelecimento publicou *Evelina*, de Frances Burney, famosa escritora que atuou como influência literária para os romances de Jane Austen, anonimamente, lançando-a e consolidando-a no mercado literário.

Isso significa dizer que as bibliotecas circulantes, mesmo que lançassem mão da publicação de autoras ainda desconhecidas e sem muito talento, configuraram-se como o passo inicial para a inserção de mulheres escritoras no universo literário no período da Revolução Industrial, bem como um meio de dar a elas uma fonte de renda individual, proveniente do esforço de seu próprio trabalho (JACOBS, 1995b). Ademais, ao abrirem suas portas para a publicação de obras de autoria feminina, estavam dando voz às expressões de um gênero até então quase inteiramente reprimido pela história cultural e literária.

b) Comercialização da escrita feminina

Ainda que as bibliotecas circulantes tenham desempenhado atividades concernentes à publicação anônima e sob pseudônimo de romances de escritoras femininas, atuando como um dos maiores meios de entrada e disseminação de sua escrita durante o fim do século XVIII, sua maior ênfase e contribuição para esse processo de inclusão estava na comercialização de obras dessas autoras.

O comércio de romance popular realizado pelas bibliotecas circulantes, muito mais do que as atividades de publicações anônimas, pode ser considerado como o ápice dos processos de inclusão social da mulher em meio à sociedade industrial, lançando efeitos que perduraram ao longo de todo século XIX e, com ênfase ainda maior, até os dias de hoje.

Dessa forma, entende-se que a comercialização da escrita feminina acabou por impulsionar a circulação e expansão de suas obras em uma sociedade que estava produzindo e consumindo livros em uma velocidade assustadora – se comparado aos séculos anteriores à mecanização da imprensa -, de modo que seus romances tornavam-se conhecidos para além das paredes das bibliotecas circulantes.

Nesse sentido, torna-se possível inferir que os catálogos desses estabelecimentos, por assumirem uma posição de intermediários entre os livros das bibliotecas circulantes e seus leitores, se constituem como um dos principais objetos de comprovação dessa produção feminina em massa, bem como de sua conseqüente disponibilização e comercialização.

Segundo Jacobs (2003) e Kaufman (1967), quando da análise entre a relação dos catálogos de bibliotecas circulantes e a história cultural, a importância dos catálogos se dá essencialmente pelo fato de os mesmos terem o potencial de capturar os aspectos particulares da cultura do livro de determinado contexto histórico-social, uma vez que circulavam pelas mãos dos mais variados leitores e apresentavam o que se era produzido e mais “vendível”, isto é, mais passível de ser consumido à época³⁷.

Nesse panorama, ainda, a presença constante de obras de autoria feminina nos catálogos desses estabelecimentos - consideravelmente em maior número do que a produção do sexo oposto -, também são evidências claras de que as mulheres escritoras eram não apenas lidas e consumidas em abundância pelos assinantes dessas bibliotecas, como também, que se tornavam populares por meio delas.

Assim, à medida em que o romance e a escrita feminina legitimavam-se, já em meados do século XIX, as obras produzidas por mulheres não mais apareciam nas folhas de rosto e nos catálogos das bibliotecas circulantes somente na forma de anonimato ou pseudônimo, como também, sob a identificação de seus nomes, evidenciando cada vez mais sua inclusão no sistema literário inglês.

Com isso, pode-se tomar como exemplo de comprovação do início desse processo de inclusão social o catálogo³⁸ da biblioteca circulante de Thomas Hookham, datado de cerca de 1829. De acordo com DeLucia (2015), sua biblioteca fora inaugurada na segunda metade do século XVIII e ficou em circulação até meados do XIX, atuando sobretudo na publicação de romances anônimos de autoria feminina, conforme já mencionado (FIGURA 5), e tornando-se um dos principais estabelecimentos do tipo em Londres na primeira metade do período oitocentista.

O catálogo da biblioteca de Thomas Hookham apresenta a configuração usual da maioria dos catálogos de bibliotecas circulantes. Na folha de rosto, constam informações referentes ao horário de atendimento e às áreas de atuação do estabelecimento (romances, história, biografias, poesia, ciência, entre outros), bem como o tipo de idioma que comercializavam (inglês e línguas estrangeiras), entre outros dados relativos ao preço da

³⁷ Jacobs (1995b) menciona que os proprietários das bibliotecas circulantes possuíam grande conhecimento acerca dos gostos de seus assinantes, bem como das tendências do mercado literário, de modo que ofereciam em seus catálogos obras que sabiam ter mais chances de serem consumidas. Assim, pode-se inferir que a probabilidade de grande parte dos livros disponíveis nesses catálogos circularem por entre o público leitor é considerável.

³⁸ A escolha por esse catálogo como exemplo e fonte de análise se dá em razão tanto de sua disponibilidade de acesso, em meio aos inúmeros catálogos pesquisados, porém restritos, quanto por sua importância pretérita no que diz respeito à publicação e comercialização de obras de autoria feminina, o que lhe outorgou certa relevância no mercado de ficção feminino e na contribuição para a inserção do gênero na economia do livro.

assinatura. Ainda, seu catálogo encontra-se dividido da seguinte forma: “História, biografia e etc”; “Romances”; “Poesia e Teatro”; “Religião”; “Medicina e Física”; “Miscelânea”; e “Tratados”, em uma numeração crescente dos exemplares disponíveis.

No que tange às obras escritas por mulheres, na parte destinada aos romances, o catálogo de Hookham apresenta a identificação de autoria feminina sob formas distintas, tal como ilustra a figura 6 abaixo.

Figura 6 – Exemplos de autoria feminina no catálogo da *Hookham’s circulating library*

119	ROMANCES AND NOVELS.
4654	Cecilia, or Memoirs of an Heiress, by Miss Burney, 5.v. 15s
4655	Celebrity, or the Unfortunate Choice, by Mrs. Pilkington, 3 vol. 15s
4656	Celestina, a Novel, by Mrs. Charlotte Smith, 4 vol. 16s

Fonte: *Google Books*. “*A catalogue of Hookham’s circulating library*”, datado de cerca de 1829.³⁹

A imagem acima demonstra que, ainda que algumas mulheres optassem por preservar sua identidade, continuando a publicar sob o pseudônimo “*By a Lady*” ou anonimamente, tal como se dava na época de Radcliffe e nas primeiras edições dos romances, muitas das escritoras do século XIX, acompanhando a gradual legitimação do gênero, já assumiam a autoria de suas obras, identificando-se em suas mais variadas formas: “*Mrs.*”, “*Miss*” ou “*Lady*”, acrescidas de seu sobrenome.

Vale destacar também que a figura 6 apresenta dois nomes importantes da literatura inglesa: Frances Burney (*Miss Burney*) e Charlotte Smith, que desempenharam relevante papel para a história literária da Inglaterra, sendo consideradas precursoras da escrita feminina em território britânico. Nessa perspectiva, este fato acaba por evidenciar a atuação das bibliotecas circulantes no que tange ao lançamento de novos talentos no mercado literário, que permanecem reconhecidos e consumidos até os dias de hoje.

Além disso, cumpre ressaltar que grande parte dos mais reconhecidos nomes da literatura inglesa dos séculos XVIII e XIX, mencionadas no início da seção 9, constam no catálogo de Hookham, sendo sua maioria, à época, já no caminho ou, até mesmo, encaminhadas, para a legitimação de suas obras no sistema literário inglês, de modo que seus nomes e sobrenomes aparecem de forma irrestrita, ainda que pudessem sofrer alguma resistência de consolidação e aceitação por uma sociedade conservadora e patriarcal.

³⁹ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WJYIAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 jun. 2017.

À título de exemplo, além dos nomes de Frances Burney e Charlotte Smith ilustrados acima, e de muitas autoras que, segundo Jacobs (1995b), permaneceram como meras desconhecidas ao longo da história literária, no catálogo do proprietário podem-se encontrar diversos nomes de romancistas famosas, tais como: Maria Edgeworth, Elizabeth Inchbald, Jane Austen, Mary Shelley, Eliza Haywood, Ann Radcliffe - já publicada por Hookham -, entre outros (FIGURA 7), que eram publicados, em sua maioria, no formato de três volumes (*three-decker-novel*)⁴⁰.

No caso particular de Jane Austen, já utilizada como exemplo em diversas outras seções do presente estudo, Erickson (1990) afirma que suas obras preenchem as prateleiras e os catálogos da maioria das bibliotecas circulantes existentes à época. Nesse sentido, é natural que as produções da autora também constem no catálogo de Thomas Hookham.

Figura 7 – Romances de Jane Austen comercializados por Thomas Hookham

<p>160. ROMANCES AND NOVELS.</p> <p>6569 Sense and Sensibility, 3 vol. — 15s</p> <p>6570 Sentimental Journey to Margate and Hastings 6s</p> <p>6571 ——— Deceiver, or History of Miss Hammond 3s</p>	<p>126 ROMANCES AND NOVELS.</p> <p>5012 Emily Dunderne, or Effects of early Impressions, 3 vol. 10s 6d</p> <p>5013 ——— Herbert, or Perfidy punished, 3 vol. 9s</p> <p>5014 ——— de Vermont, or the Divorce, 3 vol. 12s</p> <p>5015 Emma. by the Author of "Pride and Prejudice," 3 vol. 18s</p>
---	--

Fonte: Google Books. "A catalogue of Hookham's circulating library", datado de cerca de 1829.⁴¹

Contudo, é curioso mencionar que a autoria de Jane Austen não aparece sob a identificação direta de seu nome. A referência à autora se dá essencialmente ou por apenas o nome de seus romances, conforme ilustrado por "*Sense and Sensibility*", sem seu antigo pseudônimo "*By a Lady*", ou por "*by the Author of Pride and Prejudice*"⁴², seu mais famoso romance, responsável por consolidar Austen no mercado literário.

Nessa perspectiva, vale salientar que o presente trabalho não pretende aprofundar-se nas questões de autoria. Todavia, considerando-se o ano do catálogo de Hookham (c1829) e que Jane Austen veio a falecer em 1817, quando suas produções já encontravam-se reconhecidas e aceitas por uma grande maioria, acredita-se que, mesmo sem menção direta ao seu nome, os consumidores da biblioteca de Hookham sabiam que a autora daquelas obras era

⁴⁰ Na maioria das vezes, de acordo com Mays (2002) e Watt (1990), esses romances eram publicados pelas editoras no formato de três volumes ou em volumes únicos com edições mais baratas, dependendo da espécie de público leitor que desejavam atingir. A justificativa era que o formato de três volumes possibilitava o empréstimo simultâneo de uma mesma obra, diminuindo os custos de sua produção e aquisição. Esses romances, incluindo-se aí especialmente os de autoria feminina, eram substancialmente comercializados pelas bibliotecas circulantes, que compravam essas obras de editoras e as distribuíam por entre seus assinantes.

⁴¹ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WJYIAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁴² Le Faye (2002) afirma que a utilização de "*by the Author of Pride and Prejudice*" como designação da autoria de Jane Austen atendia essencialmente à uma finalidade comercial. Tendo em vista o sucesso de suas obras, esse termo era considerado como recomendação suficiente para que o público viesse a se interessar por seus livros.

uma mulher e, sobretudo, é provável que sabiam tratar-se de Austen, de modo que a produção feminina era circulada e consumida pela sociedade britânica oitocentista.

Le Faye (2002) corrobora as considerações supracitadas ao afirmar que, embora os romances de Jane Austen fossem todos publicados anonimamente, sua autoria já era reconhecida nos círculos aristocráticos antes mesmo de seu falecimento. A autora afirma que o irmão de Jane Austen, Henry, que realizava as negociações de suas publicações em seu nome, lhe atribuía à autoria dos romances sempre que ouvia um elogio sobre as obras de sua irmã. Ainda, Austen chegou a conhecer o Príncipe Regente – grande admirador e consumidor de suas obras – e, até mesmo, dedicar a edição de *Emma*, em 1815, em sua homenagem, contribuindo para a crença de que, em 1829, a autoria de suas obras já fosse reconhecida por grande parte do público leitor inglês.

Assim, com base nos dados supracitados, entende-se que a limitação de acesso certamente dificulta a investigação integral em outros catálogos de bibliotecas circulantes que corroborem a presença efetiva das mulheres na economia do livro. Entretanto, conforme já explanado ao decorrer deste estudo, fundamentando-se em autores consagrados da área que identificaram a presença substancial de mulheres nos catálogos (KAUFMAN, 1967; JACOBS, 1995a, 1995b, 2003; ERICKSON, 1990), bem como no catálogo em que foi permitido se ter acesso, torna-se possível compreender a grande contribuição dessas bibliotecas para a inserção da mulher no campo literário e informacional a partir do comércio de suas obras.

Ainda, considerando-se a presença constante de nomes femininos nos catálogos e que os mesmos podiam ser vendidos e consultados, conforme já apontado por Fergus (1984), Kite (1971) e Schürer (2007), por aqueles que frequentavam as bibliotecas circulantes, pode-se inferir que, se antes o sexo feminino mal publicava ou via suas obras sendo produzidas e consumidas, com a atividade comercial desses estabelecimentos seus escritos passavam a circular e se expandir por grande parte da sociedade britânica.

Isso quer dizer que essas autoras eram lidas, relidas e consumidas até estabelecerem seu espaço no sistema literário inglês, mesmo com toda a censura moral e a história cultural impondo-se como obstáculos. A perspicácia desses proprietários em notarem um potencial mercado consumidor em ascensão, atrelado as mudanças sociais provocadas pela Revolução Industrial e mecanização da imprensa, abriram as portas para que as mulheres se incluíssem na economia do livro e, assim, se destacassem na história.

10 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se as definições apresentadas por Pimentel (2006), na introdução do presente trabalho, sobre o termo inclusão social, que pressupõe a existência prévia de algum nível de exclusão ou marginalização social para justificar as ações de inclusão, sabe-se que o sexo feminino foi, em grande medida, quando não subtraído, relegado a um segundo plano graças às concepções da ordem vigente sobre o papel social da mulher.

Essa noção do ideal de feminilidade desconsiderava a importância do desenvolvimento intelectual feminino, bem como o acesso à uma educação formal, em detrimento às habilidades domésticas que deveriam desenvolver para conseguir um bom casamento. Isso, certamente, contribuiu não apenas para seu atraso intelectual em relação ao sexo masculino, como também, para retardar sua inclusão social na economia do livro, que inclui seu acesso a todos os processos concernentes a essa economia, tais como produção, distribuição e circulação.

Nesse sentido, a Revolução Industrial, a partir de seus desdobramentos sociais, econômicos e culturais, desempenhou papel fundamental para modificar este cenário. Isto é, o aumento nas taxas de alfabetização, sobretudo por entre as mulheres das classes médias e médias-altas, somado ao maior acesso ao livro e à leitura, proporcionados pela mecanização da imprensa, contribuíram para situar as bibliotecas circulantes no centro da economia do livro da sociedade industrial, tornando-as fundamentais para a extensão desse processo de inclusão. Isso permite inferir e convalidar a noção de que o período da mecanização pode ser considerado como sendo aquele em que a mulher teve protagonismo em sua maior expressão de inclusão social.

A biblioteca circulante foi o ambiente propício para a ascensão de um gênero que dominou as práticas de leitura das classes médias e médias-altas e que suscitou na mulher a vontade de fazer parte do mercado literário, reconstituir sua posição social para além da vida privada e, posteriormente, para além do ambiente restrito dessas bibliotecas, tal como apontou DeLucia (2015). A biblioteca circulante se constitui, dessa forma, como o instrumento que despertou, propiciou e alavancou essa ressignificação numa época em que a mulher possuía poucos ou quase nenhum direito de desenvolver sua intelectualidade.

Isso permite observar que a mulher, em um primeiro momento, a partir do consumo de romances proporcionados por esses ambientes, pôde desenvolver seus hábitos de leitura e, de certa forma, suas habilidades intelectuais, tendo em vista que, como aponta Vasconcelos

(2007), os romances, em muitas vezes, se constituíam como única fonte de aprendizado de muitas mulheres.

As práticas de leitura desenvolvidas por intermédio dessas bibliotecas acabaram por despertar na mulher a vontade de tornar-se escritora e, assim, questionar sua posição em uma sociedade patriarcal. Esse processo pode ser refletido na ascensão da escrita feminina, intrinsecamente relacionado às bibliotecas circulantes e considerado a instância principal de inclusão social na economia do livro.

Por essa razão, torna-se possível observar que os resultados advindos da Revolução Industrial acabaram sendo uma porta para a inclusão das mulheres no mundo dos livros e, portanto, da educação. E o canal maior dessa expressão foram as bibliotecas circulantes.

De certa forma, se os romances, os livros destinados às mulheres e as próprias bibliotecas circulantes tivessem sido censuradas pelo conservadorismo da época, e a imprensa tivesse servido apenas aos homens, acredita-se que a atual sociedade (âmbitos cultural, social, político e econômico) continuaria dominada pela figura masculina, sem possibilidades do desenvolvimento intelectual da mulher e, por conseguinte, de sua inclusão social.

Mediante os objetivos de pesquisa, pode-se inferir que, a despeito dos múltiplos obstáculos impostos ao desenvolvimento da intelectualidade feminina em séculos anteriores, a mulher conseguiu romper essas barreiras e alcançar a inclusão social vista até os dias atuais, tanto no âmbito literário quanto no campo informacional como um todo.

Em suma, a inclusão social da mulher pode ser compreendida como um fenômeno que começou no período da Revolução Industrial, a partir das bibliotecas circulantes, culminou por todo o século XIX, e continua até os dias de hoje, uma vez que atualmente a mulher pode escrever qualquer gênero e desenvolver seu trabalho intelectual sem restrições na maioria dos países.

Assim, se anteriormente eram os homens que ocupavam, majoritariamente, os cargos concernentes à produção, circulação e distribuição de material impresso, resultando em um sistema literário essencialmente masculino, com a emergência da sociedade industrial e suas conseqüentes transformações, a mulher ultrapassa, gradativamente, os diversos obstáculos impostos ao seu sexo; primeiramente, na posição de leitora dos romances oferecidos pelas bibliotecas circulantes e, posteriormente, de escritoras desses mesmos romances, que passaram a ser comercializados em peso por esses estabelecimentos, possibilitando, assim, sua inclusão não apenas nos catálogos de bibliotecas circulantes, como também, na economia do livro como um todo.

Para corroborar os resultados alcançados, vale destacar como exemplo a atuação de Charles Edward Mudie, já em meados do século XIX, como um dos maiores livreiros que dominou o mercado fictício e contribuiu para a propagação das bibliotecas circulantes e do próprio gênero romance em si, atuando significativamente no mercado de ficção feminina.

O catálogo da *Mudie's Select Library* ilustra a comercialização de grandes nomes da literatura feminina sob sua identidade, sem a necessidade de pseudônimos ou anonimato. Na segunda metade do período oitocentista, o romance já se encontrava consideravelmente legitimado, de forma que as muitas autoras conhecidas e consolidadas já podiam expor sua identidade.

Nos catálogos de 1860 e 1876, podem-se encontrar obras de Mary Shelley, Charlotte e Emily Brontë, George Eliot e Elizabeth Gaskell, por exemplo (FIGURA 8), dentre inúmeras outras autoras do século XVIII, ilustrando que seus romances lotavam as prateleiras das bibliotecas circulantes. Isso pode ser entendido como o efeito dos esforços das bibliotecas circulantes ao longo do período revolucionário em comercializarem romances e contribuir para os hábitos de leitura do sexo feminino, culminando na inclusão dessas mulheres no mercado literário e no surgimento de novas autoras e em sua inserção na economia do livro como um todo ao longo de todo século XIX.

Figura 8 – Efeitos dos processos de inclusão realizados pelas bibliotecas circulantes no catálogo da *Mudie's Select Library* dos anos de 1860 e 1876

188	MUDIE'S SELECT LIBRARY.
Frankleigh Hall.	3 vols. post 8vo.
Frank Hilton, by James Grant.	12mo.
— Fairleigh.	12mo.
— Wildman's Adventures, by F. Gerstaecker.	12mo.
Frankenstein, by Mrs. Shelley.	12mo.
Francis Croft, Fortunes of.	3 vols. post 8vo.
Frederick the Great and his Merchant.	2 vols. 12mo.
Freida, the Jongleur, by Barbara Hemphill.	3 vls. post 8vo.
Freshfield, by William Johnston.	Post 8vo.
Friend, A, in Need.	3 vols. post 8vo.
Friends at their Own Firesides, by Mrs. Ellis.	2 vols. 12mo.
— of Bohemia, a Satirical Novel, by E. M. Whitty.	2 vols. post 8vo.
Fullarton, Lady G., Ellen Middleton.	3 vols. post 8vo.
— Lady Bird.	3 vols. post 8vo.
— Grantley Manor.	3 vols. post 8vo.
Fullom, S. M., The Great Highway.	3 vols. post 8vo.
— The Man of the World.	3 vols. post 8vo.
GABLES, THE , by Julia Melville.	3 vols. post 8vo.
Galt, John, Lawrie Todd.	12mo.
— Ayrshire Legatees.	12mo.
— Annals of the Parish.	12mo.
— Sir Andrew Wylie.	12mo.
— The Entail.	12mo.
Garies, The, and their Friends, by F. J. Webb.	Post 8vo.
Gascoign, Mrs., The Next Door Neighbours.	3 vols. post 8vo.
Gaskell, Mrs. , North and South.	Post 8vo.
— Lizzie Leigh, and other Tales.	12mo.
— Mary Barton.	2 vols. post 8vo.
— Ruth.	3 vols. post 8vo.
— Cranford.	12mo.
— Round the Sofa.	2 vols. post 8vo.

176	MUDIE'S SELECT LIBRARY.
Bremer, Frederica, Brothers and Sisters.	3 vols. post 8vo.
— The Midnight Sun.	Post 8vo.
— Father and Daughter.	Post 8vo.
Briar, The, and the Myrtle.	12mo.
Bride of Lammermoor, by Scott.	12mo.
Brief Career, The.	3 vols. post 8vo.
Brimelsea.	2 vols. post 8vo.
Briscoe, Mrs., The Young Bride.	3 vols. post 8vo.
Brittany and La Vendée, Tales of.	Post 8vo.
Brontë, Charlotte , Jane Eyre.	12mo.
— Shirley.	12mo.
— Villette.	12mo.
— The Professor.	2 vols. post 8vo.
— Emily, Wuthering Heights.	12mo.
Brooke, Henry, The Fool of Quality.	2 vols. post 8vo.
Brooks, Shirley, The Gordian Knot.	8vo.
Brown, C. Brockden, Edgar Huntley.	12mo.
— Wells, Clotel; or the President's Daughter.	Post 8vo.
Brunton, Mrs., Self-Control.	12mo.
— Discipline.	12mo.
Buccaneer, The, by Mrs. S. C. Hall.	12mo.
Bunbury, Selina, Our Own Story.	3 vols. post 8vo.
— Florence Sackville; or Self-Dependence.	3 vols. post 8vo.
— Sir Guy d'Esterre.	2 vols. post 8vo.
Bungener, L. F., The Priest and the Huguenot.	12mo.
— Julian; or the Close of an Era.	2 vols. 12mo.
Bush Boys, The, by Captain Mayne Reid.	12mo.
Butler, Lady Rachel, Jessie Cameron.	12mo.

	WORKS OF FICTION.	157
Edward's Wife, by Emma Marshall.	Small 8vo.	
Edwin Drood, by Charles Dickens.	8vo.	
Effie Vernon, by Julia Addison.	Post 8vo.	
Effie's Friends; or, Chronicles of the Woods and Shore.	Small 8vo.	
Eglantine, by the Author of 'St. Olaves.'	3 vols. post 8vo.	
Egyptian Princess, An, by G. Ebers.	2 vols. small 8vo.	
Eight Cousins, by Louisa M. Alcott.	Small 8vo.	
Eilout, Mrs., The Curate's Discipline.	3 vols. post 8vo.	
— Meg.	3 vols. post 8vo.	
— A Woman's Wrong.	3 vols. post 8vo.	
— Lady Moreton's Daughters.	3 vols. post 8vo.	
— The Love that Lived.	3 vols. post 8vo.	
— Some of Our Girls.	3 vols. post 8vo.	
— Kate Randal's Bargain.	3 vols. Post 8vo.	
Ekkehard, by Joseph Victor Scheffel.	2 vols. small 8vo.	
Eleanor's Victory, by M. E. Braddon.	3 vols. post 8vo.	
Electra.	3 vols. post 8vo.	
Elena: an Italian Tale, by L. N. Comyn.	2 vols. post 8vo.	
Ellic in Sicily.	2 vols. post 8vo.	
El Fursidis, a Tale of Lebanon, by Maria A. Cummins.	2 vols. small 8vo.	
Elinor Dryden's Probation.	3 vols. post 8vo.	
Eliot, George, Scenes of Clerical Life.	2 vols. post 8vo.	
— Adam Bede.	2 vols. small 8vo.	
— The Mill on the Floss.	3 vols. post 8vo.	
— Silas Marner.	Post 8vo.	
— Romola.	Post 8vo.	
— Felix Holt, the Radical.	3 vols. post 8vo.	
— Middlemarch.	4 vols. small 8vo.	
— Daniel Deronda.	Parts I to . Post 8vo.	

Fonte: *Archive.org*. Duas primeiras ilustrações: “*Catalogue of new and standard works in circulation at Mudie's Select Library*”, 1860⁴³ e “*Mudie's Select Library principal books*”, 1876.⁴⁴

⁴³ Disponível em: <<https://archive.org/details/catalogueofnewst00mudiiala>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Esse processo de inclusão, iniciado com as bibliotecas circulantes no século XVIII, desencadeia na produção e circulação irrestrita de escritos femininos no século seguinte, conforme ilustrado acima, de modo a abrir as portas e servirem de influência e base para a escrita feminina tal como é concebida atualmente.

Nessa perspectiva, para Glasgow (2002), a profusão de bibliotecas circulantes na Inglaterra durante o século XVIII acabou por se constituir no passo inicial para a liberação cultural e intelectual das mulheres, de modo a abrir espaço, no século seguinte, para romancistas como as Irmãs Brontë e Elizabeth Gaskell, para citar apenas alguns grandes nomes da literatura inglesa, e para muitas outras autoras até os dias de hoje.

Segundo Glasgow (2002), portanto, antes de tornarem-se grandes autoras, as mulheres almejavam, inicialmente, o acesso à leitura, realizadas por meio das bibliotecas circulantes espalhadas por toda a Inglaterra. Ainda por meio desses ambientes, as mulheres puderam, também, se desenvolver como escritoras e adquirir certa visibilidade. No século XIX era o início, para o autor, da formação de uma conscientização literária e artística em torno da mulher, anteriormente marginalizada e superficial, de modo a inseri-las socialmente em um mercado literário antes dominado somente por homens.

Isso quer dizer que a nova configuração da economia do livro, possibilitada pela mecanização da imprensa, criou um mercado para que um novo gênero ascendesse, bem como um novo público leitor consumidor desses romances, centralizados majoritariamente nas bibliotecas circulantes. Nesse novo panorama, atrelados às modificações sociais e econômicas e estimuladas pelas leituras proporcionadas por esses ambientes, as mulheres puderam desenvolver suas habilidades intelectuais e, assim, tornarem-se escritoras. Não apenas tornavam-se conhecidas, como também, resignificavam seu papel na sociedade industrial.

Assim, torna-se possível compreender que sem as bibliotecas circulantes e sua finalidade puramente comercial em oferecer uma mercadoria a um mercado consumidor em expansão, é bem provável que as mulheres levassem muito mais tempo para se introduzirem na economia do livro, seja na posição de leitora ou escritora. Esses estabelecimentos abriram as portas para os primeiros passos de uma revolução feminina, tal como definiu Henry James (2011), e para a era das *femme des lettres*, tal como mencionado por Lyons (1999).

As bibliotecas desse tipo podem ser entendidas, assim, como uma das primeiras instituições da Inglaterra a darem espaço para a liberação do intelecto feminino em meio a uma sociedade industrial emergente, de modo a servir como uma instância de inclusão social

⁴⁴ Disponível em: <<https://archive.org/details/MudiesSelectLibraryPrincipalBooksApril1876>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

fundamental. É interessante ressaltar que sem sua atuação no cenário literário feminino, é muito provável que as mulheres levassem mais tempo para se inserirem na economia do livro e registrarem seus trabalhos no rol dos grandes nomes da literatura inglesa.

Por essa razão, os resultados decorrentes da presente investigação apontam que o processo de inclusão social feminina na economia do livro durante a Revolução Industrial pode ser entendido como uma “revolução” da mulher que se iniciou a partir das bibliotecas circulantes. Através desses estabelecimentos, a mulher pôde, primeiramente, se desenvolver enquanto leitora para, depois, com os hábitos de leitura, despertar para os desejos da escrita, de modo a se inserir no mundo literário, intelectual e informacional, antes ocupado, em sua grande maioria, pelos homens.

Contudo, sabe-se que tal processo não poderia se dar efetivamente sem o panorama histórico-social proporcionado pela Revolução Industrial e sua conseqüente mecanização da imprensa, que fora responsável por modificar não apenas as relações econômicas e sociais na Inglaterra, como também, as formas de produção, circulação e disseminação da informação que alteraram significativamente a configuração da economia do livro.

Os processos do desenvolvimento da mulher como leitora empreendidos na segunda metade do século XVIII ao início do XIX resultou, como efeito, na inclusão social das mulheres como escritoras anônimas e sob pseudônimos – além da usual comercialização - num primeiro momento e, posteriormente, em sua identificação como escritoras mulheres consolidadas do início a meados do século XIX, já sendo publicadas por editores independentes e, nesse momento, sendo apenas comercializadas pelas bibliotecas circulantes. A figura dessas romancistas é vista, a partir de meados do século XIX, em catálogos das bibliotecas circulantes, como o efeito dessa transformação no ambiente cultural e social.

Os catálogos das bibliotecas circulantes da segunda metade do século XIX nada mais são do que os efeitos desses acontecimentos do final do século XVIII a início do XIX, que promoveram a inclusão da mulher em instâncias da economia do livro, sobretudo enquanto escritora comercializada por esses estabelecimentos.

Inclusão essa que alcança a sociedade atual com a mulher lendo e escrevendo os mais diversos gêneros literários sem restrições, de modo a se inserir na cadeia produtiva do livro. Esse processo permite observar que se não fosse pela atuação dessas célebres romancistas nos séculos passados, por meio da contribuição das bibliotecas circulantes, o caminho para a mulher se incluir na economia do livro, até mesmo como leitora, seria significativamente mais árduo.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica proporcionada pela mecanização da imprensa nos séculos XVIII e XIX modificou consideravelmente os moldes da economia do livro e do acesso à informação e ao livro, ampliando a produção, circulação e distribuição do conhecimento registrado. Ao massificar a produção e distribuição de impressos, muitas camadas sociais, inclusive as mulheres, antes subtraídas do acesso ao conhecimento e à informação, passaram a estar incluídas socialmente, em sua maioria, na economia do livro.

Com isso, em meados dos séculos XVIII e XIX, as bibliotecas circulantes atuaram de maneira significativa para a expansão da inclusão social das mulheres. Ao voltarem seus catálogos, bem como seu acervo, majoritariamente, para o público feminino, as mesmas despertaram o interesse da mulher na leitura, formando-a enquanto leitora. Ainda, a partir dos hábitos de leitura, as bibliotecas circulantes suscitaram na mulher a vontade não apenas de ler romances, mas também de escreve-los.

Por essa razão, a inclusão social iniciada pelas bibliotecas circulantes, no final do século XVIII a início do XIX pode ser considerada como algo que não fora momentâneo, que ocorreu em um determinado contexto sócio-histórico e teve seu fim. Mas sim uma ação que teve seu início na emergência da sociedade industrial e gerou efeitos em longo prazo.

Muitos desses efeitos podem ser observados não apenas na participação da produção feminina oferecida por esses estabelecimentos na consolidação do gênero romance, mas também para que essas escritoras pudessem assumir um novo papel social em suas realidades, para além da restrição da vida privada, de forma a ser encarada como um indivíduo possuidor de desejos e aspirações.

As bibliotecas circulantes, aproveitando a nova configuração social e econômica da Inglaterra industrial, propiciaram um ambiente favorável para que as mulheres se descobrissem. Isso quer dizer que as ações empreendidas por esses estabelecimentos resultaram no desenvolvimento e expansão da escrita feminina por todo o século XIX, como pôde-se observar pelo catálogo da *Mudie's* (FIGURA 8) e, ainda, até os dias de hoje.

Fora uma ação de efeito contínuo e, mesmo que seu principal objetivo fosse a obtenção de lucros, sem um interesse social em expandir os hábitos de leitura, a verdade é que essas bibliotecas contribuíram para a revolução e transformação dos papéis sociais da mulher em meio à nova realidade da Revolução Industrial.

É claro que, comparado à todas as camadas da sociedade, inclusive as classes trabalhadoras e mais pobres, seus efeitos foram de alcance restrito, em sua maioria, àqueles

que tinham condições econômicas e sociais de acesso ao livro e à leitura. No entanto, se estabelecer um paralelo entre a posição da mulher antes das transformações desencadeadas pela ascensão do romance e pelas bibliotecas circulantes ao papel que ela assumiu após a liberação de suas habilidades intelectuais, percebe-se que seus efeitos alcançaram um grande público anteriormente marginalizado, independentemente de elas pertencerem às classes privilegiadas.

Apesar disso, muito havia de ser feito pela inclusão social do sexo feminino, sobretudo pelas mulheres trabalhadoras, que passaram a ter um maior acesso à leitura e ao conhecimento com a emergência das bibliotecas públicas, na Inglaterra da segunda metade do século XIX. Contudo, a atuação intensa das bibliotecas circulantes e sua influência é inquestionável para abrir o caminho e ajudar a florescer uma nova imagem da mulher, não mais tão dependente do casamento e, por conseguinte, do homem, e podendo dar vazão ao seu intelecto.

Nesse sentido, interessa mencionar que o presente estudo não buscou esgotar todos os processos de inclusão da mulher realizados em meio à Revolução Industrial, sabendo-se que seus esforços de conquistas de direitos foram inumeráveis, especialmente aqueles empreendidos pelas mulheres das classes operárias. Tampouco pretende-se afirmar que as mulheres emanciparam-se socialmente apenas com o auxílio das bibliotecas circulantes.

Sabe-se que, a despeito de uma mudança considerável em relação à posição da mulher no campo literário e informacional dos séculos anteriores, o caminho de sua emancipação continuou e continua a ser árduo. Do século XIX para cá, o sexo feminino enfrentou inúmeros obstáculos sociais e econômicos para verem seus direitos garantidos, sobretudo os direitos trabalhistas e sobre suas vidas.

Este trabalho teve como intuito demonstrar apenas uma parte do nicho desse processo de inclusão social, sob a ótica das bibliotecas circulantes, que se constituíram como o passo inicial para a liberação intelectual da mulher na Inglaterra industrial, como já apontado por Glasgow (2002), tornando possível a verificação de uma bibliografia textual acerca do tema, o que se conseguiu realizar nesse estudo.

As atividades das bibliotecas circulantes desempenhadas no final do período setecentista a meados do oitocentista, com autoras como Jane Austen, Charlotte Smith, Ann Radcliffe e Frances Burney, talentos descobertos e difundidos por meio das bibliotecas circulantes, abriram caminho para o surgimento de autoras como George Eliot, Irmãs Brontë e Elizabeth Gaskell já no século seguinte e para as autoras do século atual.

É bem provável que sem a atuação desses estabelecimentos, a liberação e o desenvolvimento da intelectualidade feminina tivesse levado mais tempo para se iniciar.

Importa dizer no presente trabalho que as bibliotecas circulantes contribuíram para os primeiros passos em direção à liberação da mulher no campo literário e profissional da escrita, uma vez que possibilitou sua inclusão na economia do livro.

Esses resultados são vistos até os dias de hoje, principalmente na forma como essas autoras tão importantes no passado continuam a ser lidas, relidas e reeditadas na atualidade. Suas obras são consumidas, analisadas e tomadas em sua mais elevada importância. Adaptações são realizadas para o cinema, teatro e televisão todos os anos.

O preconceito contra a escrita de romance e o próprio gênero em si ainda predomina fortemente na sociedade contemporânea. Contudo, as autoras tão menosprezadas no passado são hoje em dia glorificadas e consideradas os maiores clássicos da literatura mundial. Obviamente, as noções de preconceito de escrita feminina não condizem mais com a contemporaneidade, mas vale ressaltar que a escrita feminina atual não teria sido possível sem os esforços de autoras como Ann Radcliffe, Frances Burney, Charlotte Smith, Irmãs Brontë, Jane Austen, Elizabeth Gaskell e Virginia Woolf, para citar apenas alguns exemplos, que lutaram e percorrem caminhos tortuosos para romper com os paradigmas da época e fazer valer suas aspirações pessoais e profissionais.

Isso quer dizer que as autoras de romances que ainda sofrem preconceitos na atualidade precisam continuar a trilhar o caminho iniciado pelas escritoras do pretérito, no intuito de quebrar as noções solidificadas de uma sociedade que ainda acha que a mulher só tem capacidade para escrever romances e que o gênero é desprovido de conteúdo e conhecimento.

A sociedade caminha para mais uma quebra de paradigma social que fora iniciado com a expansão das bibliotecas circulantes e à formação de um público leitor de romances majoritariamente feminino e escritoras do mesmo sexo. E, como já foi visto e comprovado ao decorrer de toda essa investigação, os livros e a leitura de romances, bem como o espaço das bibliotecas, se constituem como instrumentos fundamentais para mais uma vitória do sexo feminino.

Como sugestão para futuros estudos, a biblioteca circulante poderia ser pesquisada como antecessora da biblioteca pública, tal como hoje é concebida, e isso à luz tanto da Revolução Industrial, quanto de outros contextos históricos com destaque para mudanças sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJO, Eduardo da Silva. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 20-62, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23124/pdf_58>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- ALTICK, Richard Daniel. *The english common reader: a social history of the mass reading public, 1800-1900*. 2. nd. Columbus, OH: Ohio State University Press, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A revolução industrial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. São Paulo: Martin Claret, 2012b.
- _____. *Orgulho e preconceito*. São Paulo: Martin Claret, 2012a.
- _____. *Persuasão*. São Paulo: Martin Claret, 2012c.
- _____. *Pride and prejudice*. London: Penguin Books, 1994.
- BENSON, Mary Margaret. Parasols & gloves & broches & circulating libraries. *Persuasions*, North America, No. 19, pp. 205-210, dec. 1997. Disponível em: <<http://www.jasna.org/persuasions/printed/number19/benson-m.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- CHARTIER, Roger. Uma revolução da leitura no século XVIII? In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). *Livros e impressos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 93-106.
- CHAWTON HOUSE LIBRARY. *Our story*. Hampshire, 2017. Disponível em: <<https://chawtonhouse.org/about-us/our-story/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- _____. A time-line of women's writing. Hampshire, 2015. Disponível em: <https://chawtonhouse.org/_www/wp-content/uploads/2015/11/Panels_Small.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- COLASANTE, Renata Cristina. *A leitura e os leitores em Jane Austen*. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/renata.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- COLCLOUGH, Stephen. The circulating library, book club and subscription library: readers and reading communities: 1770-1800. In: _____. *Consuming texts: readers and reading communities: 1695-1870*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007. pp. 88-117.
- DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DELUCIA, JoEllen. Radcliffe, George Robinson and eighteenth-century print culture: beyond the circulating library. *Women's Writing*, London, Vol. 22, No. 3, pp. 287-299, 2015.

DIAS, Daise Lilian Fonseca. A recepção crítica a O morro dos ventos uivantes: questões de mulher e literatura. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 18-45, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/13423/8982>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

DIGBY, Anne. Victorian values and women in public and private. *Proceedings of the British Academy*, London, Vol. 78, pp. 195-215, 1992. Disponível em: <<http://www.britac.ac.uk/pubs/proc/files/78p195.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

DOW, Gillian. Reading at Godmersham: Edward's library and Marianne's books. *Persuasions*, North America, No. 37, pp. 152-162, 2015. Disponível em: <<http://www.jasna.org/persuasions/printed/pers37.html>>. Acesso em 18 dez. 2016.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Leitura feminina: motivação, contexto e conhecimento. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 28-37, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/618/400>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. Generalidades sobre a economia do livro. In: _____. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. p. 13-26. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ebook/ebook.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ERICKSON, Lee. The economy of novel reading: Jane Austen and the circulating library. *Studies in English Literature: 1500-1900*, Houston, Vol. 30, No. 4, pp. 573-590, 1990.

FERGUS, Jan. Eighteenth-century readers in provincial England: the customers of Samuel Clay's circulating library and bookshop in Warwick, 1770-72. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, Chicago, Vol. 78, No. 2, pp. 155-213, second quarter 1984.

_____. The professional woman writer. In: COPELAND, Edward; MCMASTER, Juliet (Ed.). *The Cambridge companion to Jane Austen*. 2. nd. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. pp. 1-19.

GASKELL, Philip. *A new introduction to bibliography*. New Castle, DE: Oak Knoll Press, 2012.

GERARD, David. Subscription libraries: Great Britain. In: KENT, Allen; LANCOUR, Harold; DAILY, Jay. (Ed.). *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York: CRC Press, 1980. Vol. 29, pp. 205-221.

GLASGOW, Eric. Circulating libraries. *Library Review*, Yorkshire, Vol. 51, No. 8, pp. 420-423, 2002.

HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HARMON, Robert. *Elements of bibliography*. 3. rd. Boston: Scarecrow, 1998.

HOBBSAWM, Eric. A revolução industrial. In: _____. *A era das revoluções: 1789-1848*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a. p. 57-95.

HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

HOVELER, Diane Long. Gothic chapbooks and the urban reader. *The Wordsworth Circle*, Boston, Vol. 42, No. 3, pp. 155-158, 2010. Disponível em: <http://epublications.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1130&context=english_fac>. Acesso em: 10 dez. 2016.

HORCH, Rosemarie Erika. Bibliografia textual. *R. bras. Biblioteconomia. Doc.*, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 147-154, jul./dez. 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18194>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

IGLÉSIAS, Francisco. *A revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

INDUSTRIAL Revolution. In: *Encyclopædia Britannica*. London, 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Industrial-Revolution>>. Acesso em: 14 maio 2017. Não paginado.

JACOBS, Edward. Anonymous signatures: circulating libraries, conventionality and the production of gothic romances. *English Literary History*, Baltimore, Vol. 62, No. 3, pp. 603-629, 1995b.

_____. Eighteenth-century british circulating libraries and cultural book history. *Book History*, Baltimore, Vol. 6, pp. 1-22, 2003.

_____. A previously unremarked circulating library: John Roson and the role of circulating-library proprietors as publishers in eighteenth-century Britain. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, Chicago, Vol. 89, No. 1, pp. 61-71, mar. 1995a.

JAMES, Henry. *A arte da ficção*. Osasco, SP: Novo Século, 2011.

KAUFMAN, Paul. The community library: a chapter in english social history. *Transactions of the American Philosophical Society*, Philadelphia, Vol. 57, No. 7, pp. 1-67, 1967.

KITE, V. J. Circulating libraries in eighteenth-century Bath. In: BLUHM, R. K. (Ed.). *A second North Somerset miscellany*. Somerset: Bath and Camerton Archaeological Society, 1971. pp. 17-22.

LE FAYE, Deirdre. *Jane Austen: the world of her novels*. New York: Harry N. Abrams, Inc., 2002.

LEMIRE, Devon. A historiographical survey of literacy in Britain between 1780-1830. *Constellations*, Alberta, Vol. 4, No. 1, pp. 248-261, fall 2012. Disponível em:

<<https://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/constellations/article/view/18862/14652>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

LENNON, John. Revolution. Intérprete: The Beatles. In: THE BEATLES. *Hey Jude/Revolution*. Londres: Abbey Road Studios, 1968. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BGLGzRXY5Bw>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

LYONS, Martyn. Circulating and lending libraries. In: _____. *Books: a living history*. London: Thames & Hudson, 2011. pp. 147-150.

_____. New readers in the nineteenth century: women, children, workers. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Ed.). *A history of reading in the West*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1999. pp. 313-344.

MANTOUX, Paul. Introdução. In: _____. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 1-70.

MARTINS, Wilson. O século XX e as técnicas modernas. In: _____. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 225-286.

MAYS, Kelly. The publishing world. In: BRANTLINGER, Patrick; THESING, William (Ed.). *A companion to the Victorian novel*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2002. pp. 11-30.

NARDON, Cláudia Neves. A economia do livro. In: _____. *O preço do livro no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. p. 5-7. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2009_16221.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

PIMENTEL, Maria das Graças. *A biblioteca pública e a inclusão digital*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

RAVEN, James. Book production. In: TODD, Janet (Ed.). *Jane Austen in context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 194-203.

REVOLUÇÃO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 648.

REYES-GÓMEZ, Fermín de los. *Manual de bibliografía*. Madrid: Catalia, 2010.

RICHARDSON, Samuel. *Pamela*. São Paulo: Martin Claret, 2016.

SCHÜRER, Norbert. Four catalogues of the Lowndes circulating library, 1755-1766. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, Chicago, Vol. 101, No. 3, pp. 329-357, 2007.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. *História geral*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

TAUNTON, Matthew. *Print culture*. c2015. Disponível em: <<http://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/print-culture>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: FAPESP, 2007.

_____. O romance feminino do século XVIII. In: _____. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 103-117.

WATT, Ian. O público leitor e o surgimento do romance. In: _____. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 34-54.

WITTMANN, Reinhard. Was there a reading revolution at the end of the eighteenth century? In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Ed.). *A history of reading in the West*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1999. pp. 284-312.

WOOLF, Virginia. Mulheres e ficção. In: _____. *O valor do riso e outros ensaios: Virginia Woolf*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a. p. 270-283.

_____. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014b.

ZOID, Gabriel. *Livros demais: sobre ler, escrever e publicar*. São Paulo: Summus, 2004.

ZUMTHOR, Paul. Performance e recepção. In: _____. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 47-60.